

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2024/2025



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE PORTUGAL E ESPANHA NO
ÂMBITO DAS FORÇAS TERRESTRES: DESAFIOS E OPORTUNIDADES
NO CONTEXTO ATUAL**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Margarita de Laiglesia Pérez de Rada
MAJOR, ET ESP ENGENHARIA**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE PORTUGAL E
ESPANHA NO ÂMBITO DAS FORÇAS TERRESTRES: DESAFIOS
E OPORTUNIDADES NO CONTEXTO ATUAL**

**MAJOR, ESP ET ENGENHARIA Margarita de Laiglesia Pérez de
Rada**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2024/2025

Pedrouços 2025



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE PORTUGAL E
ESPANHA NO ÂMBITO DAS FORÇAS TERRESTRES: DESAFIOS
E OPORTUNIDADES NO CONTEXTO ATUAL

MAJOR, ESP ET ENGENHARIA Margarita de Laiglesia Pérez de
Rada

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2024/2025

Orientador: Tenente-Coronel ART Nuno Miguel dos Santos Rosa Calhaço

Pedrouços 2025



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Margarita de Laiglesia Pérez de Rada**, declaro por minha honra que o Projeto de Investigação para o documento intitulado “**Cooperação Bilateral entre Portugal e Espanha no âmbito das Forças Terrestres: Desafios e Oportunidades no contexto atual**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditora do **Curso de Estado-Maior Conjunto** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho a consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **05 de maio de 2025**

Margarita de Laiglesia Pérez de Rada



Agradecimentos

O presente Trabalho de Investigação Individual, corolário do percurso académico realizado durante este ano, não teria sido possível sem o apoio generoso e constante de várias pessoas, a quem manifesto o meu sincero e sentido reconhecimento.

Em primeiro lugar, quero expressar o meu mais profundo agradecimento ao *Ejército de Tierra* espanhol, pela confiança depositada em mim ao nomear-me para representar esta prestigiada instituição no Curso de Estado-Maior Conjunto 2024/2025 em Portugal. Foi uma honra e uma responsabilidade que encarei com empenho e sentido de dever.

Ao Senhor Tenente-Coronel Nuno Miguel dos Santos Rosa Calhaço, orientador deste trabalho, agradeço de forma muito especial o inestimável apoio, a disponibilidade permanente e a orientação criteriosa, que foram fundamentais para a concretização desta investigação.

Aos distintos entrevistados, expresso a minha profunda gratidão pela generosa partilha de tempo, experiências e de conhecimento. As respostas prestadas, sempre esclarecedoras e de elevada qualidade, constituíram um contributo decisivo para a solidez e a relevância dos resultados obtidos.

Ao Senhor Coronel António Luís Morais Pinto de Oliveira, Diretor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2024/2025, agradeço a confiança, o acompanhamento atento e o estímulo constante que tão positivamente marcaram esta etapa.

Aos meus Camaradas de curso, deixo uma palavra muito especial de amizade e apreço. A entreaajuda, a camaradagem e os momentos de convívio foram parte essencial desta vivência, tornando o desafio mais leve e enriquecedor.

Quero, ainda, deixar um agradecimento especial ao Major Ricardo Coelho, amigo e guia desde o primeiro momento em que soube que viria para Portugal. Desde Madrid, o seu apoio foi inestimável, tanto a nível pessoal, ajudando-me na procura de bairro, de escola para os meus filhos e de outros aspetos logísticos, como a nível profissional, com conselhos e orientações que em muito enriqueceram o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, e de forma muito sentida, quero prestar uma homenagem à minha família. O seu apoio incondicional, a paciência nas ausências e a capacidade de se adaptarem a uma nova vida ao meu lado, foram pilares essenciais ao longo deste percurso. Agradeço-lhes por acreditarem em mim, por me acompanharem nesta etapa profissional e por, generosamente, suspenderem as suas próprias rotinas para que eu pudesse realizar este propósito.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.



Índice

1.	Introdução	1
2.	Enquadramento teórico e concetual	4
2.1.	Capacidades militares	4
2.2.	Cooperação militar bilateral.....	5
2.3.	Análise do CEDN e da <i>ESN</i>	6
3.	Metodologia e método.....	9
3.1.	Metodologia	9
3.2.	Método	9
3.2.1.	Participantes e procedimentos.....	9
3.2.2.	Instrumentos de recolha e tratamento de dados	11
4.	Análise do atual estado de cooperação bilateral entre as Forças Terrestres de Portugal e Espanha	12
4.1.	Plano Plurianual de Cooperação bilateral entre Portugal e Espanha (2021)	12
4.2.	Análise das Atas das REMP 2024	13
4.3.	Geminações entre unidades	15
5.	Análise do modelo de cooperação bilateral entre os exércitos alemão e francês.....	17
6.	Criação de capacidades combinadas entre as forças terrestres de Portugal e de Espanha a fim de reforçar a cooperação militar bilateral, assegurando a concretização dos objetivos estratégicos comuns até 2030	23
7.	Proposta para a criação de capacidades combinadas	32
7.1.	Proposta de cooperação bilateral na área da Artilharia Antiaérea.....	32
7.2.	Proposta de criação de uma Brigada Combinada	34
8.	Conclusões	41

Índice de Anexos

Anexo A — Análise SWOT da Cooperação Bilateral em matéria de Defesa entre Portugal e Espanha.....	Anx A-1
Anexo B — Estrutura da Brigada Franco-Alemã.....	Anx B-1

Índice de Apêndices

Apêndice A — Modelo de Análise.....	Apd A-1
Apêndice B — Guiões das Entrevistas semiestruturadas às diferentes autoridades .	Apd B-1



Apêndice C — Matriz de Unidades de Contexto e de Registo.....	Apd C-1
Apêndice D — Matriz das unidades de contexto e de registo das entrevistas	Apd D-1
Apêndice E — Quadros de resultado das entrevistas	Apd E-1
Apêndice F — Quadro Orgânico da Brigada Extremadura XI	Apd F-1
Apêndice G — Quadro Orgânico da Brigada Mecanizada	Apd G-1
Apêndice H — Quadro Orgânico teórico da proposta da Brigada Ibérica	Apd H-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Vetores de desenvolvimento ao nível da edificação de capacidades militares ao nível NATO e UE	4
Figura 2– Mecanismos de Cooperação Militar Bilateral.....	6
Figura 3– Dependência da Brigada Franco-Alemã	17
Figura 4– Dependência da Brigada Franco-Alemã	18
Figura 5– Localização das unidades da Brigada Franco-Alemã	19
Figura 6– Organograma do Batalhão de abastecimento da Brigada Franco-Alemã	20
Figura 7– Organograma do Estado-Maior do Batalhão de abastecimento da Brigada Franco-Alemã	20
Figura 8– Materiais da Brigada Franco-Alemã.....	21
Figura 9– Exemplo de UDAA	33
Figura 10– Quadro Orgânico teórico da proposta da Brigada Ibérica.....	39
Figura 11– Quadro Orgânico teórico do Estado-Maior da Brigada Ibérica	39
Figura 12– Localização das unidades de BriIb.....	40
Figura 13– Quadro Orgânico da Brigada Extremadura XI.....	Apd F-1
Figura 14– Quadro Orgânico da Brigada Mecanizada	Apd G-1
Figura 15– Análise SWOT da Cooperação Bilateral em matéria de Defesa entre Portugal e Espanha.....	Anx A-1
Figura 16 – Organograma da Estrutura da BFA.....	Anx B-1

Índice de Quadros

Quadro 1 – Entrevistas realizadas a Oficiais do Exército português e do <i>Ejército de Tierra</i> espanhol	10
--	----



Quadro 2 – Excerto das respostas do E1 a E8	Apd D
Quadro 3- Objetivos estratégicos nacionais comuns para Portugal e Espanha a longo prazo	Apd E-1
Quadro 4- Ameaças e riscos dos cenários Atlântico e Mediterrâneo	Apd E-1
Quadro 5- Força combinada, reforço da posição da Península Ibérica dentro da OTAN e UE	Apd E-1
Quadro 6- Força combinada, principais obstáculos políticos e operacionais	Apd E-1
Quadro 7- Mecanismos financeiros para financiamento de projetos combinados	Apd E-2
Quadro 8- Capacidades com maior potencial de serem combinadas	Apd E-2
Quadro 9- Viabilidade da criação do sistema de combate integral combinado/unidade combinada	Apd E-2
Quadro 10- Marcos de atuação da possível força combinada	Apd E-2
Quadro 11- Dependência da unidade combinada	Apd E-2
Quadro 12- Origens da unidade combinada	Apd E-3
Quadro 13- localização e constituição da unidade combinada	Apd E-3
Quadro 14- Inovação tecnológica e desenvolvimento de sistemas interoperáveis	Apd E-3
Quadro 15- Recomendações para fortalecer a cooperação bilateral	Apd E-3
Quadro 16- Nível de integração nacional para a melhor interoperabilidade	Apd E-3



Resumo

A crescente complexidade do contexto estratégico euro-atlântico exige uma resposta coordenada e eficiente por parte dos Estados-membros da União Europeia e da OTAN. Portugal e Espanha, enquanto vizinhos e parceiros, enfrentam ameaças partilhadas que justificam um reforço da cooperação bilateral no domínio da Defesa. Este trabalho analisa a cooperação bilateral entre as forças terrestres dos dois países, com o objetivo de propor um modelo de capacidade combinada interoperável e sinérgica, até 2030.

Seguindo um raciocínio indutivo e uma estratégia de investigação qualitativa, desenvolveu-se um estudo de caso, com recurso a técnicas de análise documental e entrevistas semiestruturadas a autoridades militares portuguesas, espanholas e da brigada Franco-Alemã. A recolha de dados permitiu avaliar o estado atual da cooperação militar bilateral, identificar limitações estruturais e explorar boas práticas em outros países.

Os resultados evidenciam a viabilidade de desenvolver capacidades combinadas, recomendando-se a criação de unidades temporárias no domínio da defesa antiaérea e a constituição de uma Brigada Ibérica, a BriIB. Ambas as propostas visam responder a objetivos comuns no quadro da OTAN e da EU, por parte dos dois países.

A investigação contribui para o reforço da interoperabilidade luso-espanhola, sugerindo um novo paradigma de cooperação sustentado numa estratégia clara e um modelo de execução faseado.

Palavras-chave: Cooperação militar bilateral, forças terrestres, Portugal e Espanha, interoperabilidade, segurança euro-atlântica.



Abstract

The growing complexity of the Euro-Atlantic strategic context requires a coordinated and efficient response from EU and NATO member states. Portugal and Spain, as neighbours and partners, face shared threats that justify strengthening cooperation in the field of defence. This paper analyses bilateral cooperation between the two countries land forces, with the aim of proposing a model of combined interoperable and synergistic capability by 2030.

Following inductive reasoning and a qualitative research strategy, a case study was developed, using documentary analysis techniques and semi-structured interviews with Portuguese and Spanish military authorities and the Franco-German brigade. Data collection made it possible to assess the current state of bilateral military co-operation, identify structural limitations and explore good practices in other countries.

The results show the feasibility of developing combined capabilities, recommending the creation of temporary units in the field of anti-aircraft defence and the creation of an Iberian Brigade, BriIB. Both proposals aim to fulfil common objectives within the framework of NATO and the EU, regarding the two countries.

The research contributes to strengthening Portuguese-Spanish interoperability, suggesting a new paradigm for cooperation based on a clear strategy and a phased implementation model.

Keywords: *Bilateral military cooperation, land forces, Portugal and Spain, interoperability, Euro-Atlantic security.*



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

AAA	Artilharia Antiaérea
ACA	Artilharia de Campanha
AEECA	Área de Ensino do Estudo das Crises e dos Conflitos Armados/IUM
AFSC	<i>Alliance Future Surveillance and Control</i>
AGT	Agrupamento Tático

B

BtrAAA	Bateria AAA da BriMec
BAS	Batalhão de Apoio e Serviços
BDE	<i>Brigade</i>
BFA	Brigada Franco-Alemã
BIMecPes	Batalhão de Infantaria Mecanizado pesado
BriIB	Brigada Ibérica
BriMec	Brigada Mecanizada
<i>BRMZ XI</i>	<i>Brigada Extremadura XI</i>

C

CAOC	Centro de Operações Aéreas Combinadas
CC	Carro de Combate
C2	Comando e Controlo
CCTSC	Centro de Capacitação Tática, Simulação e Certificação
CEDN	Conceito Estratégico da Defesa Nacional
CE	Corpo de Exército
CFT	Comando das Forças Terrestres
CGTAD	<i>Cuartel General de Alta Disponibilidad</i>
CTm	Companhia de Transmissões

D

DA	Defesa Aérea
DCOIS	Divisão de Cooperação Operações, Informação e Segurança
DEU	Alemanha
DIPLAEM	Divisão de Planeamento e Estratégia
DGPDN	Diretor Geral de Política da Defesa Nacional
DPMT	Divisão de Planeamento Militar Terrestre



DIVPLA *División de Planes (del Estado Mayor del Ejército)*

E

EDF Fundo Europeu de Defesa

EM Estado-Maior

EME Estado-Maior do Exército

EMGFA Estado-Maior Geral das Forças Armadas

EP Exército português

ESN *Estrategia de Seguridad Nacional*

ET *Ejército de Tierra*

EUBG *European Union Battle Group*

EUTM *European Union Training Mission*

F

FA Forças Armadas

FUTER *Fuerzas Terrestres*

FHQ *Force Head-Quarters*

FRA Francesas

G

GACA Grupo de Artilharia de Campanha

GAAA Grupo de Artilharia Antiaérea

GL Grupo Logístico

H

HQ Quartel-General

I

I&D Investigação e Desenvolvimento

IUM Instituto Universitário Militar

L

LA Lições Aprendidas

LI Lições Identificadas

M

MADOC Mando de Adiestramiento y Doctrina

MTT *Military Training Team*

N

NRDC-ESP *NATO Rapid Deployable Corps - España*



NSATU	<i>Nato Security Assistance and Training for Ukraine</i>
NSIP	<i>NATO Security Investment Programme</i>
O	
OC	Objetivo de Cooperação
OE	Objetivos Específicos
OfLig	Oficial de Ligação
OFLP	Objetivo de Fuerza a Largo Plazo
OG	Objetivo Geral
OI	Organização Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado Atlântico Norte
P	
PC	Posto de Comando
PCB	Plano de Cooperação Bilateral
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PESCO	Cooperação Estruturada Permanente
P&S	Pooling & Sharing
Q	
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
R	
RCA	República Centro Africana
REMP	Reunião dos Estados-Maiores Peninsulares
S	
SD	<i>Smart Defence</i>
SEPO	<i>Sección de Estrategia, Planes y organización (DIVPLA)</i>
SICCA-3	Sistema Integrado de Comando, Controlo e Artilharia Antiaérea Nível 3
STRATCOM	<i>Strategic Communication</i>
SWOT	<i>Strengths, Weakness, Opportunities, Threats</i>
T	
TFC	Trabalho Final de Curso
TTCC	<i>Toledo Training Coordination Center</i>
TTP	Táticas, técnicas e Procedimentos



U

UAV	Veículos Não Tripulados
UC	Unidade de Contagem
UDAA	<i>Unidad de Defensa Antiaérea</i>
UE	União Europeia
UEB	Unidade Escalão Batalhão
UR	Unidade de Registro



1. Introdução

A região Euro-atlântica não está em paz. Não se pode descartar a possibilidade de um ataque à soberania e à integridade territorial de um país europeu. O ambiente de segurança é marcado por uma situação de competição estratégica, instabilidade generalizada e choques recorrentes. As ameaças existentes estão interligadas e são de caráter global. Regimes autoritários ameaçam os nossos interesses, valores e modo de vida (OTAN, 2022, pp. 3–5).

Portugal e Espanha constituem os países da Península Ibérica e partilham uma das fronteiras mais antigas e estáveis da Europa. Ao longo dos séculos, cada país seguiu o seu próprio caminho, mas de forma complementar. Portugal sempre teve o Atlântico como horizonte, construindo uma identidade fortemente ligada ao mar e à exploração de territórios ultramarinos, enquanto a Espanha, com um território mais extenso, focou-se em expandir sua influência na Europa e no Mediterrâneo. A sua relação oscilou entre a competição e a convivência, com episódios de conflito e momentos de cooperação, especialmente na era contemporânea. Hoje, juntos na União Europeia (UE) e na Organização de Tratado Atlântico Norte (OTAN), Portugal e Espanha partilham interesses e oportunidades comuns no cenário global (Silva, 2010).

Segundo Flint, (2006, p. 58), "[...] cada país possui um código geopolítico [...] a sua principal, senão única, preocupação está com os seus vizinhos imediatos: são amigos ou inimigos?". Esta lógica estratégica, guiaria os estados nos seus compromissos internacionais, permitindo-lhes identificar os aliados e delinear estratégias de cooperação (Coelho, 2024).

Por outro lado, Flint (2006, p. 59), afirma que "as conexões militares também são vistas como um meio de manter a cooperação internacional".

Da leitura do Conceito Estratégico da Defesa Nacional (CEDN) (Res. Conselho Ministros n.º 19/2013, de 1 de abril) e a *Estrategia de Seguridad Nacional* (ESN) (RD n.º 1150/2021, de 28 de dezembro), constata-se a convergência de Portugal e Espanha em pontos significativos no âmbito da segurança e da defesa, justificando assim a necessidade de reforçar a cooperação militar bilateral existente, para ir ao encontro de respostas integradas às ameaças partilhadas.

Neste contexto não só de proximidade geopolítica e cultural, mas também de convergência de Portugal e Espanha no domínio da segurança e defesa, o objeto de estudo deste trabalho é cooperação bilateral entre Portugal e Espanha no âmbito das Forças Terrestres.



A investigação delimita-se em três dimensões: (i) temporalmente, o estudo delimita-se ao período que começa com a assinatura do Acordo entre o Reino de Espanha e a República Portuguesa, relativo à Cooperação Militar Bilateral em Baiona, em 2015, e estende-se até 2030. Esta data corresponde ao horizonte temporal definido na Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa da UE, a qual estabelece umas metas concretas de desenvolvimento das capacidades europeias de segurança e defesa até ao final da década (Conselho da UE, 2022, p. 4); (ii) espacialmente, centra-se nos Exércitos de Portugal e de Espanha, em toda a sua extensão; e (iii) quanto ao conteúdo, o estudo circunscreve-se à cooperação militar bilateral entre as forças terrestres de ambos os países, tendo em conta o exemplo da Alemanha e da França.

Decorrente do objeto e da sua delimitação, define-se como **Objetivo Geral (OG)** da investigação, propor o reforço do modelo de cooperação militar bilateral entre Portugal e Espanha, ao nível das suas forças terrestres, com vista a atingir capacidades combinadas interoperáveis e sinérgicas em 2030.

Na prossecução do OG, foram definidos os seguintes **Objetivos Específicos (OE)**:

- OE1.** Caracterizar o atual estado de cooperação bilateral entre as Forças Terrestres de Portugal e Espanha;
- OE2.** Analisar o modelo da Brigada Franco-Alemã (BFA).
- OE3.** Avaliar a viabilidade de criação de capacidades combinadas entre as forças terrestres de Portugal e de Espanha, a fim de reforçar a sua cooperação militar bilateral, assegurando a concretização dos objetivos estratégicos comuns até 2030.

No intuito de apoiar a orientação do estudo, sua delimitação e sistematização, definiu-se a seguinte **Questão Central (QC)**: que modelo de cooperação militar bilateral entre as forças terrestres de Portugal e Espanha, poderia ser proposto para alcançar capacidades combinadas interoperáveis e sinérgicas até 2030?

Em linha com o OG e respetivos OE, elencaram-se as **Questões Derivadas (QD)**:

- QD1.** Qual é o estado atual da cooperação bilateral entre as forças terrestres de Portugal e Espanha?
- QD2.** Como está configurada a BFA?
- QD3.** Em que medidas é viável a criação de capacidades combinadas entre as forças terrestres de Portugal e Espanha para reforçar a cooperação militar bilateral até 2030?



O presente trabalho, em formato escolar, estrutura-se em oito capítulos. Na presente introdução, foi efetuado o enquadramento do tema e a justificação da investigação, apresentando o objeto de estudo e a sua delimitação; o segundo capítulo aborda o enquadramento teórico e concetual. No terceiro capítulo é descrita a metodologia e o método utilizados na investigação. O quarto capítulo foca-se na análise da cooperação bilateral atual entre as Forças Terrestres de Portugal e de Espanha. No quinto capítulo, analisa-se o modelo de cooperação dos exércitos alemão e francês. O sexto capítulo discute a possibilidade de criação de capacidades combinadas luso-espanholas. O sétimo capítulo apresenta uma proposta de criação de capacidades combinadas, nomeadamente na área da Artilharia Antiaérea (AAA) e com a constituição de uma Brigada Combinada. Por fim, o oitavo capítulo reúne as conclusões do estudo, sintetizando os resultados e sugerindo contributos para o conhecimento, as limitações, os estudos futuros e as recomendações.



2. Enquadramento teórico e concetual

No presente capítulo apresentam-se os conceitos estruturantes e a revisão da literatura. Embora o tema aborde uma ampla gama de conceitos, como conceitos estruturantes para a investigação destacam-se dois: (i) capacidades militares e (ii) cooperação militar bilateral.

Finalmente, neste capítulo serão analisados o CEDN (Conselho Ministros, 2013) e a ESN (*Presidencia del Gobierno*, 2021), documentos estratégicos oficiais onde cada um dos dois Estados define os objetivos e prioridades da sua política de segurança e defesa.

2.1. Capacidades militares

As capacidades militares podem definir-se como o conjunto de “elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeitos que é necessário atingir, englobando componentes da doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade” (Ministério da Defesa Nacional, 2014).

A figura 1, resume o conjunto de vetores de desenvolvimento em cada capacidade militar:

CAPACIDADES	
Doutrina	Como combatemos (combate, apoio de serviços). Compreende táticas, técnicas e procedimentos (TTP).
Organização	Como estamos organizados para combater (Flotilhas - Brigadas/ <i>European Union Battle Groups</i> [EUBG]– Esquadras). Define as estruturas, forças e elementos militares para obter, manter e sustentar uma determinada capacidade.
Treino	Como nos preparamos para combater ao nível do treino (individual, coletivo, modular, orientado para a missão, de unidade, combinado) e operacional (conjunto). Finalidade é a manutenção e aperfeiçoamento dos conhecimentos/aptidões previamente adquiridos, associados à aplicação/emprego de uma determinada capacidade.
Material	Todos os materiais, equipamentos e tecnologia necessários para equipar as forças. Exclui novos equipamentos, em fase de desenvolvimento e teste.
Liderança	Assenta na liderança e gestão de formação individual destinadas a conferir as competências necessárias ao desempenho de cargos específicos de acordo com uma determinada missão. Compreende a Instrução Militar, Formação Contínua e Formação Profissional.
Pessoal	Representa o quadro de recursos humanos com os conhecimentos, treino e cultura para sustentar uma determinada capacidade em tempo de paz, guerra, conflito ou em situações de crise.
Infraestruturas	Infraestruturas necessárias para alojar, treinar e aprontar forças, bem como operar e sustentar meios.
Interoperabilidade	Dá coerência à capacidade e a torna eficaz no cumprimento dos objetivos (táticos, operacionais ou estratégicos), com base no processo colaborativo de planeamento e decisão, associado à obtenção de uma atuação multi-domínio e sincronização de todos os vetores associados ao desenvolvimento da ação. Ao nível nacional (entre Ramos) e internacional.

Figura 1 – Vetores de desenvolvimento ao nível da edificação de capacidades militares ao nível NATO e UE

Fonte: AEECCA/IUM, (2024, p. 20)



No *Objetivo Fuerza Largo Plazo 2040 (OFLP)* do *Ministerio de Defensa*, (2019, p. 17), as capacidades militares são definidas como:

“O conjunto de sistemas que, operados segundo princípios e procedimentos doutrinários estabelecidos, permitem alcançar determinados efeitos através do seu emprego em operações para cumprir as missões atribuídas. As áreas em que se agrupam são as seguintes: preparação, comando e controlo; capacidade de enfrentamento; conhecimento da situação; projeção; sustentação; sobrevivência e proteção; e contribuição para a ação do Estado”.

Assim, com base nas duas definições apresentadas, pode concluir-se que uma capacidade militar é um conjunto integrado de sistemas, que articulados de forma complementar e operados segundo a doutrina estabelecida, realizam tarefas operacionais que permitem atingir os efeitos desejados.

2.2. Cooperação militar bilateral

A cooperação militar bilateral refere-se a uma forma de colaboração direta entre dois países que se unem para alcançar objetivos comuns, neste caso de ordem militar. Conforme Coelho (2024, p. 22), o “[...] bilateralismo reflete uma preferência por uma relação direta e específica, baseada na confiança e no entendimento mútuo, que pode ser mais ágil e focada do que os enfoques multilaterais”. Segundo ele “[...] este modelo permite que Espanha e Portugal abordem as suas necessidades e objetivos específicos de forma mais eficaz, ao mesmo tempo que constroem um modelo de cooperação que pode servir de referência para outras relações bilaterais”.

Este tipo de cooperação geralmente envolve acordos, tratados ou parcerias, nos quais ambos os países se comprometem a trabalhar juntos em projetos ou iniciativas que beneficiem ambas as partes. A cooperação bilateral referida ocorre na área da Defesa.

Essa cooperação é fundamental nas relações entre Espanha e Portugal, dado que fortalece os laços diplomáticos e promove o desenvolvimento mútuo, garantindo que ambos os países partilhem benefícios e responsabilidades no âmbito da Defesa (Lázaro, 2017).

A cooperação bilateral, no âmbito da defesa, entre Portugal e Espanha, atingiu nos últimos anos, um elevado nível de desenvolvimento, materializado em múltiplas atividades a nível Estratégico, Operacional e Tático. Esta cooperação caracteriza-se por um elevado nível de confiança e bom entendimento entre as partes (DIPLAEM & DIVESTRA, 2021).

Portanto, pode-se afirmar que a cooperação entre Portugal e Espanha, encontra-se assente numa sólida e coerente estrutura de cooperação, que começa pelas Cimeiras Luso-



Espanholas realizadas todos os anos e que servem para evidenciar as excelentes relações entre os dois países (Coelho, 2024).

Além destas cimeiras, existem vários documentos e grupos de trabalho que regulam a cooperação militar entre estes dois países: o Tratado de Amizade e Cooperação entre o Reino da Espanha e a República Portuguesa (Trujillo, 2021); o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa (Bayona, 2015); o Plano Plurianual de Cooperação Bilateral entre Portugal e Espanha; as Reuniões dos Estados Maiores Peninsulares (REMP); e o Plano de Cooperação Bilateral (PCB). Todos eles concentram os seus esforços na cooperação bilateral entre Portugal e Espanha.

Do exposto, conclui-se que a cooperação militar bilateral é uma parceria estratégica entre duas nações que se comprometem a partilhar recursos de defesa e capacidades militares para enfrentar desafios comuns, reforçar a segurança e promover o bem-estar mútuo. Esta cooperação evoluiu em resposta às dinâmicas globais, baseando-se em acordos formais e na implementação conjunta de operações e desenvolvimentos tecnológicos na área da Defesa (Coelho, 2024, p. 14). A figura 2 representa os diferentes acordos e documentos que regulam a cooperação militar entre Portugal e Espanha, no âmbito da cooperação militar bilateral.

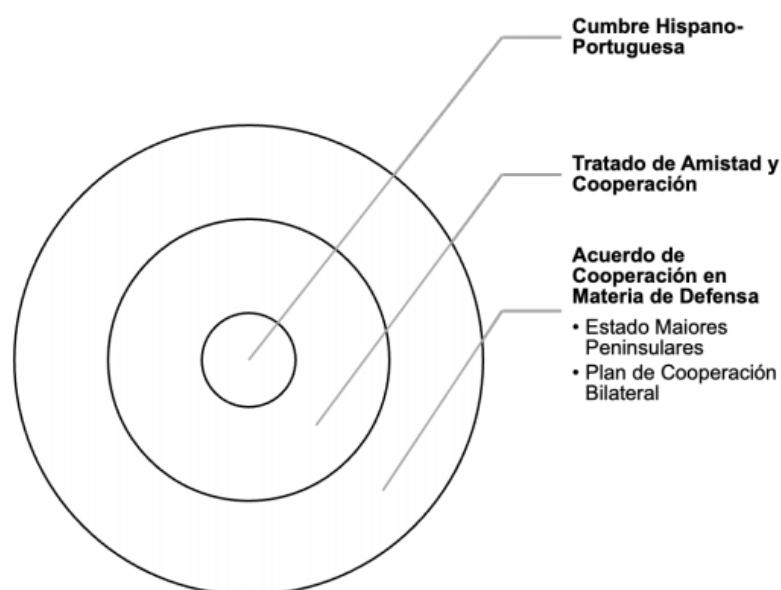


Figura 2– Mecanismos de Cooperação Militar Bilateral

Fonte: Coelho, (2024, p. 34)

2.3. Análise do CEDN e da ESN

O CEDN (Conselho Ministros, 2013) e a ESN (*Presidencia del Gobierno*, 2021), convergem em diversos pontos no âmbito da segurança e da defesa nacional. É necessário destacar que há uma diferença de data de oito anos entre ambos os documentos. Neste tempo,



algumas circunstâncias mudaram. Ainda assim, estes dois documentos revelam alinhamento em vários aspetos de interesse para este trabalho. O futuro CEDN está em processo de revisão, desde 2022.

Tanto Espanha quanto Portugal, destacam a importância de uma visão integral de segurança. Face aos riscos contemporâneos, a ESN sublinha o conceito de resiliência e prevenção estratégica e o CEDN enfatiza na mobilização dos recursos nacionais para conseguir uma estratégia integrada. Os dois países vêm a UE como um pilar básico nas suas políticas de segurança: a ESN considera essencial para a segurança coletiva a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e no CEDN destaca-se o papel da UE como garante da estabilidade regional e da segurança internacional. Ambos os documentos consideram como transnacionais as ameaças do terrorismo, as mudanças climáticas, as pandemias e os ciberataques, e defendem uma resposta coletiva, tendo por base as alianças político-militares a que pertencem.

Em particular, a UE deve assumir um papel mais relevante na gestão de desafios como as pandemias, o terrorismo internacional, os ciberataques ou as campanhas de desinformação, que exigem respostas coletivas e a integração de capacidades militares (*Presidencia del Gobierno*, 2021, p. 19).

O CEDN no capítulo 1.4.2, afirma que “[...] para lutar contra o crime organizado transnacional importa não só reforçar a cooperação internacional, como melhorar a capacidade de prevenção [...]”.

Tanto Espanha como Portugal, destacam a importância do multilateralismo e da colaboração com as alianças (OTAN e UE) valorizando, segundo a ESN, o papel da Espanha na preservação da paz e da segurança internacional perante um maior compromisso com a Aliança Atlântica; e segundo o CEDN, este considera a OTAN um pilar da sua segurança.

Em ambos os documentos, o Atlântico é inevitavelmente considerado como um espaço de interesse comum.

Contudo, o CEDN e a ESN identificam os riscos ambientais, cada vez mais frequentes e devastadores, como um desafio que afeta diretamente a segurança. A ESN (*Presidencia del Gobierno*, 2021, p. 67) afirma que os “riscos de origem natural relacionados com o clima, como inundações e incêndios florestais, têm cada vez maior impacto na segurança, pois estão a tornar-se mais severos e frequentes”. O CEDN no seu capítulo 1.4.2, assegura que “é necessária uma Estratégia Nacional do Ambiente que permita prevenir e fazer face, de forma integrada, aos principais riscos ambientais em Portugal”.



Em síntese, o CEDN e a ESN evidenciam a visão estratégica convergente quanto aos principais desafios à segurança e a necessidade de respostas integradas de Portugal e Espanha. Ambos os documentos refletem a prioridade dada ao reforço da cooperação multilateral no âmbito da OTAN e da EU. Apesar da diferença temporal dos documentos e das alterações no contexto atual, mantêm uma preocupação comum face a ameaças transnacionais como o terrorismo, as pandemias, os ciberataques e as mudanças climáticas. Esta análise confirma, portanto, a forte convergência das estratégias de ambos os países e a necessidade contínua de adaptação das suas políticas de segurança e defesa.



3. Metodologia e método

Neste capítulo apresenta-se a metodologia e o método que guiaram esta investigação. Para orientação da investigação foi elaborado o modelo de análise constante no Apêndice A.

3.1. Metodologia

A metodologia de investigação adotada, tem por base as Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação (Santos & Lima, 2019) e as normas vigentes no Instituto Universitário Militar (IUM).

No presente trabalho, optar-se-á por adotar um raciocínio indutivo, uma vez que, a partir da observação de factos particulares, neste caso concreto a cooperação bilateral atual e dados retirados de outros modelos de cooperação, procura-se propor um modelo de cooperação bilateral que contribua para melhorar a cooperação existente.

Através da consolidação da recolha de dados, utilizando uma abordagem de pesquisa qualitativa, pretende-se caracterizar o atual estado de cooperação militar bilateral entre Portugal e Espanha, analisar o modelo franco-alemão e identificar as capacidades que permitam criar unidades combinadas, para propor um modelo de força terrestre combinada interoperável e sinérgica que possa fazer face aos objetivos comuns identificados.

A investigação irá decorrer ao longo dum horizonte temporal transversal perante a recolha e análise de dados, utilizando a análise documental e inquéritos por entrevista semiestruturada.

Relativamente ao desenho de pesquisa será utilizado o estudo de caso, toda a vez que nesta investigação procurar-se-ia recolher informação detalhada sobre uma única unidade de estudo (Santos & Lima, 2019, p. 36), a cooperação militar bilateral entre Portugal e Espanha.

3.2. Método

3.2.1. Participantes e procedimentos

O percurso metodológico assenta em duas fases, conforme a norma em vigor (NEP/INV – 001, A-2, 2024).

Numa primeira fase, recorreu-se à realização de entrevistas exploratórias, visando especialistas militares com conhecimento na área do objeto de estudo, nomeadamente aos Coronel Carlos Aguado, *Jefe de la Sección de Asuntos Internacionales*, Comandante Francisco Montesinos, *Analista de la Sección de Estrategia, Planes y Organización*, Major Ricardo Coelho, coordenador de Área da Repartição de Ação Externa do Estado-Maior do Exército (EME), Oficial de Ligação (OfLig) da Espanha no Estado-Maior Conjunto das FA



(EMGFA), Tenente-Coronel Jorge Vilares, OfLig francês no EMGFA, Major Jean-Philippe Urbano, OfLig da Espanha em Potsdam, Coronel Fernando Enseñat e ao adido da Alemanha em Madrid, Coronel Markus Bungert. Todos eles com responsabilidades e experiência no âmbito da cooperação de Defesa, tendo em vista a recolha de uma perspetiva pessoal sobre a problemática em apreço.

Para poder definir melhor o tema de estudo, e identificar as perguntas das entrevistas semiestruturadas, duas destas entrevistas exploratórias foram mais exaustivas e encontram-se apresentadas no *link* do Apêndice D.

Numa segunda fase, entrevistaram-se autoridades com responsabilidades na área da cooperação militar bilateral, nomeadamente militares portugueses e espanhóis com reconhecida experiência na área, bem como o segundo-comandante da BFA, com o desiderato de colher uma visão abrangente do objeto de estudo, conforme sistematizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Entrevistas realizadas a Oficiais do Exército português e do *Ejército de Tierra* espanhol

E	Identificação	Função/Experiência	Nível	Data / Meio
E1	Tenente-General Nuno Correia Barrento de Lemos Pires	Diretor Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN)	Político Estratégica	Presencial
E2	Tenente-General Paulo Emanuel Maia Pereira	Vice-Chefe de Estado-Maior do Exército (Vice CEME)	Estratégico Militar	Presencial
E3	Tenente-General João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro	Comandante do Comando de Pessoal	Estratégico Operacional	VTC 7-03-25
E4	Coronel Paulo Manuel da Encarnação Rosendo	Comandante do Regimento de AAA a luz	Tático	Presencial
E5	General División Jose Manuel González	Jefe División de Planes (DIVPLA/EME)	Estratégico Operacional	e-mail
E6	Tenente-Coronel Jorge Vilares Cabanas	Oficial de Ligação Espanhol DIPLAEM / EMGFA	Operacional	Presencial
E7	General de Brigada Ignacio Ojeda González-Posada	Comandante do MAAA espanhol	Operacional	Telefónica
E8	Coronel Nicolas Rivière	2º Comandante Brigada Franco-Alemã	Tático	e-mail

Trata-se de uma amostragem não-probabilística intencional, devido a que os entrevistados foram deliberadamente escolhidos para pertencerem à amostra, por serem mais representativos da área de estudo. A análise é baseada nos testemunhos das pessoas que dispõem das características específicas do que se pretende analisar (Sarmiento, 2013, p. 83).



Portanto, colheram-se as várias perspetivas envolvidas no objeto de estudo, ao nível político, estratégico, operacional e tático, da cooperação militar bilateral.

3.2.2. Instrumentos de recolha e tratamento de dados

Na presente investigação recorreu-se à informação perante a análise documental e entrevistas semiestruturadas. Segundo Flick (2005, p. 95), “a vantagem deste método reside na melhoria da comparatividade e da estruturação dos dados, pelo uso coerente do guião da entrevista. Quando o objetivo da coleta de dados são as afirmações concretas sobre um assunto, o meio mais eficiente é a entrevista semiestruturada.” Estes instrumentos justificam-se pela natureza qualitativa adotada, que busca compreender em profundidade perceções, orientações e práticas relativas a cooperação militar bilateral.

A análise documental incidiu sobre fontes primárias, designadamente documentos oficiais, obras de referência, regulamentos e documentação institucional relacionada com esta investigação. Também foi sustentada em fontes secundárias, como teses de mestrado e estudos de militares sobre esta área de investigação.

As entrevistas semiestruturadas aplicadas às distintas autoridades escolhidas, tiveram por base os guiões previamente encaminhados (Apêndice B), em consonância com o modelo de análise definido.

A técnica de análise dos dados recolhidos nas entrevistas semiestruturadas foi a análise de conteúdo, uma vez que se pretende “[...] descrever as situações, mas também interpretar o sentido do que foi dito [...] e ainda descobrir as relações de causalidade de interpretação das dinâmicas sociais em estudo” (Guerra, 2006, p. 69).

Efetuiu-se a análise por questão, segundo a metodologia de análise de Sarmiento (2013, p. 53). Na categorização foram definidas classes hierárquicas de análise, nomeadamente: categorias; subcategorias; unidades de registo (UR); unidades de contexto (UC), enumeradas no Apêndice C.

As UR (Apêndice C) são os fragmentos mínimos de conteúdo, que exprimem uma característica e que são definidos por uma palavra ou conceito-chave. As UC “são segmentos do texto que contem as unidades de registo e, portanto, de maiores dimensões do que a UR”. De acordo com a frequência da presença de certas características, agrupam-se em categorias, e elaboram-se as respetivas conclusões (Sarmiento, 2013, pp. 53-66). A categorização da informação recolhida nas entrevistas, está materializada no Apêndice D. Finalmente, os resultados ficam apresentados nos quadros do Apêndice E.



4. Análise do atual estado de cooperação bilateral entre as Forças Terrestres de Portugal e Espanha

Neste capítulo procurar-se-á caracterizar a o estado atual da cooperação bilateral entre as forças terrestres de Portugal e Espanha, e responde-se à QD1.

4.1. Plano Plurianual de Cooperação bilateral entre Portugal e Espanha (2021)

Anualmente e desde 1954, realizam-se as REMP alternativamente em Portugal e em Espanha e têm como finalidade assegurar o planeamento das atividades bilaterais de interesse mútuo, fomentar as ações de formação, preparação e treino das Forças Armadas (FA) de ambos os países, e promover a interoperabilidade e o treino conjunto e combinado das FA de ambos os países (DIPLAEM & DIVESTRA, 2021, p. 1/11).

De acordo com o Plano Plurianual, pretende-se

[...] estruturar a cooperação bilateral entre Portugal e Espanha através da definição de uma estratégia, composta pelos Objetivos (fins), as Ações (formas) e os Recursos (meios) necessários para alcançar o estado final desejado em cada horizonte temporal das relações entre os dois Estados no domínio da defesa”. (DIPLAEM & DIVESTRA, 2021)

Neste Plano Plurianual são considerados três horizontes temporais: a curto prazo (1-2 anos), a médio prazo (3-4 anos) e a longo prazo (mais de 5 anos). Este plano, definido para seis anos, estabelece um sistema de controlo que permite realizar ajustes e realiza um seguimento contínuo da cooperação bilateral. Além disso, realiza-se uma avaliação anual da cooperação que se apresenta nas REMP.

Portanto, este Plano tem um carácter estruturante da cooperação bilateral entre as FA portuguesas e espanholas, constituindo-se num conjunto de linhas de orientação não vinculativas nem exclusivas, que está aberto a adaptações e atualizações em função dos condicionalismos institucionais, orçamentais ou de oportunidade. No presente momento, está no seu terceiro ano de execução com um grau de execução de 77% (Subgrupo Trabalho Conjunto, 2024, p. 4).

Espanha como Portugal consideram este plano uma ferramenta adequada que favorece uma planificação ordenada, a avaliação e o controlo das colaborações para a consecução dos objetivos de cooperação estabelecidos (Subgrupo Trabalho Conjunto, 2024, p. 4)

No Anexo A podemos observar a análise das fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças (a través da matriz SWOT) da cooperação bilateral em matéria de defesa entre Portugal e Espanha feita em 2021. Dela podem extrair-se as seguintes conclusões: a



cooperação bilateral entre Portugal e Espanha em defesa, beneficia da proximidade geográfica, da elevada interoperabilidade e da participação conjunta em operações, mas carece de uma estratégia estruturada e de estruturas combinadas formais. A falta de recursos, a ausência de ligação entre as indústrias de defesa e a dependência de fatores conjunturais limitam o potencial desta parceria. Oportunidades como o reforço da Defesa Europeia e a criação de capacidades combinadas devem ser exploradas. O principal desafio é transformar a cooperação numa aliança estratégica sustentável, otimizando recursos, sistematizando o treino conjunto e fortalecendo as capacidades combinadas.

Por outro lado, no Anexo H e I deste plano, são apresentados os Objetivos de Cooperação (OC). Em particular, o OC 9 consiste em “articular respostas combinadas para problemas de defesa partilhados” e o OC 6 refere-se a “desenvolver a geração combinada de capacidades” (DIPLAEM & DIVESTRA, 2021). Estes objetivos engobam ações concretas para fomentar a interoperabilidade e o desenvolvimento combinado de capacidades. Também se foca em identificar projetos de investigação e desenvolvimento (I&D) para desenvolver capacidades a nível bilateral, e assim estabelecer recomendações para a coordenação entre as indústrias nacionais de defesa. A execução dessas ações encontra-se em diferentes estágios de implementação.

4.2. Análise das Atas das REMP 2024

A LXVIII REMP 2024 teve lugar em Madrid, no dia 20 de novembro. Nela concluiu-se que as ações derivadas das LXVII REMP de 2023 foram realizadas com um elevado grau de sucesso. As ações de cooperação no âmbito terrestre abrangem muitas áreas. Tendo em conta o volume destas ações, vamos agora resumir as mais importantes para o desenvolvimento desta investigação.

No desdobramento no Flanco leste, sendo Espanha Nação-Quadro dum *Battle Group* multinacional, escalável a Brigada (BDE), na Eslováquia, enquadrado na Divisão Multinacional centro, como parte do desdobramento de dissuasão e defesa da Aliança no Flanco leste, ofereceu a Portugal a possibilidade de contribuir adicionalmente na seguinte rotação, em áreas específicas como meios de recuperação de carros de combate. Portugal comprometeu-se a analisar esta contribuição adicional e informou do desdobramento de unidades dotadas com a viatura PANDUR e VAMTAC (e os meios de sustentação) a partir de 2025 (Subgrupo Trabalho Conjunto, 2024, p. 5) e (Subgrupo Trabalho Terrestre, 2024, p. 5).



No que diz respeito às ações de cooperação no âmbito da UE, foram revistos os próximos compromissos e apoios mútuos para os *European Union Battle Group* (EUBG) no período entre 2026 e 2027. Portugal confirmou exercer como *Framework Nation*, no período 2025-2/2026-1. Espanha pelo seu lado liderará os EUBG 2026-2 e 2027-1, com a contribuição portuguesa. As duas nações confirmaram continuar a apoiar na geração dos futuros EUBG e a partilhar as Lições Identificadas (LI) e as Lições Aprendidas (LA) (Subgrupo Trabalho Conjunto, 2024, p. 6).

Na área da Segurança Cooperativa, Espanha reiterou a Portugal a possibilidade de contribuir para o Plano Nacional do STROG, complementar ao *Regional Plan Southeast* da OTAN. Foi sugerido um formato flexível para a participação de unidades em atividades de treino. Portugal comprometeu-se a estudar a possibilidade no futuro (Subgrupo Trabalho Conjunto, 2024, p. 8).

Paralelamente, no mesmo dia, teve lugar a reunião do Subgrupo de Trabalho Terrestre correspondente à LXVIII REMP. Na sessão de abertura, segundo a ata elaborada pelo Subgrupo Trabalho Terrestre, (2024, p. 2) foi destacada a cooperação eficaz entre os dois exércitos em prol da paz mundial e foi sublinhada a importância em reforçar essa cooperação bilateral, especialmente nos seguintes domínios:

- Preparação militar com foco no aumento da interoperabilidade entre as unidades de ambos os exércitos.
- Participação em operações e contribuições para Organizações Internacionais (OI) no âmbito OTAN e UE, incluindo o destacamento de forças para a Eslováquia e na constituição dos EUBG.
- O Exercício TAURUS 2025 apresentado pelo Exército Português (EP) tem o foco na capacidade de Comando e Controlo (C2), visando melhorar a interoperabilidade, o conceito de emprego e o apoio operacional. Foi destacado o défice existente nesta área no quadro da UE. O *Ejército de Tierra* espanhol (ET) confirmou seu interesse e a sua participação com 25 observadores.
- EUBG 2026-2 E 2027-1: foi mencionada a proposta ao Eurocorpo de assumir o papel de *Force Head-Quarters* (FHQ) do EUBG e foi oferecida a Portugal a possibilidade de ocupar alguns postos de reforço nesse FHQ. Portugal confirmou a sua disponibilidade de contribuir para o mesmo.
- Na integração da simulação no processo de instrução e treino para operações, foram apresentadas as capacidades de simulação do ET para treino desde nível individual



até à Brigada. Também foi apresentado o Centro de Capacitação Tática, Simulação e Certificação (CCTSC) de Portugal que permite treino desde níveis básicos até ao planeamento estratégico, incluindo a experimentação de projetos de I&D, de novas tecnologias e de treino com as mesmas. A delegação espanhola manifestou interesse em utilizar o centro português, tendo Portugal concordado.

- Portugal e Espanha estão a trabalhar para melhorar a interoperabilidade dos sistemas de C2 da AAA, o Sistema Integrado de Comando, Controlo de Artilharia Antiaérea Nível 3 (SICCA-3) português e o sistema de C2 espanhol. Está em estudo a realização de um exercício anual conjunto-combinado para a integração destes sistemas diretores de fogos dos dois países.

4.3. Geminações entre unidades

Atualmente, existem quatro geminações entre o ET e o EP:

A Brigada “Extremadura” XI (BRMZ XI) localizada em Badajoz e a Brigada Mecanizada (BriMec) localizada em Santa Margarida, estabelecida em 2017; o *Regimento de Especialidades 11* e o Regimento de Engenharia nº1, de Tancos, formalizada em 2020; a *Brigada "Galicia" VII* de Pontevedra e a Brigada de Intervenção, criada em 2021; e o *Centro Geográfico del Ejército*, localizado em Madrid e o Centro de Informação Geoespacial do EP.

Ambos os exércitos estão satisfeitos com estas geminações pelo seu bom funcionamento e pelo fortalecimento da interoperabilidade e o entendimento mútuo entre as unidades (Subgrupo Trabalho Terrestre, 2024, p. 5).

No caso da geminação entre a BriMec e a BRMZ XI, estas realizam uma média de 25 atividades de cooperação por ano (DIPLAEM & DIVESTRA, 2021), o que após sete anos de geminação, se traduz num conhecimento mútuo profundo, na harmonização doutrinária e na adoção de padrões comuns entre estas duas unidades.

Segundo o Tenente-General Maia Pereira, Vice Chefe do Estado-Maior do Exército, (entrevista presencial, 7 fevereiro de 2025), a cooperação militar bilateral entre Portugal e Espanha, é sólida, com unidades que treinam regularmente em conjunto e conformam contingentes multinacionais de forma combinada, demonstrando que as diferenças culturais e doutrinárias não constituem obstáculos relevantes.

Portanto, a cooperação bilateral entre as Forças Terrestres de Portugal e Espanha encontra-se num estado avançado, apoiada por uma estrutura consolidada através do PCB e das REMP anuais. Contudo, identificam-se algumas limitações relevantes, nomeadamente a



ausência de uma estratégia mais estruturada e a falta de estruturas combinadas que permitiriam otimizar recursos, além de potenciar uma ligação entre as indústrias de defesa de ambos os países. Portanto, apoiando-nos em pontos fortes (proximidade geográfica, elevada interoperabilidade, participação conjunto-combinada em operações e exercícios, visão partilhada 360° com foco no flanco sul) surge o desafio do desenvolvimento de capacidades combinadas. Esta abordagem está em consonância com os OC. do PCB e reflete um compromisso efetivo com a construção de capacidades combinadas, sustentando diretamente a proposta de desenvolvimento de uma capacidade combinada como resposta estratégica às necessidades partilhadas.

Neste contexto, a localização de Santa Margarida em Portugal assume especial importância pela existência do CCTSC que permitiria fazer a experimentação das novas tecnologias necessárias para qualquer projeto combinado que pudesse ser desenvolvido. Considera-se assim, respondida a QD1.



5. Análise do modelo de cooperação bilateral entre os exércitos alemão e francês

O modelo franco alemão é frequentemente citado como exemplo de eficácia, pela sua participação contínua em operações e está organizado com base numa brigada, a BFA. Desde a sua criação em 1989, a BFA tem estado sob a liderança alternativa da Alemanha e da França, com unidades estacionadas em locais dos dois países (Bundeswehr, sem data).

Segundo a informação apresentada pelo 2º Chefe da BFA, Coronel adjunto ao comandante da BFA e chefe dos elementos franceses, Nicolas Rivière (entrevista por mail, 10 de fevereiro 2025), a BFA é uma brigada de infantaria media entre dois países, com tropas francesas e alemãs, onde “não só faz uma contribuição valiosa para as operações do *Bundeswehr* e da *Armée de Terre* francesa, mas também contribui para a amizade e manutenção da confiança dos dois países, através do desenvolvimento de TTP comuns”.

Como pode verificar-se na figura 3, esta brigada tem uma dupla dependência. Pelo lado francês depende da 1ª Divisão, em Besancon, e do lado alemão depende da 10ª *Panzer Division*, em Veitshöchheim.

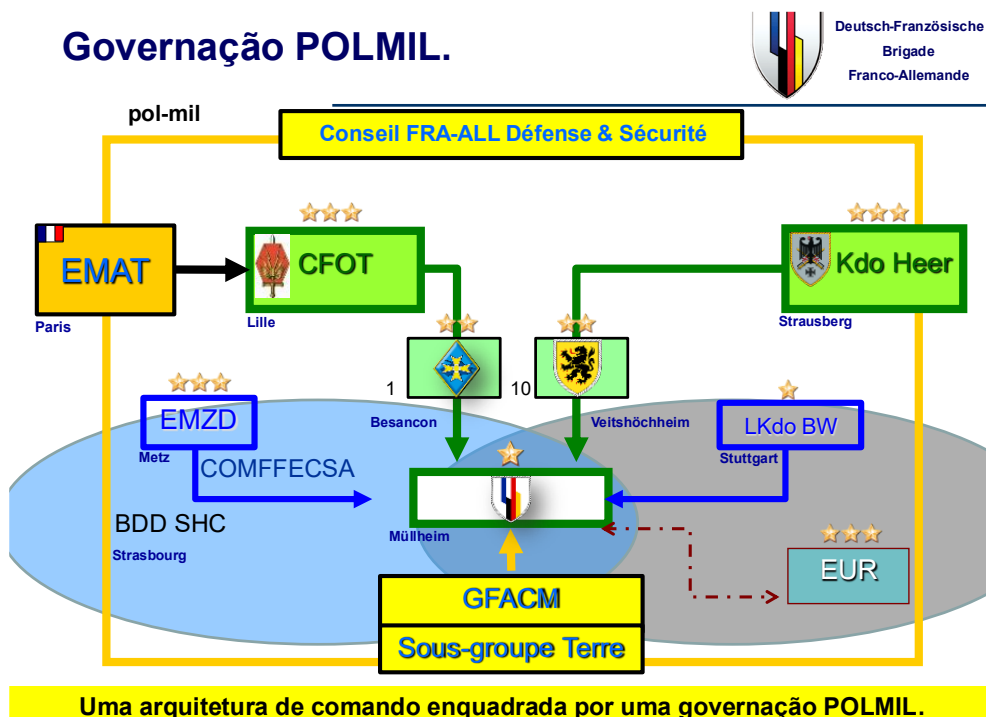


Figura 3– Dependência da Brigada Franco-Alemã

Fonte: Brigade Franco-Allemande, (2024, p. 5)

N. Rivière (*op. cit*), confirma que a BFA recebe ordens nacionais de ambos os países e deve escolher como cumprir as missões, de forma binacional ou nacional. Certas missões só podem ser nacionais, como algumas operações.



O efetivo teórico é de 5.200 militares e está distribuída em seis localizações entre os dois países (ver figuras 4 e 5). É constituída pelo Batalhão de Caçadores nº 291, o 1º Regimento de Infantaria e um Regimento de Cavalaria Hussar, em França. Na Alemanha encontram-se o Batalhão de Caçadores nº 292, o Grupo de Artilharia nº 295 e o Batalhão de Abastecimento Franco-Alemão (ver figura 4). O comando é rotativo, alternando a cada dois anos em relação à nacionalidade do comandante e do segundo-comandante. Atualmente é comandada por um General alemão e o segundo-comandante é um Coronel francês (Bundeswehr, sem data).

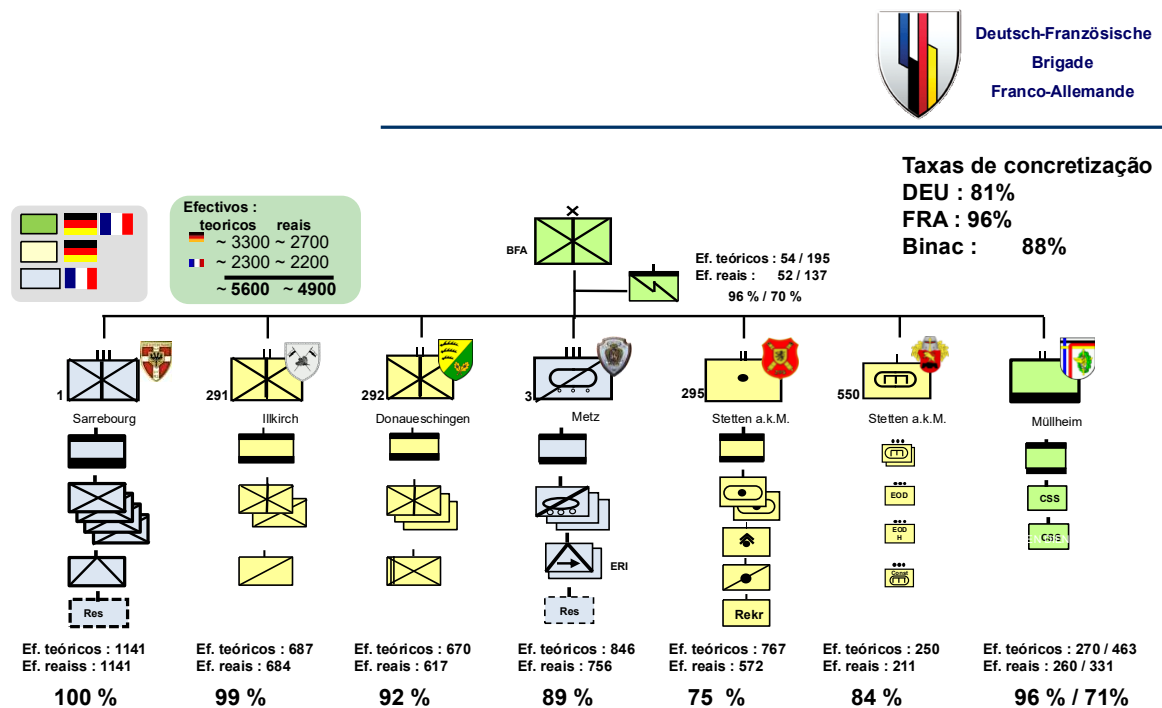


Figura 4– Dependência da Brigada Franco-Alemã

Fonte: Brigada Franco-Allemande, (2024, p. 5)

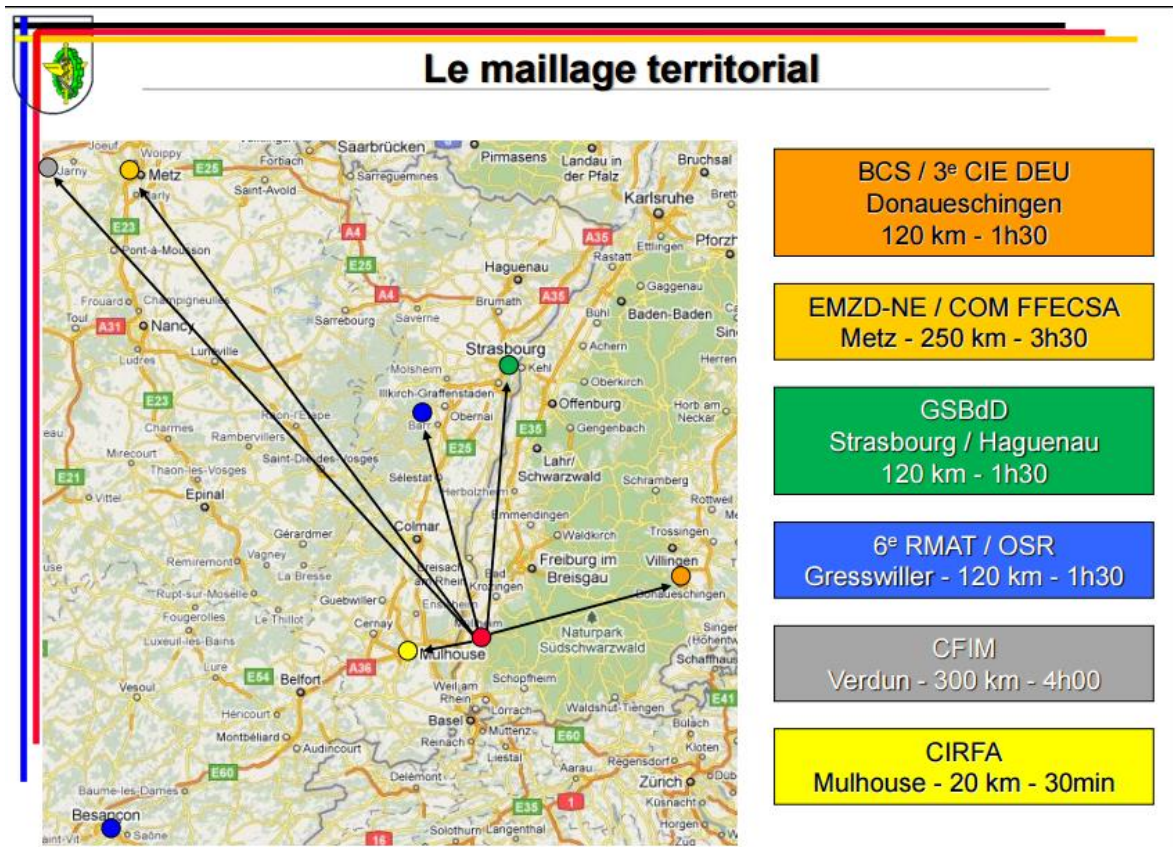


Figura 5– Localização das unidades da Brigada Franco-Alemã

Fonte: (Brigade Franco-Allemande, 2024, p. 6)

Como se pode observar na figura 4, as unidades subordinadas são constituídas por militares das duas nacionalidades, descendo até ao escalão pelotão nas unidades de apoio ao combate e mantendo uma única nacionalidade nas Unidades de Escalão Batalhão (UEB), de combate. Os seus Estados-Maiores incluem militares alemães e franceses.

O Batalhão Logístico representado na figura 6, o Estado-Maior (EM), representado na figura 7 e a Companhia de Transmissões são mistos (FRA-DEU). As unidades de combate, são exclusivamente francesas (FRA) ou alemãs (DEU). Dentro das unidades mistas, a organização não desce abaixo do escalão pelotão, que permanece só de uma nação (N. Rivière, *op. cit.*).

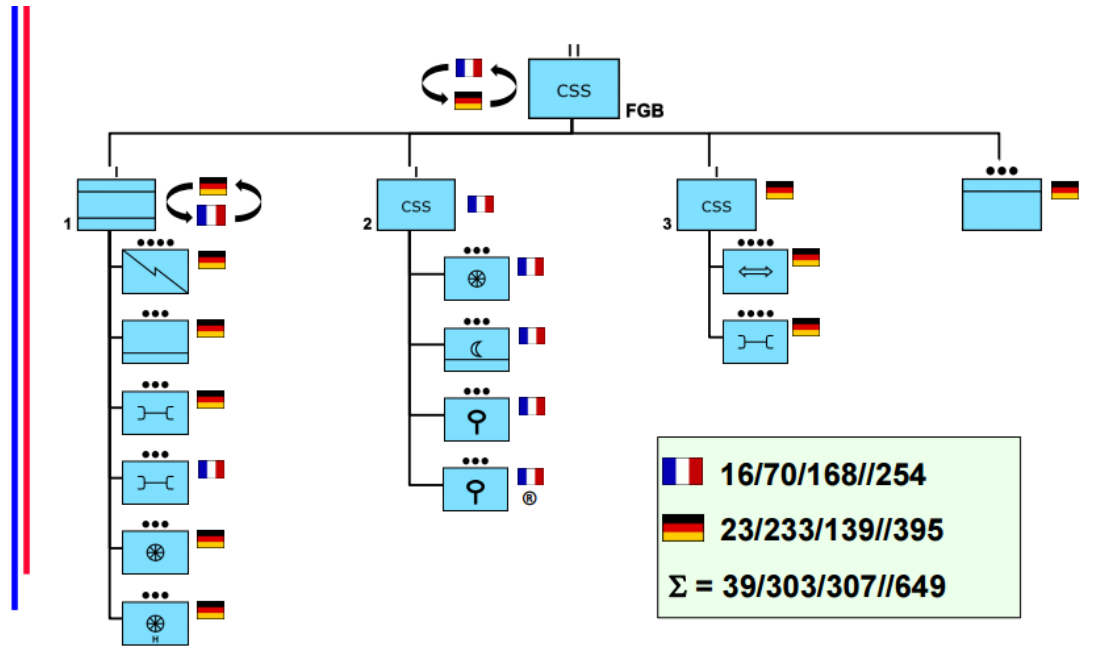


Figura 6– Organograma do Batalhão de abastecimento da Brigada Franco-Alemã

Fonte: *Brigade Franco-Allemande*, (2024, p. 13)

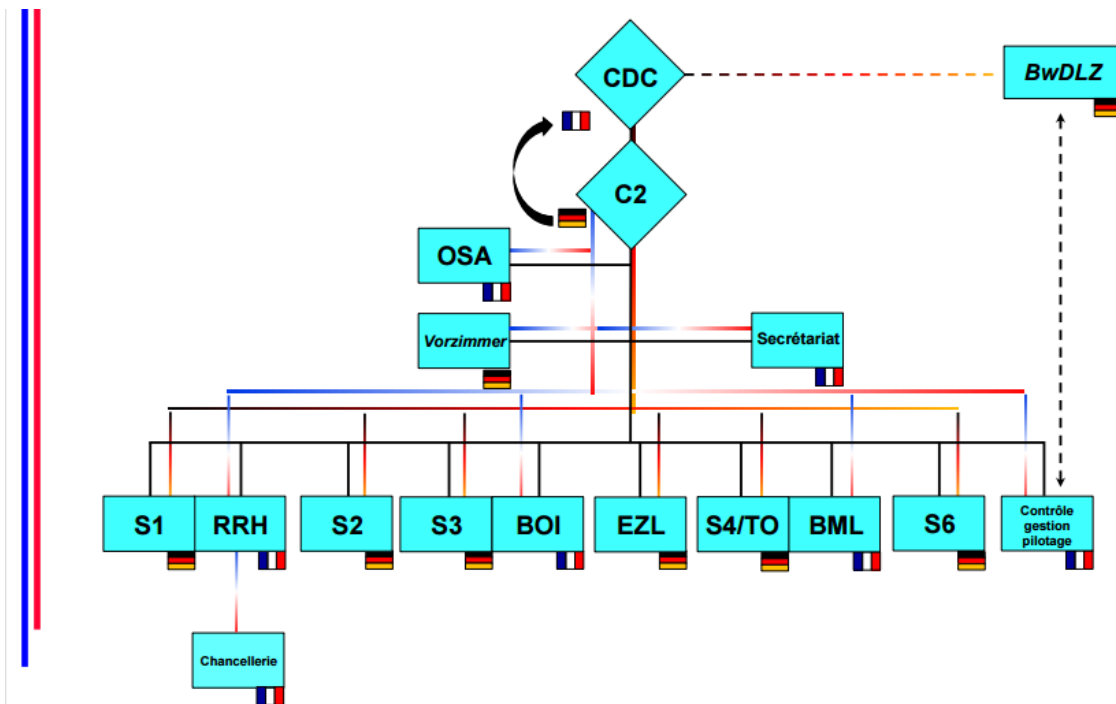


Figura 7– Organograma do Estado-Maior do Batalhão de abastecimento da Brigada Franco-Alemã

Fonte: *Brigade Franco-Allemande*, (2024, p. 13)

Enquanto aos materiais, a brigada Franco-Alemã possui equipamentos e viaturas de ambas as nacionalidades, o que poderia constituir um desafio para a manutenção (ver figura 8). É de notar a referência feita pelo segundo-comandante da BFA: “Cada nação utiliza o seu próprio equipamento. Não há um uniforme comum, exceto o boné e distintivo. A



interoperabilidade dos materiais (rádios, armas, camiões) representa um desafio. Cada nação é responsável pela manutenção e aquisição dos seus equipamentos” (N. Rivière, *op. cit.*).

Relativamente à indústria de defesa, segundo N. Rivière, (*op. cit.*), não existe um programa específico dedicado à BFA. No entanto, atualmente existem desenvolvimentos comuns, como o *Main Ground Combat System* (MGCS), que é um projeto franco-alemão para desenvolver o sucessor dos carros de combate Leopard 2 (Alemanha) e Leclerc (França).

Materiais da BFA.



	1 ^{er} RI			34 GRIFFON, 25 VAB, 5 VBL, 8 MILAN, 24 ERYX, 4 MMP
	3 ^e RH			20 AMX10 RC, 47 VBL, 7 MILAN, 6 MMP JAGUAR en 2026 (TBC)
	291 JgBtl			24 BOXER, 6 FENNEK, 17 FUCHS, 4 DINGO, 3 EAGLE, 3 DRONE, 3 MELLS
	292 JgBtl			28 BOXER, 19 FUCHS, 4 DINGO, 7 WIESEL, 5 MO120, 2 DRONE, 6 MELLS
	295 ArtBtl			12 PzH2000, 2 MARS, 2 FENNEK, 13 FUCHS, 1 DINGO, 2 EAGLE, 3 KZO, 2 COBRA
	550 PzPiKp			1 KEILER, 1 DACHS, 2 BIBER, 1 FENNEK, 15 FUCHS, 1 DINGO, 1 EAGLE, 1 MELLS
	BCS			83 FRA/GER LOG VHL, 11 PVP, 1 CLD, 2 KRAN, 4 CE, 1 BUFFEL, 1 CCP10, 1 STW

Figura 8–Materiais da Brigada Franco-Alemã

Fonte: *Brigade Franco-Allemande*, (2024, p. 22)

No que diz respeito ao financiamento, a BFA não conta com um orçamento comum de cada nação para se financiar. No entanto, como referido por N. Rivière, (*op. cit.*), uma nação pode assumir as despesas da outra nação e posteriormente se cria uma comissão comum responsável pelos reembolsos.

No que toca às missões da BFA, tal como referido por N. Rivière, (*op. cit.*), a brigada tem um vasto leque de missões atribuídas. Além das missões propriamente nacionais, a BFA participa nas missões das duas nações como *European Union Military Assistance Mission in support of Ukraine* (EUMAM-UA), *Kosovo Force* (NATO-KFOR), *NATO enhanced Forward Presence*, *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL). No âmbito da UE,



contribui para os EUBG e adicionalmente, está integrada no Europcorpo (Bundeswehr, sem data).

Assim, conforme mencionado por N. Rivière (*op. cit.*), “a cooperação reforçada desde tempos de paz, numa base permanente, é uma excelente ideia, pois reflete a realidade e o dia a dia das unidades em operações. A BFA demonstra a sua utilidade todos os dias e continua a ser um laboratório de interoperabilidade”. Ela concretiza a cooperação bilateral militar terrestre entre a França e a Alemanha e é, desde a sua origem, interoperável com qualquer Estado-Maior da OTAN ou da UE.

O maior desafio reside na cultura militar, na língua (tão diferente) e no conhecimento das organizações. No caso franco-alemão existem muitas semelhanças, mas também diferenças notáveis como o horário laboral ou as tradições. A barreira da língua é uma realidade. N. Rivière (*op. cit.*) afirma que “torna-se cada vez mais difícil encontrar soldados que falem francês e alemão”.

Em suma, e com a experiência como segundo-comandante da BFA, as recomendações de N. Rivière (*op. cit.*), no caso da criação duma unidade desta natureza, enumeram-se seria abaixo:

- Adotar padrões comuns como língua de trabalho e sistema de comunicação.
- O nível de integração não deve nunca ser por baixo de batalhão: os batalhões de combate devem ser unicamente de uma nação.
- Evitar qualquer duplicação de sistemas.

Portanto, e como resposta à QD2, a cooperação reforçada desde tempos de paz, numa unidade permanente, constitui uma mais-valia em todos os aspetos anteriormente descritos. O sucesso de um projeto desta natureza dependerá, da interoperabilidade, da criação de hábitos comuns e de um planeamento financeiro, logístico e operacional rigoroso.



6. Criação de capacidades combinadas entre as forças terrestres de Portugal e de Espanha a fim de reforçar a cooperação militar bilateral, assegurando a concretização dos objetivos estratégicos comuns até 2030

Para poder identificar as capacidades militares que eventualmente originassem um projeto combinado entre as forças terrestres de Portugal e de Espanha, inicialmente, vão ser evidenciados os objetivos estratégicos e as ameaças comuns aos dois países. Os quadros 3 e 4 do Apêndice E, apresentam as respostas dos entrevistados às questões colocadas, cujo objetivo visa identificar objetivos e ameaças.

Como podemos observar pela análise do Quadro 3, os entrevistados apresentam diferentes objetivos estratégicos, fruto da sua perspetiva e país de procedência. No entanto, todos eles concordam com a importância de Portugal e Espanha se consolidarem “[...] como aliados fiáveis e comprometidos com a segurança internacional”, segundo as palavras de José Manuel González (entrevista por e-mail, 24 de fevereiro de 2025). Igualmente, Paulo Pereira (entrevista presencial, 7 de fevereiro de 2025), indica que o “reforço do papel dos dois Estados ibéricos no espaço europeu, atlântico e mediterrânico poderá ser alavancado no futuro pela sua ligação ao mundo africano e ibero-americano”.

Neste sentido, a segurança euro-atlântica definida no modelo de análise, consolida-se como objetivo, sendo a cooperação neste âmbito definida como prioritária pelos entrevistados. Segundo P. Pereira (*op. cit.*) “Ao nível da segurança e defesa será do interesse nacional dos dois Estados o aumento da cooperação no controlo fronteiriço [...] assim como na conjugação de esforços na resposta às OI”. Simultaneamente, JM. González (*op. cit.*) enumera os seguintes objetivos partilhados: Segurança e Defesa Europeia, compromisso com a OTAN, estabilidade do Flanco sul, operações internacionais, resiliência contra ameaças híbridas e cibernéticas e modernização e adaptação das FA.

A análise do Quadro 4 evidencia que as principais ameaças identificadas pelos entrevistados, são a ameaça russa e o terrorismo internacional, ambos com uma incidência muito alta (83% das respostas). Neste desiderato, P. Pereira (*op. cit.*) salienta que “[...] a ameaça híbrida russa no Atlântico Norte poderá pôr em causa os eixos de comunicação e a liberdade de movimentos, causando disrupção no comércio, na economia e no normal funcionamento das nossas sociedades.” Seguem-se com relevância significativa a pressão migratória ilegal e o tráfico de pessoas, assim como a instabilidade no Norte de África. Outras ameaças mencionadas com menor frequência incluem os ciberataques, a dependência



energética e os ataques com drones. Por último, aparecem com baixa incidência os riscos ambientais como incêndios e inundações, ou as epidemias e pandemias.

A análise do Quadro 5 revela que os entrevistados vêm positivamente a criação de capacidades combinadas entre Portugal e Espanha, como forma de reforçar a posição da Península Ibérica dentro da OTAN e da EU, em vista a proporcionar vantagem estratégica a ambos os países. Como foi argumentado por João Ribeiro (entrevista por VTC, 17 de fevereiro 2025), este tipo de estrutura já existe noutros países, como no caso da BFA, e a relação histórica e estratégica entre Portugal e Espanha justificaria uma iniciativa semelhante. Segundo P. Pereira (*op. cit.*) “Esta solução pode também contribuir para o aumento da credibilidade internacional dos estados ibéricos, fortalecendo o seu papel na OTAN e UE, aumentando o seu efeito dissuasor”.

Como indica Nuno Pires (entrevista presencial, 17 de janeiro de 2025), “Ao nível operacional e tático, a integração entre as FA portuguesas e espanholas deve ser total [...] É só dar um passo.”

Além disso, a criação de forças ou capacidades combinadas, inevitavelmente, acarretaria um desenvolvimento das infraestruturas existentes na Península Ibérica que fortaleceria a sua posição estratégica na defesa europeia e atlântica, facilitando movimentos militares de reforço ou evacuação em apoio às operações da OTAN, como retaguarda da Aliança (J. Ribeiro, *op. cit.*).

A análise do Quadro 6 revela que os principais desafios políticos para a criação de uma brigada combinada, com forças terrestres dos exércitos de Portugal e Espanha, são sobretudo relacionados com a vontade política, destacando-se a necessidade de harmonizar decisões governamentais. Além disso, também são apontados desafios operacionais como a interoperabilidade entre as forças, que se considera uma necessidade imperativa para um projeto com estas características. Neste caso, não são visíveis grandes problemas, devido à forte cooperação bilateral existente, perante a qual tem sido possível realizar treinos e intercâmbios de forma contínua, com a doutrina comum da OTAN. No entanto, refere JM. González (*op. cit.*), “apesar das FA dos dois países já operarem juntas em estruturas como o *NATO Rapid Deployable Corps – España* (NRDC-ESP) ou os EUBG, podem surgir problemas relacionados com padrões técnicos, doutrina operacional e sistemas de C2”.

Por outro lado, as diferenças culturais e linguísticas, no caso da Península Ibérica, não apresentam grandes dificuldades, precisamente pelo elevado nível de cooperação bilateral e porque Portugal e Espanha estão inevitavelmente ligados pela geografia, identidade e



alianças comuns, como a OTAN e a UE, exigindo assim uma cooperação estreita e sinérgica em todos os domínios da Defesa Nacional (N. Pires, *op. cit.*).

Como desafios adicionais, deteta-se o impacto financeiro e questões relativas ao estatuto do pessoal militar em território estrangeiro. Segundo N. Pires (*op. cit.*), os principais inconvenientes estariam relacionados com questões jurídicas e económicas associadas à colocação do pessoal militar no estrangeiro, tais como subsídios e estatutos legais, sendo estas dificuldades mais práticas e financeiras do que operacionais.

A análise do Quadro 7 demonstra que os mecanismos financeiros mais apontados pelos entrevistados, para apoiar projetos combinados, são o financiamento através de fundos da UE, como a Cooperação Estruturada Permanente (PESCO), o Fundo Europeu da Defesa (EDF) e programas específicos da OTAN como o *NATO Security Investment Programme* (NSIP), mencionados por 75% dos entrevistados. Outro mecanismo importante, consiste nos orçamentos nacionais de defesa dos dois países que deveriam reservar uma dotação orçamental para este projeto ou criar um fundo ibérico específico para viabilizar financeiramente este projeto. Como aponta JM. González (*op. cit.*) “Para impulsionar projetos combinados entre Espanha e Portugal no domínio da Defesa, seria fundamental desenvolver mecanismos financeiros específicos que garantam a sustentabilidade e eficiência económica dessas iniciativas”.

Verificamos que todos os entrevistados consideram a brigada combinada (ou unidade integral de combate) como a capacidade com maior potencial para melhorar a cooperação militar bilateral entre as forças terrestres de Espanha e Portugal, devido à sua natureza estratégica e operacional, que permitiria responder às exigências da OTAN e da UE, aproveitando as sinergias dos dois países e superando as limitações nacionais. Além disso, permitiria a redução de custos, a otimização dos recursos e o fortalecimento das indústrias de defesa.

A AAA também se destaca como altamente viável para organizar unidades combinadas, dado que Portugal apresenta alguma lacuna em sistemas de armas enquanto dispõe dum sistema de C2 moderno e interoperável, sugerindo uma complementaridade significativa. Espanha conhece o sistema antiaéreo de C2 português (SICCA-3), existindo, portanto, potencial para aprofundar esta relação, seja por meio da criação de uma unidade combinada ou através do desenvolvimento de missões combinadas (Rosendo, entrevista presencial, 24 de janeiro de 2025).



Espanha pelo seu lado, possui sistemas de armas avançados como o PATRIOT, o NASAMS, o HAWK e mísseis Mistral. O potencial para combinar esses recursos poderia resultar num *cluster* de AAA eficaz na Península Ibérica, integrável na estrutura da OTAN (Ignacio González-Posada, entrevista telefónica, 14 de janeiro de 2025).

Embora, ainda não existam iniciativas específicas concretizadas, I. González-Posada (*op. cit.*) e Rosendo (*op. cit.*) vêem a integração mútua, em unidades combinadas temporárias ou permanentes, como uma oportunidade estratégica importante que garantiria uma proteção coerente do espaço aéreo ibérico.

Complementarmente, I. González-Posada (*op. cit.*) reforça esta visão, salientando que a integração de capacidades combinadas não é só desejável, como também facilitada pelo contexto OTAN, uma vez que a soberania aérea espanhola já está sob gestão integrada da Aliança através do Centro de Operações Aéreas Combinadas (CAOC), em Torrejón de Ardoz (Madrid).

Ambos os entrevistados reconhecem que o principal obstáculo poderá residir em questões técnicas específicas de interoperabilidade dos sistemas, e não tanto em desafios mais amplos, dada a boa cooperação existente entre Portugal e Espanha no domínio militar.

Outras capacidades mencionadas como potenciais áreas de cooperação, incluem a logística e infraestruturas militares, as forças aeromóveis e os sistemas de informações, áreas que poderiam ser integradas para fortalecer a interoperabilidade e aumentar a eficiência das forças terrestres de ambos os países.

No entanto, os entrevistados são unânimes em considerar viável a criação de uma unidade combinada permanente tipo brigada, entre as forças terrestres portuguesas e espanholas, destacando que já existem fortes hábitos de trabalho comum, especialmente no contexto das forças terrestres afiliadas ao NRDC-ESP ou às unidades geminadas. Como aponta J. Ribeiro (*op. cit.*), “essas brigadas, estando afiliadas, têm uma relação de treino, mas não têm uma relação direta do ponto de vista operacional, porque dependem naturalmente, da autorização política de cada Estado”.

Há um forte consenso na utilização de unidades já existentes, evitando complexidades financeiras e logísticas, com a possibilidade de ir integrando, progressivamente, algumas capacidades. É de notar a referência feita por JM. González (*op. cit.*)

“Existem unidades em ambos os lados da fronteira que já colaboram regularmente, no âmbito dos acordos de geminação a nível de brigada [...] essa



cooperação poderia servir de base para a criação de uma unidade combinada, permitindo ainda uma progressão gradual sobre as estruturas já existentes”.

Para reforçar a visibilidade da participação portuguesa e destacar a cooperação entre Portugal e Espanha, J. Ribeiro (*op. cit.*) sugere uma brigada sob liderança portuguesa, contando com um segundo-comandante espanhol com dependência do NRDC-ESP, criando assim um forte vínculo entre os dois países da Península Ibérica. As unidades subordinadas (já existentes) permaneceriam nas suas atuais localizações e juntar-se-iam para a realização dos treinos combinados, tanto em Portugal como em Espanha, utilizando os grandes campos de treino militares, como Santa Margarida, *San Gregorio* e *Chinchilla*.

Vários dos entrevistados mencionam a BriMec e a BRMZ XI como as melhores unidades existentes para edificar uma possível brigada combinada, por estarem geminadas desde 2017 e realizarem um elevado número de atividades e exercícios anuais. Portanto, têm um profundo conhecimento mútuo e estão a trabalhar constantemente na interoperabilidade mútua. Tal como referido por JM. González (*op. cit.*), “os Exércitos de ambos os países demonstraram a sua prioridade em atividades bilaterais que favorecessem uma maior interoperabilidade, a partilha e realização de TTP comuns, lideradas principalmente pela BRMZ XI e pela BriMec”.

No ponto da dependência orgânica, não existe unanimidade absoluta entre os entrevistados, havendo maior inclinação para um modelo de dependência dos Comandos Terrestres dos dois exércitos. Alguns defendem que essa unidade deveria depender de um Estado-Maior Ibérico combinado, garantindo uma gestão equilibrada e paritária entre os dois países e fortalecer as relações institucionais bilaterais. Neste desiderato, Jorge Vilares (entrevista presencial, 17 de janeiro de 2025) concorda com a afirmação de P. Pereira de

“fazer ciclos de dois anos e que durante um ciclo dependa do Comando das Forças Terrestres (CFT) e no seguinte, do comando das *Fuerzas Terrestres* espanhol (FUTER). Isto faria com que os Comandos das Forças Terrestres e os Estados-Maiores dos dois exércitos tenham que estar muito mais unificados para garantir a continuidade”. (P. Pereira, *op.cit.*)

Por outro lado, como se viu no início deste parágrafo, há defensores da ideia de uma dependência da OTAN, através do NRDC-ESP, reforçando o compromisso conjunto com a Aliança.

Por sua vez, a análise dos dados do Quadro 13, revela um consenso significativo entre os entrevistados no sentido de que a estrutura da unidade combinada luso-espanhola deve



assentar num comando permanente, ao passo que as unidades subordinadas se manteriam distribuídas pela geografia ibérica, reunindo-se para exercícios e missões. Esta configuração é considerada mais viável e eficiente do ponto de vista logístico e operacional, permitindo aproveitar as infraestruturas já existentes em ambos os países e evitar os elevados custos de uma concentração física permanente. P. Pereira (*op.cit.*) acrescenta que “uma unidade combinada criada do zero, com o comando rotativo por períodos de tempo, embora possível, seria de muito maior complexidade em termos legais, financeiros e logísticos”.

Assim, a ideia de uma estrutura binacional com oficiais de ligação não obteve apoio expresso. A proposta dominante respeita o princípio de proporcionalidade entre os dois países e viabiliza uma integração gradual, preservando a identidade e a autonomia nacional das unidades envolvidas. Por sua vez, JM. González (*op.cit.*) afirma que “os acordos de gemação não devem ser vistos como um ponto de partida obrigatório. Caso o tipo de unidade a ser criada exija uma abordagem diferente, deve ser considerada a possibilidade de desenvolver uma nova unidade do zero”.

Para dar seguimento à análise sobre a estrutura e distribuição da brigada combinada luso-espanhola, importa agora refletir sobre o nível de integração nacional adequado para assegurar a interoperabilidade eficaz da força. Segundo os dados extraídos do quadro 16, observa-se uma clara convergência dos entrevistados quanto à pertinência de manter a identidade nacional nas UEB de combate. Como aponta J. Ribeiro (*op. cit.*), “quando falamos em alta intensidade, se houver uma grande fragmentação no nível de interoperabilidade, a eficácia operacional fica comprometida”. Este posicionamento visa garantir a eficácia operacional, evitando a fragmentação excessiva que poderia comprometer a coesão e o desempenho da força. Para além disso, uma das recomendações do Comandante da BFA é precisamente a de “manter os batalhões de combate nacionais” (N. Rivière, *op. cit.*). Por outro lado, de acordo com a análise de J. Ribeiro (*op. cit.*), a multinacionalidade reveste-se de particular importância para evidenciar uma intenção política e militar mais alargada do que propriamente a eficácia tática. Contudo, a multinacionalidade em escalões inferiores, poderia considerar-se viável, mas sobretudo em operações de baixa intensidade, como missões de apoio à paz ou similares.

Paralelamente, os outros entrevistados admitem que, no caso das unidades de apoio ao combate, o escalão poderia descer ao nível da companhia ou até pelotão, desde que fiquem assegurados elevados níveis de treino e coordenação. Esta abordagem flexível permite equilibrar a ambição de interoperabilidade com a necessidade de manter uma base nacional



sólida, assegurando ao mesmo tempo a viabilidade operacional e a sustentabilidade da estrutura combinada no tempo.

Relativamente aos marcos de atuação desta eventual força combinada, os entrevistados expressaram um amplo consenso em orientá-la para operações de combate de alta intensidade, e, em segundo lugar, para dar uma resposta coordenada a emergências e desastres naturais na Península Ibérica, devido à natureza transfronteiriça dessas ameaças. Segundo J. Ribeiro, (*op.cit.*), a brigada teria um perfil versátil e adaptável. Estaria preparada para operações de alta intensidade, mas também teria capacidade para atuar em missões de menor intensidade, como apoio à paz e resposta a emergências. O modelo permitiria um aproveitamento máximo da experiência e dos meios já existentes, aumentando a prontidão operacional.

Alguns dos entrevistados salientam, ainda, o potencial papel estratégico dessa força na defesa da retaguarda da OTAN, particularmente na proteção das rotas atlânticas e mediterrânicas, essenciais à segurança europeia. Segundo P. Pereira (*op.cit.*), “definitivamente esta força deveria estar focada no combate: orientada na proteção da retaguarda da OTAN, controlo da Rota do Atlântico e controlo da entrada pelo Mediterrâneo”. É de notar a referência feita por J. Ribeiro (*op. cit.*) à criação duma brigada destas características, sobre o impacto que teria para a posição estratégica de Portugal e Espanha na defesa europeia e atlântica. Reforçaria a presença ibérica nas estruturas militares da OTAN e da UE, demonstrando uma capacidade de resposta militar mais integrada e eficiente.

Neste enquadramento, perante a análise dos dados do Quadro 14, revela-se uma perceção amplamente favorável entre os entrevistados quanto ao potencial de colaboração luso-espanhola no campo da inovação tecnológica de defesa, com vista ao desenvolvimento de sistemas interoperáveis. A maioria reconhece não só a necessidade de garantir a interoperabilidade, como condição essencial para a eficácia operacional da força combinada, mas também identifica oportunidades concretas para promover projetos combinados de investigação e desenvolvimento.

Além disso, vários entrevistados sublinham a relevância de testar novos materiais e equipamentos em ambiente real de treino e experimentação, aproveitando infraestruturas existentes, como as de Santa Margarida. Tal como referido por JM. González (*op. cit.*), um domínio promissor para a cooperação seria o da experimentação e das LA, por permitir uma



colaboração prática entre unidades específicas dos dois exércitos, promovendo o desenvolvimento de capacidades combinadas e a melhoria da interoperabilidade.

A criação de consórcios entre as indústrias de defesa dos dois países, é vista como um passo estratégico para alavancar capacidades, fomentar a inovação e promover o desenvolvimento económico e industrial. Esta abordagem integrada, permitiria alinhar prioridades tecnológicas, partilhar riscos e custos, e reforçar a autonomia estratégica no seio da OTAN e da UE. É de notar a referência feita por N. Pires (*op. cit.*) onde “uma unidade também se concebe como um centro científico de desenvolvimento”.

Como resposta à QD3, a análise das entrevistas permite concluir que há uma forte convergência nas recomendações para reforçar a cooperação bilateral entre as forças terrestres de Portugal e de Espanha, visando assegurar capacidades combinadas.

É unânime a importância de definir claramente um propósito estratégico e um modelo de execução do projeto. Este modelo deve basear-se na harmonização das estratégias nacionais, com especial atenção à criação de capacidades combinadas que respondam às exigências da OTAN e da UE.

Para assegurar a eficácia operacional das forças combinadas, destaca-se a importância crítica da interoperabilidade doutrinária e tecnológica. Recomenda-se, enfaticamente, aumentar esforços para alinhar as doutrinas dos dois países, embora se reconheça que, graças ao histórico de cooperação contínua e às estruturas já existentes, as dificuldades doutrinárias e culturais não sejam significativas.

É necessário também, criar mecanismos financeiros robustos para apoiar o projeto. Propõe-se, ativamente, o aproveitamento de fundos existentes da UE (PESCO e EDF) e o programa NSIP da OTAN. Além disso, sugere-se que ambos os países reservem dotações específicas nos seus orçamentos nacionais ou considerem a criação de um fundo ibérico dedicado.

A brigada combinada emerge como o principal projeto a ser concretizado. Os especialistas recomendam uma implementação gradual, aproveitando unidades já existentes e evitando complexidades associadas a estruturas totalmente novas. Esta brigada deveria contar com um comando permanente e unidades distribuídas geograficamente, reunindo-se, periodicamente, para treinos e operações.

Outro projeto estratégico destacado, é a criação de unidades combinadas no âmbito da AAA. Este ponto é visto como altamente viável, devido à complementaridade entre os meios espanhóis e o sistema português de C2.



Por último, é fundamental garantir uma vontade política clara e estável de ambos os países que seja mutuamente vantajosa. Neste sentido, a promoção ativa destes projetos perante as OI é considerada essencial para a sua viabilidade e sucesso.



7. Proposta para a criação de capacidades combinadas

Para responder à QC, com base em toda a informação recolhida nesta investigação, neste capítulo vão ser apresentadas duas propostas de capacidades combinadas, descrevendo como seriam desenvolvidas as componentes que as englobam, nomeadamente a doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade, decorrentes da definição de capacidade apresentada no subcapítulo 2.1.

7.1. Proposta de cooperação bilateral na área da Artilharia Antiaérea

Considerando a situação atual da cooperação bilateral entre as Forças Terrestres de Portugal e de Espanha, em particular no âmbito da AAA, propõe-se um modelo que fomente progressivamente a interoperabilidade e a integração de unidades de AAA portuguesas em *Unidades de Defesa Antiaérea* (UDAA) espanholas e vice-versa, mantendo-as no dia a dia, localizadas nas suas bases nacionais. As UDAA são unidades operacionais de carácter eventual, de composição variável, com comando único e organizadas para o cumprimento de uma missão antiaérea, limitada no tempo e no espaço (MADOC, 2016). “O conceito de UDAA é semelhante ao conceito de *cluster* na terminologia da OTAN. Em ambientes terrestres multinacionais, por vezes, também se emprega o termo *task force* para se referir ao conceito de UDAA” (MADOC, 2016, p. 3–4).

Tal como propôs I. González-Possada (*op.cit*), o primeiro passo poderá ser a criação de unidades combinadas temporárias, baseadas no conceito das UDAA. Estas unidades integrariam capacidades variadas, desde a baixa, a média e a alta altitude, incluindo a defesa antimíssil, utilizando recursos de diferentes regimentos espalhados por toda a geografia ibérica (Península e ilhas), sem necessidade de estarem permanentemente sediadas no mesmo quartel.

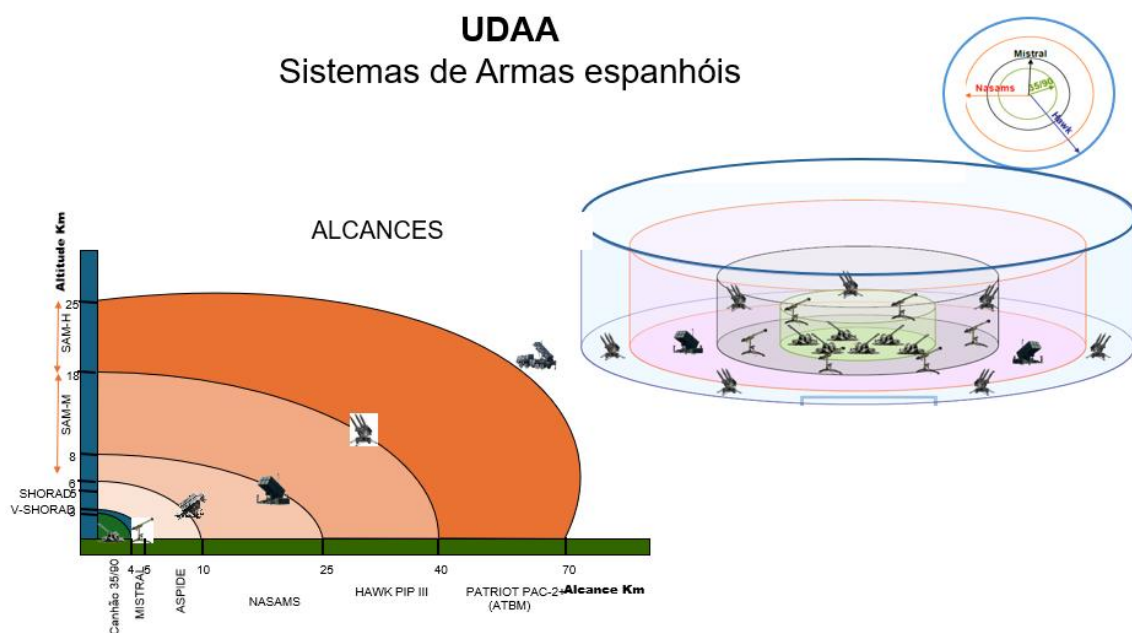


Figura 9—Exemplo de UDAA

Fonte: elaboração própria com base na PD4-300 (MADOC, 2016)

Para isso, a proposta se configura em quatro pontos:

- (1) Realização regular de exercícios combinados que visem, integrar unidades portuguesas nas UDAA espanholas e vice-versa, criadas *ad-hoc* para fazer face a uma ameaça concreta.
- (2) A integração operacional deveria priorizar o aperfeiçoamento da interoperabilidade do sistema de C2 SICCA-3 com o sistema espanhol. Recomenda-se confirmar a implementação do exercício anual proposto nas REMP 2024, para testar e aperfeiçoar esta integração tecnológica, criando assim a base exigida para as operações combinadas.
- (3) Recomenda-se criar umas TTP para que, nas situações que se determinem (como eventos internacionais na Península Ibérica), sejam ativadas as UDAA com a composição, procedimentos de atuação e interoperabilidade necessárias para fazer face à ameaça prevista.
- (4) Como afirma I. González-Possada (*op.cit*), em Espanha, a Defesa Aérea (DA) está integrada num sistema automatizado, com radares que partilham continuamente informação no âmbito da OTAN, pelo que seria necessário avaliar o estado atual da rede de DA portuguesa para confirmar a viabilidade desta integração.
- (5) Esta proposta baseia-se, portanto, nas vantagens de combinar capacidades complementares como o moderno sistema de C2 português com os sistemas de



armas espanhóis (PATRIOT, NASAMS, HAWK e MISTRAL). A combinação destes sistemas oferece um robusto potencial para AAA da Península Ibérica, em situações puramente nacionais ou no âmbito OTAN. Como salienta I. González-Possada (*op.cit*), seria “organizar unidades combinadas de AAA para um evento ou circunstância específica, integrando-as, se for necessário, no sistema de DA da OTAN”; ou como exemplifica, no caso de um evento internacional em Lisboa (como a assinatura do tratado de Lisboa), Portugal poderia formar uma UDAA específica para a proteção contra as ameaças aéreas e, caso faltem meios, poderia solicitar a Espanha unidades para serem integradas temporariamente na sua UDAA.

7.2. Proposta de criação de uma Brigada Combinada

Do resultado da investigação, conclui-se que a criação de uma brigada combinada seria, como salienta N. Pires (*op. cit.*) “só dar um passo”. Da análise feita no capítulo anterior, foi considerado mais recomendável edificar uma brigada combinada com base em unidades já existentes. Considerando a interoperabilidade existente entre as brigadas geminadas BrigMec e BRMZ XI, que treinam e fazem exercícios combinados assiduamente, considera-se que elas deveriam ser a base desta brigada combinada.

Portanto, com base nas componentes que englobam uma capacidade, formula-se a seguinte proposta, tendo em consciência que a sua organização evoluiria com o passar do tempo.

- (1) Nome: Brigada Ibérica (BriIB)
- (2) Missão: a BriIB teria como missão principal a dissuasão e defesa, estando apta a ser projetada no âmbito da UE e da OTAN, com um ciclo de disponibilidade próprio. Adicionalmente, serviria para fortalecer a retaguarda estratégica da OTAN e da UE, região que assegura a receção e projeção dos reforços, bem como a evacuação, assegurando as linhas logísticas durante crises e conflitos. Em segundo plano, poderia ter uma função de resposta a emergências na Península Ibérica.
- (3) Doutrina e Procedimentos: entende-se apropriado que a BriIB adotasse a doutrina e os procedimentos OTAN, que por outra parte, são os utilizados em ambos os exércitos em estudo. Portanto, a brigada combinada teria a capacidade de assumir missões atribuídas pela Aliança.
- (4) Língua de Trabalho: mostra-se vantajoso que o português e o espanhol sejam as línguas de trabalho em cada uma das guarnições. Ao nível dos documentos oficiais



e relatórios, a fim de reforçar o carácter ibérico da brigada, julga-se apropriado traduzir os documentos nas duas línguas de trabalho. Para isso, o mais recomendável seria contar com um gabinete de tradução em cada uma das forças.

- (5) Organização: a organização da BriIB estaria condicionada pelas estruturas existentes e pelas suas missões. Além disso, seguiria os padrões dos modelos de brigada da OTAN. Assim, propõe-se uma brigada reforçada, com cinco elementos de manobra e os apoios ao combate necessários; que lhe conferem a potência de combate e a polivalência necessárias para integrar-se num Corpo de Exército (CE), realizar operações ofensivas, operações de retardamento (com possibilidade de formar vários núcleos de reserva) e ser projetável.
- (6) Reestruturação Interna: para facilitar esta nova estrutura, propõem-se uma série de iniciativas, no que diz respeito às unidades atuais e as de nova criação (ver figura 10 e Apêndice H):
- O EM e Posto de Comando (PC) principal da BriIB, localizado em Bótoa, deve seguir o princípio de paridade, com oficiais, suboficiais e praças das duas nações em todas as repartições. Além disso, julga-se apropriado ter um elemento de ligação em Santa Margarida, que constituiria o PC alternativo, conformado por um coronel português, um major espanhol (com os efetivos que forem necessários). Ver figura 11.
 - A título exploratório e a fim de harmonizar da melhor forma possível os meios e unidades da BriIB, poderá considerar-se a hipótese de transferir o Regimento *Tercio Viejo de Sicilia*, atualmente na Brigada XI e sediado em San Sebastián, para outra brigada, caso tal se revele vantajoso no âmbito de uma eventual reorganização das forças terrestres do ET.
 - Os regimentos, unidades administrativas, teriam a dependência administrativa seguinte:
 - O “*Regimiento Saboya 6*” absorveria o Batalhão de Infantaria Mecanizado pesado (BIMecPes).
 - O “*Regimiento CASTILLA 16*” absorveria um esquadrão do Grupo de Carros de Combate GCC e o Esquadrão de Reconhecimento ERec no “*Grupo de Caballería Acorazado CALATRAVA II/16*” para imprimir mais potência de combate e polivalência á BriIb.



- Por causa da crescente ameaça aérea nos conflitos atuais, da dimensão desta brigada reforçada e do tamanho da sua área de operações, considera-se importante reforçar a AAA respeito de uma brigada convencional. Portanto, se criaria o Grupo de AAA (GAAA), localizado em Santa Margarida, integrado pela Bateria AAA (BtrAAA), a Bateria Mistral espanhola e também incluiria uma bateria de AAA de média altitude (NASAMS) espanhola, assegurando assim uma capacidade mais completa.
- No que diz respeito à Artilharia de Campanha (AC), é tido como benefício ter um grupo reforçado. Na medida em que é preciso uma bateria por unidade de manobra apoiada (neste caso três Batalhões de Infantaria Mecanizados e um GCC), são precisas quatro baterias de AC. Deste modo, o GACA Ib (localizado em Bótoa) estaria conformado pelas duas baterias espanholas e as duas portuguesas equipadas com obuses de artilharia de calibre 155mm.
- Pelo mesmo critério anteriormente descrito, o Batalhão de *Zapadores* (Engenharia) (BZAP Ib) deveria ser reforçado. Assim, teria duas companhias espanholas, uma portuguesa, e a Companhia de Apoio também espanhola.
- No que diz respeito ao *Batallón de Cuartel General*, torna-se pertinente mantê-lo com a sua organização espanhola agrupando uma série de unidades (ver figura 10), aderindo a companhia de Transmissões portuguesa (CTm) que ficaria localizada em Santa Margarida para prestar serviço as unidades lá localizadas. No âmbito operacional, para cada operação, criar-se-ia uma companhia de transmissões *ad-hoc* à missão e à localização da operação/exercício.
- Quanto ao apoio logístico, apresenta-se como solução, a formação de um Agrupamento Logístico, reunindo o Grupo Logístico XI (GL XI) e o Batalhão de Apoio de Serviços (BAS). Esta solução, inspirada na experiência comprovada da BFA ao longo de 34 anos, visa responder tanto às exigências do dia-a-dia, resultantes da existência de duas guarnições fixas, como às necessidades operacionais, em que a pegada logística adquire crescente importância no cenário atual. Com efeito, nas operações contemporâneas, o desdobramento das unidades implica o



acompanhamento de estruturas logísticas cada vez mais dimensionadas, justificando plenamente este reforço. Tal como acontece com a companhia de transmissões, para cada operação/exercício, seria criado um agrupamento logístico *ad-hoc*, ajustado à missão e à localização do desdobramento.

- As unidades regimentais são puramente administrativas. Considera-se conveniente conservá-las para uma melhor gestão da BriIb.
- Finalmente, seria de interesse que as unidades binacionais de escalão batalhão ou superior (ver figura 11), contassem nos seus EM, com efetivos de ambos os países.

(7) Treino: as unidades reunir-se-iam para a realização dos treinos e exercícios combinados, em Portugal e em Espanha, utilizando os grandes campos de treino militares, como Santa Margarida, San Gregorio e Chinchilla (ver figura 12).

(8) Material e equipamentos: inicialmente, os meios seriam os existentes na BriMec e na BRMZ XI, onde a compatibilidade está assegurada com meios existentes, nomeadamente os mesmos carros de combate, os mesmos obuses de artilharia e a modernização prevista das viaturas de infantaria em ambos os países. Esta unidade, que também pretende ser “um centro científico de desenvolvimento” (N. Pires, *Op. Cit.*), promoveria a aquisição de meios e equipamentos interoperáveis tática e tecnicamente, para uma maior eficácia operativa.

(9) Liderança: considera-se que o mais conveniente é que o comando da Brigada seja rotativo, a cada dois anos entre Portugal e Espanha, sendo que o segundo-comandante (coronel) seria sempre da outra nação à do comandante. O EM e (PC principal) combinado ficaria permanentemente sediado em Bótoa (Badajoz), onde se concentram mais unidades, e contaria com um elemento destacado em Santa Margarida (Portugal) constituído por um coronel português e um major espanhol com funções de comando e ligação respetivamente. Esta segunda localização constituir-se-ia como PC alternativo, caso necessário. Além disso, o EM deveria contar com um gabinete de tradução de línguas, em ambas as localizações.

(10) Pessoal: relativamente ao número de efetivos, esta brigada contaria com um quadro de aproximadamente 5100, número similar à BFA. Este efetivo resulta de soma aproximada dos quadros orgânicos das unidades subordinadas desta brigada.



- (11) Infraestruturas: as unidades estariam localizadas em duas guarnições: Bótoa e Santa Margarida, segundo o organograma representado na figura 10. A distância entre ambas as localizações é de 173 km (ver figura 12).
- (12) Nível de interoperabilidade e multinacionalidade: revela-se pertinente que as UEB de combate sejam exclusivamente nacionais, assegurando a eficiência operacional e facilitando a logística. Porém, considera-se conveniente o reforço do Grupo de Carros de Combate MÉRIDA I/16 com um Esquadrão de CC português para imprimir à BriIb mais potência de combate em razão das suas missões e da sua área de operações. Contudo, as unidades de apoio ao combate teriam de ser, inevitavelmente binacionais, até escalão companhia. Nomeadamente, o Batalhão de *Cuartel-General*, o GAAA Ib, o GACA Ib, o BZAP Ib e finalmente, por necessidades logísticas e operacionais, julga-se oportuno criar um agrupamento logístico que integre o GLXI e BAS, pelos motivos anteriormente expostos.
- (13) Financiamento: como foi mencionado na análise das entrevistas, este projeto, por ser combinado, poderia beneficiar significativamente do financiamento através da PESCO, dado que os projetos no seu âmbito exigem a participação de pelo menos dois Estados-membros (JM González, *op. cit.*). A este respeito, conforme referido por JM. González e J. Vilares (*op. cit.*), importa também considerar o NSIP, um programa de longo prazo da OTAN orientado para a construção de novas infraestruturas ou a melhoria das existentes nos territórios dos Estados-membros. Além disso, considera-se conveniente valorizar a sugestão de reservarem dotações nacionais para este projeto ou criar um fundo ibérico com a participação proporcional de cada nação.

A integração desta Brigada Ibérica representa um avanço decisivo na cooperação luso-espanhola, promovendo uma resposta coordenada e eficaz aos desafios da segurança e defesa da região. O organograma detalhado com a distribuição das unidades fica representado na figura 10 e no apêndice H.



QUADRO ORGÂNICO TEÓRICO BRIGADA IBÉRICA

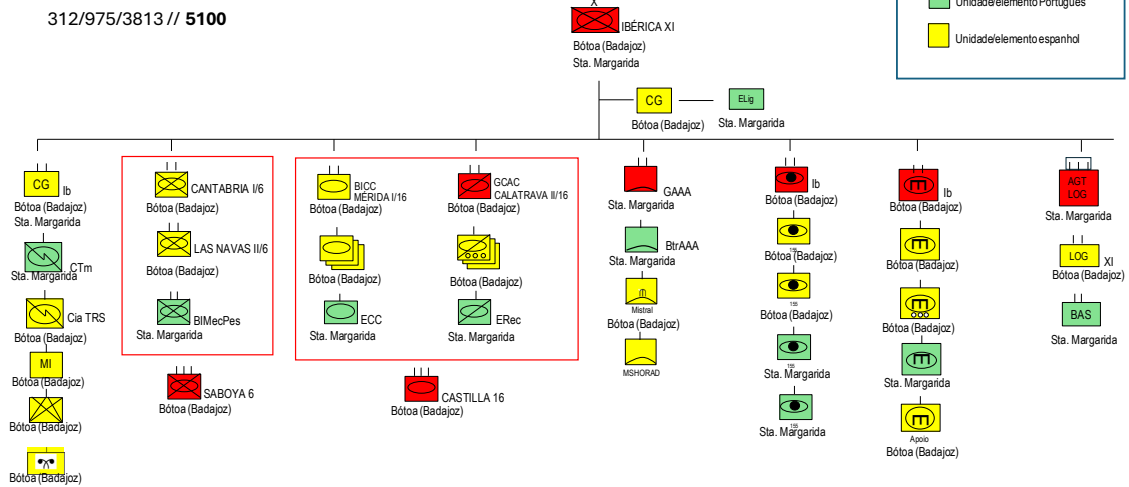


Figura 10–Quadro Orgânico teórico da proposta da Brigada Ibérica

Fonte: Autora (2025)

QUADRO ORGÂNICO TEÓRICO EM BRI IB

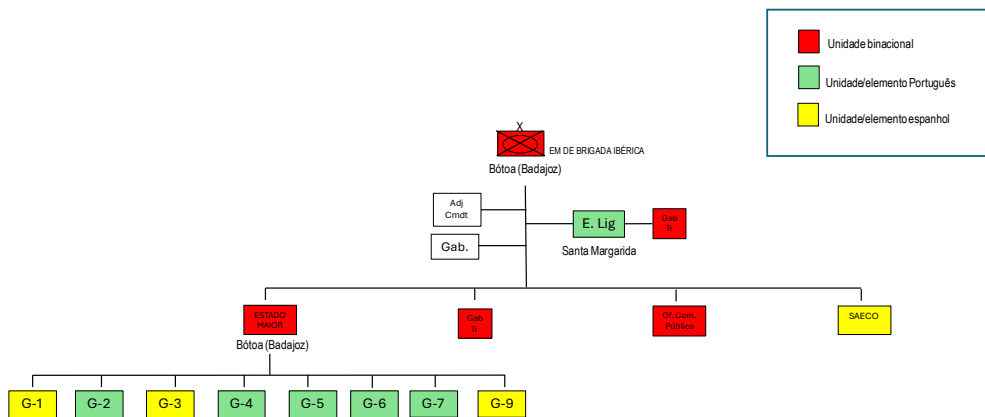


Figura 11–Quadro Orgânico teórico do Estado-Maior da Brigada Ibérica

Fonte: Autora (2025)



Figura 12–Localização das unidades de BriIb

Fonte: Autora (2025)

Atenta às medidas supra elencadas, considera-se respondida a QC.



8. Conclusões

No atual contexto geopolítico, marcado pela crescente complexidade e instabilidade internacional, a cooperação militar bilateral entre Portugal e Espanha assume um papel determinante na consolidação de uma resposta conjunta às ameaças emergentes. Em virtude das considerações de N. Pires (*op. cit.*), “[...] não há nada em termos de Defesa Nacional que Portugal possa fazer sem Espanha e que a Espanha possa fazer sem Portugal.” Esta afirmação reflete uma realidade objetiva: a sinergia geográfica, cultural e estratégica entre os nossos países é uma mais-valia incontornável a aproveitar.

A investigação desenvolvida neste trabalho seguiu um raciocínio indutivo e uma metodologia qualitativa, perante análise documental e entrevistas semiestruturadas a especialistas com experiência e responsabilidade na área. O procedimento metodológico adotado permitiu recolher os dados que sustentam a análise da cooperação bilateral existente, bem como da viabilidade de criação de capacidades combinadas, no horizonte temporal de 2030.

Os resultados obtidos apontam para um estado avançado da cooperação entre os dois exércitos, sustentado por instrumentos como o PCB e as REMP. Contudo, destaca-se alguma limitação estrutural, como a inexistência de estruturas combinadas permanentes que permitam fazer face às necessidades partilhadas, otimizar recursos e estreitar os laços entre as indústrias de defesa de ambos os países.

Importa para esta investigação, os ensinamentos extraídos do modelo da BFA, cuja experiência revela os benefícios e os desafios de uma estrutura binacional permanente. A BFA constitui um exemplo de eficácia que opera em tempo de paz, permitindo incidir na interoperabilidade, para posteriormente, com essa experiência, ser integrada em operações conjunto-combinadas. Das LI desta unidade, destaca-se a importância de promover a harmonização doutrinária, a adoção de padrões comuns, e a preservação de UEB de combate nacionais.

Neste sentido, a criação de capacidades combinadas é vista como um objetivo prioritário e viável, desde que sustentado por uma vontade política, uma estratégia combinada clara e um modelo de execução definido, que contribuiria para fortalecer a amizade e a confiança entre os dois países, perante a elaboração de princípios, procedimentos e regulamentos comuns, bem como o fortalecimento das indústrias de defesa de ambos os países.



Paralelamente, foram apresentadas duas propostas concretas de capacidades combinadas: a criação temporal de unidades no domínio da AAA e o estabelecimento de uma força de escalão brigada, a Brigada Ibérica. A primeira baseia-se no conceito das UDAA espanholas, propondo a formação temporária de unidades *ad hoc*, constituídas por meios portugueses e espanhóis interoperáveis, com o objetivo de garantir a DA terrestre para uma ameaça concreta, de forma eficaz e flexível. A segunda proposta consiste na edificação duma brigada combinada, com comando partilhado e uma estrutura binacional, distribuída entre Santa Margarida e Bótoa (Badajoz), com unidades nacionais e binacionais, organizadas com base nas unidades existentes da BriMec e da BRIMZ XI, que se caracterizaria pela sua polivalência e potência de combate.

Ambas as propostas demonstram viabilidade tática, relevância estratégica e coerência com os objetivos definidos no âmbito da defesa das duas nações e da segurança regional, revelando-se como linhas prioritárias de desenvolvimento no futuro da cooperação militar Luso-Espanhola.

De sublinhar que, como referido por N- Pires (*op. cit*), embora a integração entre as FA portuguesas e espanholas deva ser total ao nível operacional e tático, é crucial não ultrapassar esse patamar para evitar questões sensíveis ligadas à soberania nacional e ao peso político dos Estados. A proposta aqui apresentada, enquadra-se deliberadamente neste nível tático, onde a interoperabilidade e a eficiência operativa podem ser maximizadas sem comprometer a autonomia estratégica e política de cada nação.

Consolidada toda a matéria expandida, considera-se que a presente investigação reúne contributos relevantes para reforçar a cooperação militar bilateral de Portugal e Espanha, através da proposta destas medidas concretas.

Como limitações da investigação, relevam-se: (i) o facto de se ter centrado no nível tático, dependendo a sua formalização, na vontade política que fica fora do âmbito de estudo; (ii) bem como o reduzido número de entrevistas, ainda que altamente qualificadas.

No que concerne a investigações futuras, afigura-se de especial pertinência efetuar uma análise aprofundada dos mecanismos de financiamento, bem como das questões ligadas à mobilidade de pessoal e aos estatutos aplicáveis às colocações no estrangeiro. Também a vertente logística carece de uma análise mais detalhada. Em definitivo, é necessário refinar este projeto nas diferentes áreas: recursos humanos; recursos materiais; infraestruturas e sustentabilidade orçamental.



Por fim, recomenda-se a apreciação e posterior implementação das medidas aqui propostas, pois a sua concretização permitiria alterar o paradigma da cooperação militar bilateral entre Portugal e Espanha, promovendo uma força terrestre combinada, eficiente e cuja flexibilidade lhe permitiria atuar em operações de vários níveis de intensidade, e também no âmbito da OTAN, da EU. Portando constituir-se-ia como uma mais-valia operacional e estratégica para o contexto da segurança euro-atlântica, além de operar como um verdadeiro laboratório de interoperabilidade.



Referências bibliográficas

- AEECCA/IUM. (2024, outubro). *EN 02 – Processo de Decisão e Planeamento Estratégico em Portugal*. Aula curso CEMC apresentado na Unidade Curricular Planeamento Estratégico, Lisboa. Lisboa.
- Brigade Franco-Allemande, L. (2024, setembro). *Bataillon de Commandement et de Soutien*. Müllheim, Apresentação do Oficial de Ligação no *Estado Maior del Ejército*, Madrid.
- Bundeswehr. (sem data). Deutsch-Französische Brigade [Página online]. Retirado de <https://www.bundeswehr.de/de/organisation/heer/organisation/10-panzerdivision/deutsch-franzoesische-brigade>
- Coelho, R. (2024). *Cooperación Militar Bilateral entre España y Portugal* (Tese de Dissertação de Maestrado em Segurança e Defesa). Centro Superior de Estudios de la Defensa [CESEDEN], MADRID.
- Conselho da UE. (2022). *Uma Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa – Por uma União Europeia que proteja, defenda e contribua para a paz internacional* (N.º 7371/22 COR 1; p. 47. Bruxelas: UE. Retirado de <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7371-2022-COR-1/es/pdf>
- DIPLAEM, & DIVESTRA. (2021). *Plan Plurianual de Cooperación Bilateral en Defensa entre las Fuerzas Armadas de Portugal y España*.
- Espanha & Portugal. (2021). *Tratado de Amistad y Cooperación entre el Reino de España y la República Portuguesa* (firmado en Trujillo, el 28 de octubre de 2021). Ministerio de Asuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperación. <https://www.exteriores.gob.es>
- Espanha & Portugal. (2015). *Acuerdo de Cooperación en Materia de Defensa entre el Reino de España y la República Portuguesa* (firmado en Bayona, el 21 de mayo de 2015). Ministerio de Defensa de España. <https://www.defensa.gob.es>
- Flint, C. (2006). *Introduction to Geopolitics* (Fourth Edition). London: Routledge is an imprint of the Taylor & Francis Group, an informa business. Retirado de



<https://www.s-gs.de/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/9.1.a.-Flint->

[Introduction-to-Geopolitics.pdf](#)

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso* (1a. ed). São João do Estoril: Principia Editora.

Instituto Universitário Militar. (2024). *NEP/INV—001 (A2): Procedimentos relativos à elaboração de trabalhos de investigação realizados no âmbito dos cursos não conferentes de grau académico do DEPG*. Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Lázaro, B. (2017). *Desafios para a cooperação europeia no domínio da defesa: O caso de Portugal e Espanha* (Trabalho de Investigação Individual). Instituto Universitario Militar [IUM].

Mando de Adiestramiento y Doctrina. (2016). *PD4-300 Empleo De La Artillería Antiaérea*. Ejército de Tierra, Aula curso PLOP apresentado na Unidade Curricular Operações, Madrid.

Ministério da Defesa Nacional. (2014). *Despacho n.º 11400/2014, de 11 de setembro: Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar*. Diário da República, 2.ª série, n.º 176. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/11400-2014-67536590>

Ministerio de Defensa. (2019). *Objetivo Fuerza 2040 (OFLP)*. Ministerio de Defensa

OTAN. (2022). *NATO 2022 Conceito Estratégico* (p. 16). Madrid: OTAN. Retirado de <https://www.nato.int/strategic-concept/>

Real-Decreto n.º 1150/2021, de 28 de dezembro (2021). *Estrategia de Seguridad Nacional*. Boletín Oficial del Estado, 21884, I. Disposiciones generales, 114. Madrid: Presidencia de Gobierno.

Resolução do Conselho Ministros n.º 19/2013, de 1 de abril (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª série, ANEXO, 1981–1995. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.



- Santos, L. A. B. dos, & Lima, J. M. M. do V. (Eds.). (2019). *Orientações Metodológicas Para a Elaboração De Trabalhos De Investigação* (2.^a Ed., revista e atualizada). Lisboa. Instituto Universitario Militar [IUM].
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses* (Vol. 001). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, D. (2010). *Portugal e Espanha, vantagens do reforço da cooperação nas Relações Internacionais*. (Trabalho de Investigação Individual). Instituto Universitario Militar [IUM].
- Subgrupo Trabalho Conjunto. (2024). *Ata da LXVIII Reunião de Estados Maiores Peninsulares* (Ata N.º LXVIII; p. 13). Madrid.
- Subgrupo Trabalho Terrestre. (2024). *Ata da LXVIII Reunião de Estados Maiores Peninsulares* (Ata N.º LXVIII; p. 11). Madrid.



Apêndice A — Modelo de Análise

Título	Cooperação bilateral entre Portugal e Espanha no âmbito das forças terrestres: desafios e oportunidades no contexto atual					
Objeto da Investigação	Estudo a cooperação bilateral entre o Portugal e da Espanha no âmbito das suas forças terrestres, a médio prazo.					
Metodologia de Investigação	Posicionamento					
	Metodologia de raciocínio	Indutivo				
	Estratégia de Investigação	Qualitativa				
	Desenho de Pesquisa	Estudo de caso				
Problema de Investigação	Objetivo Geral (OG)	Formular uma proposta de um modelo de cooperação militar bilateral entre Portugal e Espanha ao nível das suas forças terrestres com vista a atingir capacidades combinadas interoperáveis e sinérgicas.				
	Questão Central (QC)	Que modelo de cooperação militar bilateral entre as forças terrestres de Portugal e Espanha, poderia ser proposto com vista a atingir capacidades combinadas interoperáveis e sinérgicas?				
	Objetivos Específicos	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões	Variáveis	Indicadores
	OE1: Analisar o atual estado de cooperação bilateral entre as Forças Terrestres de Portugal e Espanha.	QD 1: Qual é o estado atual da cooperação bilateral entre as forças terrestres de Portugal e Espanha?	<ul style="list-style-type: none"> Objetivos Estratégicos Sinergia Segurança Euro-atlântica 	EP ET	<ul style="list-style-type: none"> - Quadros normativos e acordos - Tipologia de cooperação - Grau de Interoperabilidade de -Cooperação formação -Nível institucionalização da cooperação 	<ul style="list-style-type: none"> - Acordos bilaterais - Acordos Técnicos -MOU -Geminções Nº Exercícios -Participação conjunta em Ops -Iniciativas combinadas - Interoperabilidade sistemas Procedimentos combinados -Doutrina comum -Intercambio pessoal -Grau de conhecimento mútuo -Regularidade REMP -Grupos de Trabalho
	Técnicas de recolha de dados: Pesquisa documental					
	OE2: Analisar o modelo da Brigada Franco-Alemã (BFA)	QD2: Como está configurada a BFA?	<ul style="list-style-type: none"> Cooperação bilateral Capacidades militares Interoperabilidade Sinergia Força combinada 	Forças francesas, alemãs Espanholas portuguesas	<ul style="list-style-type: none"> -Estrutura organizacional -Base jurídica do projeto -Objetivos definidos -Grau de interoperabilidade de -Recursos 	<ul style="list-style-type: none"> -Tipo de unidade -Nível de integração -Acordos bilaterais -Tratados internacionais -Enquadramento legal -Finalidade da cooperação



					<ul style="list-style-type: none"> -Impacto político institucional -Impacto financeiro -Resultados operacionais -Modalidade comando 	<ul style="list-style-type: none"> -Contributo para OI -Harmonização doutrina - Interoperabilidade meios -Participação em Ops -Avaliações
	<p>Técnicas de recolha de dados: Pesquisa documental Entrevistas semiestruturadas</p>					
	<p>OE3: Avaliar a viabilidade de criação de capacidades combinadas entre as forças terrestres de Portugal e Espanha a fim de reforçar a cooperação militar bilateral, assegurando a concretização dos objetivos estratégicos comuns até 2030.</p>	<p>QD3. Em que medidas é viável a criação de capacidades combinadas entre as forças terrestres de Portugal e Espanha para reforçar a cooperação militar bilateral até 2030?</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Capacidades militares ● Interoperabilidade ● Sinergia ● Força combinada 	<p>EP ET</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Interesse político-estratégico comum -Potencial complementaridade - Compatibilidade -Recursos financeiros -Viabilidade organizacional -Benefícios -Obstáculos e riscos 	<ul style="list-style-type: none"> -Alinhamento Objetivos -Alinhamento ameaças -Capacidades complementares -Nichos de especialização -Grau interoperabilidade existente -Participação em Ops/TEX -Capacidade mobilização fundos -Localização -Reforço posição Península Ibérica -Capacidade resposta regional -Limitações - LI/LA
	<p>Técnicas de recolha de dados: Pesquisa documental Entrevistas semiestruturadas</p>					



Apêndice B — Guiões das Entrevistas semiestruturadas às diferentes autoridades

Guião entrevista especialistas na relação bilateral entre Portugal e Espanha

GUIÃO	
COOPERAÇÃO BILATERAL – MODELO TEORICO DE CAPACIDADES TERRESTRES	
BLOCO I – COOPERAÇÃO BILATERAL PORTUGAL-ESPANHA	
1.	QUAIS CONSIDERA SERIAM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS COMUNAS PARA ESPANHA E PORTUGAL A LONGO PRAZO (2040)?
2.	QUAIS CONSIDERA SERIAM AS AMEAÇAS E RISCOS DO CENÁRIO ESTRATÉGICO ATLÂNTICO E MEDITERRÂNEO?
3.	CONSIDERA QUE A CRIAÇÃO DE CAPACIDADES COMBINADAS PODERIA REFORÇAR A POSIÇÃO DA PENÍNSULA IBÉRICA DENTRO DA OTAN E DA UNIÃO EUROPEIA?
4.	QUAIS SERIAM OS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS POLÍTICOS OU OPERACIONAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA FORÇA COMBINADA?
5.	QUAIS MECANISMOS FINANCEIROS PODERIAM SER CRIADOS PARA SUPORTAR PROJETOS COMBINADOS?
6.	NA SUA OPINIÃO, QUAIS CAPACIDADES TÊM MAIOR POTENCIAL PARA SEREM COMBINADAS (ENTRE ESPANHA E PORTUGAL), CONSIDERANDO AS LIMITAÇÕES DE AMBOS OS PAÍSES?
7.	CONSIDERA QUE SERIA VIÁVEL CRIAR UMA UNIDADE COMBINADA PERMANENTE TIPO BRIGADA OU DIVISÃO QUE TIVESSE UMAS MISSÕES ESPECÍFICAS PARA CUMPRIR OBJETIVOS COMUNS AOS DOIS PAÍSES? (COM CICLO DE PLANEAMENTO ÚNICO?).
8.	QUAIS PODERIAM SER OS MARCOS DE ATUAÇÃO DESTA FORÇA COMBINADA (DESASTRES NATURAIS, INCÊNDIOS, EMPREGO EM OPERAÇÕES DE COMBATE OU EXTRAÇÃO DE PESSOAL)?
9.	DE QUEM ACHA QUE PODERIA DEPENDER ESTA UNIDADE? SERIA NECESSÁRIO CRIAR UM ESTADO-MAIOR CONJUNTO DE DEFESA IBÉRICA PARA O PLANEAMENTO, CONTROLO E SUSTENTAÇÃO DAS SUAS OPERAÇÕES DE FORMA INDEPENDENTE? OU PODERIA DEPENDER DE ALGUM ÓRGÃO EXISTENTE?
10.	EM CASO AFIRMATIVO, CONSIDERA QUE SERIA MELHOR CRIÁ-LA DE ZERO OU COM BASE EM UNIDADES EXISTENTES?
11.	COM BASE EM MODELOS DE OUTROS PAÍSES (BRIGADA FRANCO-ALEMÃO OU BATALHÃO NEERLANDÊS-ALEMÃO), NA SUA OPINIÃO, SERIA MELHOR QUE ESTIVESSE FISICAMENTE UNIFICADA EM UMA LOCALIZAÇÃO (PORTUGUESA OU ESPANHOLA), OU PELO CONTRÁRIO QUE SÓ O COMANDO ESTIVESSE PERMANENTEMENTE CRIADO (OU COM OFICIAIS DE LIGAÇÃO) E O RESTO DE UNIDADES SUBORDINADAS REPARTIDAS NA GEOGRAFIA IBÉRICA E JUNTAR-SE PARA OS TREINOS?
12.	NA SUA OPINIÃO, EXISTIRIA ESPAÇO PARA COLABORAÇÃO NO CAMPO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, VISANDO DESENVOLVER SISTEMAS INTEROPERÁVEIS
13.	COM BASE NA SUA EXPERIÊNCIA, QUAIS RECOMENDAÇÕES PODEM SER FEITAS PARA FORTALECER A COOPERAÇÃO BILATERAL E GARANTIR AS CAPACIDADES EXIGIDAS PELAS OI.S. AS QUAIS PERTENCEMOS?
14.	PENSA QUE ALGUNS DOS SISTEMAS OU INFRAESTRUTURAS PODERIAM SER PARTILHADOS PARA AUMENTAR A EFICÁCIA DA DEFESA AÉREA NA PENÍNSULA IBÉRICA?

Guião entrevista especialistas na Artilharia Antiaérea

GUIÃO	
COOPERAÇÃO BILATERAL – MODELO TEORICO DE CAPACIDADES TERRESTRES	
BLOCO I – COOPERAÇÃO BILATERAL PORTUGAL-ESPANHA	
2.	QUAIS CONSIDERA SERIAM AS AMEAÇAS E RISCOS DO CENÁRIO ESTRATÉGICO ATLÂNTICO E MEDITERRANEO DESDE O PUNTO DE VISTA DA DEFESA AÉREA NA PENÍNSULA IBÉRICA?
3.	CONSIDERA QUE A CRIAÇÃO DE CAPACIDADES COMBINADAS PODERIA REFORÇAR A POSIÇÃO DA PENÍNSULA IBÉRICA DENTRO DA OTAN E DA UNIÃO EUROPEIA?
4.	QUAIS SERIAM OS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS POLÍTICOS OU OPERACIONAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA FORÇA COMBINADA?
5.	QUAIS MECANISMOS FINANCEIROS PODERIAM SER CRIADOS PARA SUPORTAR PROJETOS COMBINADOS?



15. FOCANDO-NOS NA CAPACIDADE DE SOBREVIVÊNCIA E PROTEÇÃO, QUE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO OU PROJETOS FUTUROS ESTÃO PREVISTOS PARA MODERNIZAR OU ADQUIRIR SISTEMAS DE ARTILHARIA ANTIAÉREA A LONGO PRAZO (2040)?
16. QUAIS SÃO OS MEIOS DE ARTILHARIA ANTIAÉREA DE MÉDIA E ALTA ALTURA ATUALMENTE DISPONÍVEIS NO SEU EXÉRCITO?
17. QUAIS DESAFIOS O PAÍS ENFRENTA EM TERMOS DE AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO E INTEROPERABILIDADE DESSES SISTEMAS?
18. COMO ESTES SISTEMAS ALINHAM-SE ÀS EXIGÊNCIAS DA OTAN E AOS COMPROMISSOS DE DEFESA AÉREA COMBINADA ENTRE ALIADOS?
19. NA ÁREA DA DEFESA AÉREA, HÁ INICIATIVAS ESPECÍFICAS PARA INTEROPERABILIDADE OU DESENVOLVIMENTO COMBINADO DE SISTEMAS DE ARTILHARIA ANTIAÉREA ENTRE PORTUGAL E ESPANHA?
14. PENSA QUE ALGUNS DOS SISTEMAS OU INFRAESTRUTURAS PODERIAM SER PARTILHADOS PARA AUMENTAR A EFICÁCIA DA DEFESA AÉREA NA PENÍNSULA IBÉRICA?

Guião entrevista modelo Brigada Multinacional NRDC-ESP.

GUIÃO	
COOPERAÇÃO BILATERAL – MODELO TEORICO DE CAPACIDADES TERRESTRES	
BLOCO I – COOPERAÇÃO BILATERAL PORTUGAL-ESPANHA	
7	PODERIA DESCREVER A GÊNESE DA IDEIA DE CRIAÇÃO DE UMA BRIGADA MULTINACIONAL QUE INCLUIRIA FORÇAS TERRESTRES ESPANHOLAS E PORTUGUESAS? QUE FATORES ESTRATÉGICOS MOTIVARAM ESSA CONCEÇÃO?
9	COMO IMAGINAVA A ESTRUTURA OPERACIONAL E DE COMANDO DESSA BRIGADA? DEPENDÊNCIA HIERÁRQUICA NACIONAL OU UM COMANDO COMBINADO?
8	EM TERMOS DE MISSÕES, QUAIS SERIAM OS PRINCIPAIS OBJETIVOS PARA ESTA UNIDADE? ESTARIA ORIENTADA PARA OPERAÇÕES DE DISSUAÇÃO, DEFESA, PROJEÇÃO DE ESTABILIDADE OU RESPOSTA A EMERGÊNCIAS?
4	QUAIS SERIAM, NA SUA OPINIÃO, OS PRINCIPAIS DESAFIOS POLÍTICOS E OPERACIONAIS PARA A CRIAÇÃO DESTA BRIGADA? COMO PODERIAM SER SUPERADOS?
20	NO MODELO QUE IDEALIZOU, QUAL SERIA O GRAU DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS FORÇAS? HAVERIA UNIDADES MISTAS AO NÍVEL DE BATALHÃO OU AS UNIDADES NACIONAIS MANTERIAM A SUA IDENTIDADE DENTRO DA ESTRUTURA COMBINADA?
11	FOI CONSIDERADA ALGUMA LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA PARA O QUARTEL-GENERAL DESTA BRIGADA? TERIA SENTIDO ESTABELECEER UMA NOVA BASE OU SERIA MAIS VIÁVEL UTILIZAR INFRAESTRUTURAS JÁ EXISTENTES EM AMBOS OS PAÍSES?
5	COMO VIA O FINANCIAMENTO DESTE PROJETO? PODERIA BENEFICIAR DE MECANISMOS DE APOIO DA OTAN, UE (EDF, PESCO) OU SERIA NECESSÁRIO UM FUNDO BILATERAL HISPANO-PORTUGUÊS?
21	NO QUE RESPEITA À INTEROPERABILIDADE TÉCNICA E DOUTRINÁRIA, QUE MEDIDAS SERIAM NECESSÁRIAS PARA GARANTIR UM FUNCIONAMENTO EFICAZ DESTA FORÇA COMBINADA?
3	CONSIDERA QUE ESTE PROJETO PODERIA FORTALECER A POSIÇÃO DA PENÍNSULA IBÉRICA NA DEFESA EUROPEIA E ATLÂNTICA? DE QUE FORMA?
13	COM BASE NA SUA EXPERIÊNCIA, QUE RECOMENDAÇÕES FARIA PARA UM EVENTUAL RELANÇAMENTO DA INICIATIVA?

Guião entrevista modelo franco-alemão.

GUIÃO	
COOPERAÇÃO BILATERAL – MODELO TEORICO DE CAPACIDADES TERRESTRES	
BLOCO I – COOPERAÇÃO BILATERAL PORTUGAL-ESPANHA	
20.	COMMENT EST ORGANISÉE LA BRIGADE FRANCO-ALLEMANDE? DE COMBIEN D’EFFECTIFS DISPOSE-T-ELLE? COMMENT LES TROUPES ALLEMANDES SONT-ELLES



<p>INTÉGRÉES AUX TROUPES FRANÇAISES? JUSQU'À QUEL NIVEAU L'ORGANISATION RESTE-T-ELLE BASÉE SUR UNE NATIONALITÉ? NIVEAU SECTION? <i>HOW IS THE FRANCO-GERMAN BRIGADE ORGANIZED? HOW MANY PERSONNEL DOES IT HAVE? HOW ARE GERMAN TROOPS INTEGRATED WITH FRENCH TROOPS? UP TO WHAT LEVEL IS THE ORGANIZATION BASED ON NATIONALITY? AT THE SECTION LEVEL?</i></p>
<p>9. QUELLE EST LA DÉPENDANCE DE LA BRIGADE? A-T-ELLE UNE DOUBLE DÉPENDANCE DANS LES CHAÎNES ORGANIQUES NATIONALES DE L'ARMÉE FRANÇAISE ET ALLEMANDE? SI OUI, QUE SIGNIFIE CETTE DOUBLE DÉPENDANCE EN TERMES PRATIQUES? <i>WHAT IS THE DEPENDENCY OF THE BRIGADE? DOES IT HAVE A DUAL DEPENDENCY ON THE NATIONAL ORGANIC CHAINS OF THE FRENCH AND GERMAN ARMIES? IF SO, WHAT DOES THIS DUAL DEPENDENCY MEAN IN PRACTICAL TERMS?</i></p>
<p>4. EST-CE UN DÉFI DE COMMANDER DES TROUPES DE DEUX PAYS DIFFÉRENTS? Y A-T-IL DES DIFFÉRENCES DANS LES DOCTRINES? DES DIFFICULTÉS SE POSENT-ELLES À CAUSE DE LA LANGUE? <i>IS IT A CHALLENGE TO COMMAND TROOPS FROM TWO DIFFERENT COUNTRIES? ARE THERE DIFFERENCES IN DOCTRINES? DO LANGUAGE DIFFICULTIES ARISE?</i></p>
<p>23. QUELLE EST L'ORIGINE DES MATÉRIELS ET DES ÉQUIPEMENTS? <i>WHAT IS THE ORIGIN OF THE EQUIPMENT AND MATERIALS?</i></p>
<p>4. AU CAS OÙ ILS PROVIENNENT DES DEUX ARMÉES, CE FAIT CONSTITUE-T-IL UN DÉFI POUR LEUR MAINTENANCE ET ACQUISITION? <i>IF THEY COME FROM BOTH ARMIES, DOES THIS POSE A CHALLENGE FOR THEIR MAINTENANCE AND ACQUISITION?</i></p>
<p>5. EXISTE-T-IL UN MÉCANISME DE FINANCEMENT SPÉCIFIQUE POUR CETTE BRIGADE BINATIONALE? SI NON, COMMENT EST-ELLE FINANCÉE? <i>IS THERE A SPECIFIC FINANCING MECHANISM FOR THIS BINATIONAL BRIGADE? IF NOT, HOW IS IT FINANCED?</i></p>
<p>12. Y A-T-IL UN PROGRAMME AU NIVEAU DE L'INDUSTRIE DE DÉFENSE ENTRE LES DEUX PAYS POUR CRÉER DES ÉQUIPEMENTS SPÉCIFIQUES POUR CETTE UNITÉ, QUI SOIENT INTEROPÉRABLES AVEC LES MATÉRIELS FRANÇAIS ET ALLEMANDS? <i>IS THERE A DEFENSE INDUSTRY PROGRAM BETWEEN THE TWO COUNTRIES TO CREATE SPECIFIC EQUIPMENT FOR THIS UNIT, WHICH WOULD BE INTEROPERABLE WITH BOTH FRENCH AND GERMAN EQUIPMENT?</i></p>
<p>8. QUELLES TYPES DE MISSIONS VOTRE BRIGADE ACCOMPLIT-ELLE? <i>WHAT TYPES OF MISSIONS DOES YOUR BRIGADE CARRY OUT?</i></p>
<p>13. DE VOTRE POINT DE VUE, CONSIDÉREZ-VOUS QUE LA CRÉATION D'UNITÉS COMBINÉES, COMME CELLE QUE VOUS COMMANDEZ, EST UNE BONNE INITIATIVE POUR LES PAYS EUROPÉENS? <i>FROM YOUR PERSPECTIVE, DO YOU CONSIDER THE CREATION OF COMBINED UNITS, LIKE THE ONE UNDER YOUR COMMAND, TO BE A GOOD INITIATIVE FOR EUROPEAN COUNTRIES?</i></p>
<p>4. SELON VOUS, QUEL EST LE PLUS GRAND ATOUT DE CETTE UNITÉ? <i>IN YOUR OPINION, WHAT IS THE GREATEST STRENGTH OF THIS UNIT?</i></p>
<p>13. SI DEUX AUTRES PAYS SOUHAITAIENT ENTREPRENDRE UNE INITIATIVE SIMILAIRE, QUE LEUR RECOMMANDERIEZ-VOUS? <i>IF TWO OTHER COUNTRIES WANTED TO UNDERTAKE A SIMILAR INITIATIVE, WHAT WOULD YOU RECOMMEND TO THEM?</i></p>



Apêndice C — Matriz de Unidades de Contexto e de Registo

Questão da entrevista	Unidades de Registo (UR)	Nº UR
1. Quais considera seriam os objetivos estratégicos nacionais comuns para Espanha e Portugal a longo prazo (2040)?	Cooperação inevitável entre Portugal e Espanha	1.1
	Geografia compartilhada	1.2
	Alianças (OTAN, UE, ONU)	1.3
	Segurança euro-atlântica	1.4
	Defesa territorial	1.5
	Multilateralismo	1.6
	Transição tecnológica e ecológica	1.7
	Enfoque no controle do Mediterrâneo e Atlântico	1.8
	Fortalecimento da indústria de defesa	1.9
		1.10
2. Quais considera seriam as ameaças e riscos do cenário estratégico Atlântico e Mediterrâneo?	Terrorismo internacional	2.1
	Ciberataques	2.2
	Pressão migratória ilegal/trafco pessoas	2.3
	Ameaça russa	2.4
	Instabilidade no Norte da África	2.5
	Tráfico drogas/estupefacientes	2.6
	Dependência energética	2.7
	Ataques com drones	2.8
	Riscos ambientais (incêndios, inundações)	2.9
	Conflitos híbridos	2.10
	Epidemias/pandemias	2.11
3. Considera que a criação de capacidades combinadas poderia reforçar a posição da Península Ibérica dentro da OTAN e UE?	Vantagem estratégica	3.1
	Redução de custos e otimização de recursos	3.2
	Interoperabilidade necessária	3.3
	Brigada combinada como solução futura	3.4
4. Quais seriam os principais obstáculos políticos ou operacionais para a implementação de uma força combinada?	Autonomia política/soberania nacional/harmonizar decisões governamentais	4.1
	Integração logística e localização unidades	4.2
	Estatuto pessoal militar em território estrangeiro	4.3
	Impacto financeiro	4.4
	Diferencias culturais e linguísticas	4.5
	Interoperabilidade materiais, logística, doutrina	4.6
5. Quais mecanismos financeiros poderiam ser criados para suportar projetos combinados?	Financiamento UE (PESCO, EDF) / programas OTAN	5.1
	Orçamentos de Defesa nacionais	5.2
	Criação fundo ibérico	5.3
	Desenvolvimento parcerias na Indústria Defesa	5.4
6. Na sua opinião, quais capacidades têm maior potencial para serem combinadas (entre Espanha e Portugal).	Brigada combinada	6.1
	Artilharia Antiaérea	6.2
	Ciberdefesa/Uso conjunto do espaço (satélites)	6.3
	Informações	6.4
	Comando e controlo	6.5
	Forças aeromóveis	6.6
	Logística e infraestruturas militares	6.7
7. Considera viável criar uma unidade combinada permanente tipo BG/DIV com missões específicas para cumprir objetivos comuns?	Sim	7.1
	Não	7.2
	Brigada	7.3
	Divisão	7.4
	Unidades rotativas	7.5
	Unidades fixas	7.6
8. Quais poderiam ser os marcos de atuação desta força combinada (desastres naturais, incêndios, emprego em operações de combate ou extração de pessoal)?	Operações de combate/alta intensidade	8.1
	Defesa da retaguarda da OTAN	8.2
	Resposta a emergências/desastres naturais	8.3
	Projeção de força	8.4
	Segurança e defesa Península Ibérica	8.5



9. De quem acha que poderia depender esta unidade?	Estado-Maior Ibérico (conjunto-combinado) Dependência rotativa entre os Comandos terrestres Subordinação à OTAN	9.1 9.2 9.3
10. Considera seria melhor criá-la de zero ou com base em unidades existentes?	Unidades criadas de zero Uso de unidades existentes	10.1 10.2
11. Seria melhor que estivesse fisicamente unificada numa localização (portuguesa ou espanhola), ou que só o comando estivesse permanentemente criado e as unidades repartidas na geografia ibérica?	Brigada unificada Comando permanente e unidades existentes distribuídas pela Península Estrutura binacional com oficiais de ligação	11.1 11.2 11.3
12. Existiria espaço para colaboração no campo da inovação tecnológica, visando desenvolver sistemas interoperáveis?	Sim Não Necessidade de interoperabilidade Projetos combinados de pesquisa e desenvolvimento Brigada: centro científico de desenvolvimento	12.1 12.2 12.3 12.4 12.5
13. Quais recomendações podem ser feitas para fortalecer a cooperação bilateral e garantir as capacidades exigidas pelas OI,s. as quais pertencemos?	Reforçar a presença na OTAN e UE Propósito e modelo de execução Interoperabilidade doutrinária e cultural Vontade política Promoção da ideia no marco das REMP	13.1 13.2 13.3 13.4 13.5
14. Alinhamento dos sistemas de DA de Portugal e Espanha com as exigências da OTAN e compromissos de DA combinada entre aliados	Coordenação e interoperabilidade com a OTAN Partilha de informações e inteligência sobre ameaças aéreas Integração de sistemas de radares e alertas antecipados Exercícios conjuntos para simulação cenários de ataque aéreo	14.1 14.2 14.3 14.4 14.5
15. Quais são os desafios enfrentados na aquisição, manutenção e interoperabilidade dos sistemas de defesa aérea	Falta de padronização nos equipamentos Manutenção dispendiosa e dependência de fornecedores externos Necessidade de modernização contínua para acompanhar as ameaças emergentes Diferenças nos procedimentos operacionais entre os países	15.1 15.2 15.3 15.4 15.5 15.6
16. Quais são as iniciativas específicas para a interoperabilidade ou desenvolvimento combinado de sistemas AAA entre Portugal e Espanha	Realização de exercícios conjuntos de artilharia antiaérea Desenvolvimento de doutrina comum para DA integrada Modernização coordenada dos sistemas de AAA Estudo viabilidade para aquisição conjunta de novos sistemas	16.1 16.2 16.3 16.4
17. Como poderia ser estruturada uma unidade combinada de defesa aérea entre os dois países?	Criação de unidade combinada com comando rotativo Centralização das operações num centro combinado Garantia de interoperabilidade total dos sistemas de DA Integração oficiais de ambos os países em funções operacionais	17.1 17.2 17.3 17.4
18. Infraestruturas ou sistemas que poderiam ser partilhados para otimizar a eficácia da defesa aérea ibérica	Partilha de radares e sistemas de vigilância aérea Utilização de centros de treino comuns para capacitação de militares Manutenção conjunta de equipamentos para reduzir custos operacionais Integração de plataformas de comunicação e comando conjunto	18.1 18.2 18.3 18.4 18.5
19. Possibilidades de ampliação da cooperação tecnológica em defesa aérea	Desenvolvimento de novos sensores e radares de longo alcance Integração de IA para monitoramento do espaço aéreo Pesquisa e desenvolvimento conjunto de munições guiadas Expansão da interoperabilidade com parceiros da OTAN	19.1 19.2 19.3 19.4
20. Qual seria o grau de integração entre as forças? Até que nível as unidades nacionais manteriam a sua identidade dentro da estrutura combinada?	Unidades combate, batalhão Unidades de apoio ao combate, até Pelotão	20.1 20.2



Apêndice D — Matriz das unidades de contexto e de registo das entrevistas

De seguida, apresenta-se a análise às entrevistas realizadas. No entanto, por limitações impostas à dimensão do TII, não é viável a inclusão do conteúdo das mesmas, estando disponível online para consulta dos interessados, através da hiperligação [Entrevistas](#)¹

Quadro 2 – Excerto das respostas do E1 a E8

E	Unidade de contexto	UR
Questão 1 - Quais considera seriam os objetivos estratégicos nacionais comuns para Espanha e Portugal a longo prazo (2040)?		
E1	– “NÃO HÁ NADA EM TERMOS DE DEFESA NACIONAL QUE PORTUGAL POSSA FAZER SEM ESPANHA E QUE A ESPANHA POSSA FAZER SEM PORTUGAL”	1.1
	– “POR UMA PERSPETIVA GEOGRÁFICA”	1.2
	– “A GEOGRAFIA É INCONTORNÁVEL”	1.1
	– “PERSPETIVA DE ALIANÇAS”	1.3
	– “FAZEMOS PARTE DAS MESMAS ALIANÇAS”	1.3
E2	– “O REFORÇO DO PAPEL DOS DOIS ESTADOS IBÉRICOS NO ESPAÇO EUROPEU, ATLÂNTICO E MEDITERRÂNIC”	1.8
	– “LIGAÇÃO AO MUNDO AFRICANO E IBERO-AMERICANO (CPLP E CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA)”	1.3
	– “AUMENTO DA COOPERAÇÃO NO CONTROLO FRONTEIRIÇO, DOS MARES TERRITORIAIS, DO ESPAÇO AÉREO”	1.5
	– “CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS NA RESPOSTA A OI.S., NOMEADAMENTE DA EU, DA NATO E DA ONU”.	1.3
	– “A RETAGUARDA DA NATO, A FRONTEIRA DA UE,	1.4
– AS LINHAS ESTRATÉGICAS SUL, O CONTROLO DO MEDITERRÂNEO E A ROTA DO ATLÂNTICO (AÇORES, MADEIRA E CANARIAS)“	1.8	
E5	– “VIZINHOS”	1.2
	– “ALIADOS NA OTAN E PARCEIROS NA UE, É SÓLIDA E INTENSA”	1.3
	– “DEVEM ENQUADRAR-SE NOS DOMÍNIOS DA SEGURANÇA, DEFESA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS”	1.4
	– “ENFOQUE ESSENCIALMENTE EUROPEU E MEDITERRÂNICO, PODENDO, NO ENTANTO, ESTENDER-SE AO ÂMBITO ATLÂNTICO E IBERO-AMERICANO”.	1.8
	– “CONSOLIDAR-SE COMO ALIADOS FIÁVEIS E COMPROMETIDOS COM A SEGURANÇA INTERNACIONAL”	1.3
	– “SEGURANÇA E DEFESA EUROPEIA”	1.4
	– “COMPROMISSO COM A OTAN”	1.3
	– “ESTABILIDADE DO FLANCO SUL”	1.4
	– “OPERAÇÕES INTERNACIONAIS”	1.3
– MODERNIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS FA	1.9	
E6	– “DEFESA TERRITÓRIO IBÉRICO”	1.4
	– “VISÃO INTEGRAL DE SEGURANÇA”	1.4
	– “EU PILAR BÁSICO NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA”	1.3
	– “AMEAÇAS TRANSNACIONAIS (TERRORISMO, CIBERATAQUES, MUDANÇAS CLIMÁTICAS, PANDEMIAS)”	1.4
	– ENFOQUE NO MULTILATERALISMO (COMPROMISSO OTAN EU))	1.3
	– TRANSIÇÃO TENOLÓGICA E ECOLÓGICA = DESAFIO DO FUTURO	1.7
		1.4

¹ https://iesm365-my.sharepoint.com/:li:/g/personal/rada_milp_ium_pt/E9giNG3ZWhtBqvmprPdN_Y0BsfCgWsSd07YSVC3FjHoT0A?e=pKO3cO



Cooperação Bilateral entre Portugal e Espanha no Âmbito das Forças Terrestres: Desafios e Oportunidades no contexto atual

	<ul style="list-style-type: none">– DIMENSÃO EURO-ATLÂNTICA =ESPAÇO DE INTERESSE– RISCOS AMBIENTAIS (INCÊNDIOS FLORESTAIS E INUNDAÇÕES)– PREPARAÇÃO DA FORÇA PARA ENFRENTAR OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	1.5 1.9
QUESTÃO 2: QUAIS CONSIDERA SERIAM AS AMEAÇAS E RISCOS DO CENÁRIO ESTRATÉGICO ATLÂNTICO E MEDITERRÂNEO?		
E1	<ul style="list-style-type: none">– “[...] AS ROTAS DE INFILTRAÇÃO DE IMIGRANTES DE TRÁFICOS QUE VÃO DIRETAMENTE DO CENTRO DO MEDITERRÂNEO PARA ESPANHA.– “TERRORISMO INTERNACIONAL”,– “[...] AMEAÇAS RELATIVAS POR CAUSA DAS IMPOSIÇÕES RUSSAS”– “PROBLEMAS COM O NORTE DA ÁFRICA DA LÍBIA”	2.3 2.1 2.4 2.5
E2	<ul style="list-style-type: none">– “[...] INSTABILIDADE NO NORTE DE ÁFRICA E SAHEL”– “A DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA, NOMEADAMENTE DESSA REGIÃO [...]”– “AS PRESSÕES MIGRATÓRIAS DE ÁFRICA [...]”– “TERRORISMO”– “[...] ATIVIDADES CRIMINOSAS INTERNACIONAIS, COMO O TRÁFICO DE SERES HUMANOS E DE ESTUPEFACIENTES[...]”– “A AMEAÇA HÍBRIDA RUSSA NO ATLÂNTICO NORTE E MEDITERRÂNEO QUE PODERÁ POR EM CAUSA OS EIXOS DE COMUNICAÇÃO E A LIBERDADE DE MOVIMENTOS, CAUSANDO DISRUPÇÃO NO COMÉRCIO, NA ECONOMIA E NO NORMAL FUNCIONAMENTO DAS NOSSAS SOCIEDADES.”	2.5 2.7 2.3 2.1 2.6 2.4
E4	<ul style="list-style-type: none">– “[...]EVENTUAL AMEAÇA TERRORISTA (COM DRONES OU RENEGADE), PERPETRADA DURANTE UM EVENTO DE ALTA VISIBILIDADE”– “UM TIPO DE AMEAÇA MAIS CONVENCIONAL, SÓ PERSPETIVAMOS NO ÂMBITO DE SERMOS UM PAÍS DA ALIANÇA ATLÂNTICA, NUMA LÓGICA DE DEFESA COLETIVA.”	2.4 2.8
E5	<ul style="list-style-type: none">– “CONFLITOS ARMADOS E INSTABILIDADE GEOPOLÍTICA, ESPECIALMENTE NA VIZINHANÇA SUL (NORTE DE ÁFRICA E SAHEL).”– “TERRORISMO E RADICALIZAÇÃO VIOLENTA, TANTO NO EXTERIOR COMO EM TERRITÓRIO NACIONAL.”– “CIBERAMEAÇAS, INCLUINDO CIBERATAQUES E INGERÊNCIAS HÍBRIDAS.”– “DESINFORMAÇÃO E ESPIONAGEM, REPRESENTANDO UM RISCO PARA A SOBERANIA E A ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA.”– “FLUXOS MIGRATÓRIOS IRREGULARES, ASSOCIADOS A CRISES HUMANITÁRIAS E TRÁFICO DE PESSOAS.”– “VULNERABILIDADE DE INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS, ESPECIALMENTE FACE A ATAQUES FÍSICOS E CIBERNÉTICOS. NO ÂMBITO DAS INFRAESTRUTURAS, [...] DEVE PELA PENÍNSULA ENTRAM NA EUROPA AS PRINCIPAIS LINHAS DE FIBRA ÓTICA PROVENIENTES DE ÁFRICA E DA AMÉRICA DO SUL, ALÉM DE SER ONDE SE LOCALIZAM OS CENTROS DE DADOS QUE AS SUPORTAM, OS QUAIS SÃO BASTANTE DEFICITÁRIOS EM TERMOS ENERGÉTICOS.”– “SEGURANÇA ENERGÉTICA, COM FOCO NA DEPENDÊNCIA DO EXTERIOR.”– “IMPACTO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, PROVOCANDO DESASTRES NATURAIS E TENSÕES SOCIOECONÓMICAS.”– “EPIDEMIAS E PANDEMIAS, REFORÇANDO A NECESSIDADE DE RESILIÊNCIA SANITÁRIA.”– “AMEAÇA RUSSA NÃO TEM UM DESTAQUE RELEVANTE NO DOCUMENTO, SENDO UM ELEMENTO QUE, LOGICAMENTE, TERIA DE SER ACRESCENTADO [...]”	2.5 2.1 2.2 2.10 2.3 2.10 2.7 2.9 2.11 2.4
E6	<ul style="list-style-type: none">– “A PRESSÃO MIGRATÓRIA ILEGAL,– CIBERATAQUES,– AMEAÇA TERRORISTA 360º,– AÇÃO DE SABOTAGEM RUSSA.”	2.3 2.2 2.1 2.4
E7	<ul style="list-style-type: none">– “GRUPOS IRREGULARES RESPALDADOS POR ALGÚN ESTADO O GRUPO TERRORISTA QUE NOS HOSTIGUE CON DRONES BARATOS DESDE EM MEDITERRÂNEO Y ATLÂNTICO DESDE OTROS PAÍSES O INCLUSO INTRODUCIENDO GENTE QUE MANEJE LOS DRONES DESDE DENTRO. SUS OBJETIVOS SERÍAN LOS PUERTOS, LA INDUSTRIA TURÍSTICA PARA EXTENDER EL TERROR.”– “[...] LA AMENAZA MÁS PELIGROSA EN LA PENÍNSULA IBÉRICA ES A BAJA Y MUY BAJA COTA.”– “NO DESDEÑAR MISILES BALÍSTICOS, ESPECIALMENTE POR LA SITUACIÓN DE LIBIA Y PORQUE INCLUSO DESDE EL SAHEL, CON UN DRON DE MEDIANA CAPACIDAD (DE UNOS 30000€), PUEDEN ACCEDER A LA PENÍNSULA IBÉRICA.”– “NO DEBEMOS PENSAR QUE LOS QUE AMENAZAN LA PENÍNSULA IBÉRICA SON NACIONES. ESE RIESGO AFORTUNADAMENTE HA BAJADO MUCHO.”	2.1 2.8 2.5



Cooperação Bilateral entre Portugal e Espanha no Âmbito das Forças Terrestres: Desafios e Oportunidades no contexto atual

	– “HAY QUE ABRIR LA MENTE Y PENSAR EN LA AMENAZA BARATA DE BAJA Y MUY BAJA COTA”	2.5 2.8
Questão 3 – Considera que a criação de capacidades combinadas poderia reforçar a posição da Península Ibérica dentro da OTAN e da UE?		
E1	– “EU ESPERO UM DIA TEMOS UMA BRIGADA COMBINADA”	3.4
E2	– “[...] A SOLUÇÃO DE FORÇAS COMBINADAS MULTINACIONAIS JÁ É UTILIZADA POR DIVERSOS ESTADOS, PODE SER UMA BOA SOLUÇÃO PARA A RESPOSTA ÀS EXIGÊNCIAS [...]”	3.4
	– “[...] APROVEITANDO MELHOR OS MEIOS E RECURSOS À NOSSA DISPOSIÇÃO E PERMITINDO A ECONOMIA DE ESFORÇO EM ÁREAS ESPECÍFICAS E A ESPECIALIZAÇÃO”	3.2
	– “É UMA EXCELENTE FORMA DE PROMOVER A INDÚSTRIA DE DEFESA DE CADA PAÍS [...]”	3.2
	– “[...] CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DA CREDIBILIDADE INTERNACIONAL DOS ESTADOS IBÉRICOS [...]”	3.5
	– “[...] FORTALECENDO O SEU PAPEL NA NATO E EU [...]”	3.1
	– “[...] AUMENTANDO O SEU EFEITO DISSUASOR.”	3.1
E3	– “[...] QUANTO MAIS ESSAS INFRAESTRUTURAS ESTIVEREM DESENVOLVIDAS, MELHOR. ESTE PROJETO CONCORRE TAMBÉM PARA ESSE OBJETIVO”	3.3
E4	– “JULGO QUE ESSA É UMA POSSIBILIDADE E QUE DEVE SER CONSIDERADA. JULGO QUE SERIA UMA BOA OPORTUNIDADE DE COOPERAÇÃO IBÉRICA.”	3.4
	– “EM TERMOS MILITARES CONSEGUIMOS ENTENDER-NOS BASTANTE BEM.”	3.3
	– “[...] UMA PARCERIA DESSE GÊNERO PODERIA RESULTAR EM ALGO, DIGAMOS, COMO UM CLUSTER [...]”	3.5
E5	– “QUALQUER ESFORÇO COMBINADO E COORDENADO EM TERMOS DE LINHAS DE TRANSPORTE, INFRAESTRUTURAS RSOM ASSOCIADAS, DEFESA AÉREA, CONTROLO MARÍTIMO E LOGÍSTICA PODE REPRESENTAR UM ELEVADO INTERESSE NO SEIO DA ALIANÇA ATLÂNTICA.”	3.1
	– ESPECIALMENTE NO QUADRO DA UE, COMO O PESCO E O EDF, NOS QUAIS A MULTINACIONALIDADE É UM FATOR POSITIVO.	3.1
	– ESTA É UMA OPÇÃO PENSADA PARA BENEFICIAR OS PRÓPRIOS ALIADOS, UMA VEZ QUE O QUE REALMENTE PREOCUPA A OTAN É QUE OS "TARGETS" SEJAM CUMPRIDOS [...]”	3.1
E6	– “PARA QUE A PENÍNSULA IBÉRICA CONSIGA TER TODA AS CAPACIDADES REQUERIDAS, É MAIS FÁCIL ENTRE DOIS QUE CADA UM PELO SEU LADO À DUPLICAR CUSTOS E MEIOS.”	3.2
E7	– “[...] TODO LO QUE SEA ENTENDER LOS PROCEDIMIENTOS, INTEGRACIÓN, CONOCIMIENTO MUTUO, REFUERZA [...]”	3.1
Questão 4 - Quais seriam os principais obstáculos políticos ou operacionais para a implementação de uma força combinada?		
E1	– “PORTUGAL E ESPANHA GANHAM MUITO NO MUNDO POR TER ESTAS 2 VOZES.”	4.1
	– “PORTUGAL E ESPANHA TÊM UMA ENTIDADE GLOBAL ATRAVÉS DA LÍNGUA”	4.1
	– “[...] PRINCIPAIS INCONVENIENTES, SEM DÚVIDA, SERIAM OS PROBLEMAS JURÍDICOS DE TER PESSOAL COLOCADO NO ESTRANGEIRO”	4.3
	– “PORQUE DO OUTRO LADO DA FRONTEIRA PASSARIAM A GANHAR AJUDAS DE CUSTO. ÀS VEZES É QUESTÃO ECONÓMICA (SUBSÍDIOS DE RESIDÊNCIA, ESCOLAS).”	4.4
	– “QUESTÕES LEGAIS, ESTATUTOS DAS PESSOAS [...]”	4.3
	– “[...] QUESTÃO PRÁTICA PORQUE ENVOLVE MUITO DINHEIRO [...]”	4.4
E2	– “NECESSIDADE DE ENTENDIMENTO E CONSENSO POLÍTICO DOS GOVERNOS DOS DOIS PAÍSES.”	4.1
E3	– “[...] TEM DE CONGREGAR VONTADES DE OUTROS PAÍSES QUE SE QUEIRAM ASSOCIAR.”	4.1
E4	– “[...] PODERÃO EXISTIR PROBLEMAS DE INTEROPERABILIDADE ENTRE OS MEIOS QUE OS DOIS PAÍSES POSSUEM [...]”	4.6
	– NÃO TEMOS A CERTEZA QUE OS EQUIPAMENTOS SEJAM INTEROPERÁVEIS	4.6
E5	– “RETICÊNCIA À PERDA DE SOBERANIA E RISCO DE DEPENDÊNCIA ESTRATÉGICA [...]”	4.1
	– “SOBERANIA E PERCEÇÃO PÚBLICA [...]”	4.1
	– “DIFERENTE CULTURA ESTRATÉGICA [...]”	4.5
	– “INTEROPERABILIDADE TÉCNICA E DOUTRINÁRIA [...]”	4.6
	– DESDOBRAMENTO GEOGRÁFICO [...]”	4.6
	– “INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA E ADMINISTRATIVA [...]”	4.6



Cooperação Bilateral entre Portugal e Espanha no Âmbito das Forças Terrestres: Desafios e Oportunidades no contexto atual

E6	– “JÁ É DIFÍCIL QUE UM GOVERNO CONSIGA ACORDAR OS SEUS GASTOS EM DEFESA. POR TANTO, TENTAR QUE DOIS GOVERNOS CONCORDEM, DUPLICA A DIFICULDADE [...]”	4.1
	– É UM PROBLEMA A NÍVEL DE DECISÃO [...]”	4.1
	– “[...] CADA NAÇÃO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DOS SEUS EQUIPAMENTOS [...]”	4.6
E8	– “O DESAFIO RESIDE NA CULTURA MILITAR E NO CONHECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES [...]”	4.5
	– “A BARREIRA DA LÍNGUA É UMA REALIDADE [...]”	4.5
Questão 5 - Quais mecanismos financeiros poderiam ser criados para suportar projetos combinados?		
E1	– “PERANTE INVESTIMENTOS EM DEFESA DOS DOIS PAÍSES [...]”	5.2
	– “[...] PERANTE MECANISMOS DA UE”	5.1
E2	– “PODERIAM SER APROVEITADOS OS PLANOS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR) PARA A DEFESA DA EU [...]”	5.1
	– “[...] COMPRAS CONJUNTAS [...]”	5.4
	– “[...] ALINHAR AS INDÚSTRIAS DE DEFESA DE AMBOS OS PAÍSES [...]”	5.4
	– “[...] PARCERIAS TECNOLÓGICAS [...]”	5.4
	– “[...] DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DE FORMA COMBINADA [...]”	5.4
E3	– “[...] FUNDOS DA ALIANÇA ATLÂNTICA [...] NÃO FINANCIAM TUDO. MAS FINANCIAM ALGUMAS COISAS [...]”	5.1
	– “O RESTO TERIA DE SER NACIONAL.”	5.2
E4	– “JULGO QUE A PRÓPRIA UNIÃO EUROPEIA TEM FUNDOS PARA APOIO A ESTE TIPO DE INICIATIVAS.”	5.1
E5	– “[...] DESENVOLVER MECANISMOS FINANCEIROS ESPECÍFICOS QUE GARANTAM A SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA ECONÓMICA DESSAS INICIATIVAS.”	5.3
	– “CRIAÇÃO DE UM FUNDO ECONÓMICO COMUM IBÉRICO [...] AS CONTRIBUIÇÕES DEVERIAM SER PROPORCIONAIS BASEADAS NA CAPACIDADE ECONÓMICA E NO RETORNO ESPERADO PARA CADA PAÍS [...]”	5.3
	– “DOTAÇÃO ORÇAMENTAL ESPECÍFICA NOS MINISTÉRIOS DA DEFESA [...]”	5.2
	– “[...] MECANISMOS INTERNACIONAIS COMO O MECANISMO ATHENA DA UE, OU EDF [...]”	5.1
E6	– “JÁ EXISTEM MECANISMO DA EU COMO OS PROGRAMAS PESCO OU DA NATO (SMART-DEFENCE OU NSIP).”	5.1
	– “A NÍVEL NACIONAL, MANTER O GASTO EM DEFESA INDEPENDENTEMENTE DA LEGISLATURA [...]”	5.2
E7	– “[...] LOS GASTOS LOS PAGA CADA PAÍS [...]”	5.2
E8	– “CADA PAIS PAGA AS SUAS DESPESAS [...]”	5.2
Questão 6 - Na sua opinião, quais capacidades têm maior potencial para serem combinadas (entre Espanha e Portugal), considerando as limitações de ambos os países?		
E1	– “UMA BRIGADA COMBINADA [...]”	6.1
	– “NO ÂMBITO DA AAA, TAMBÉM ESTOU TOTALMENTE DE ACORDO.”	6.2
E2	– “[...] AS FORÇAS PESADAS E MÉDIAS PODEM SER ORGANIZADAS EM GRANDES UNIDADES, COMUNS AOS DOIS PAÍSES [...]”	6.1
	– “[...] O COMANDO E CONTROLO,	6.5
	– A LOGÍSTICA,	6.7
	– A DEFESA AÉREA,	6.2
	– AS FORÇAS AEROMÓVEIS E	6.6
– AS INFORMAÇÕES SÃO AS ÁREAS COM MAIOR POTENCIAL PARA SEREM COMBINADAS.”	6.4	
E5	– “AS RELACIONADAS COM O APOIO ÀS AUTORIDADES CIVIS EM CASO DE DESASTRES NATURAIS E AJUDA HUMANITÁRIA, SEM DÚVIDA”	6.1
	– “UNIDADES MECANIZADAS E BLINDADAS,	6.2
	– DEFESA ANTIAÉREA,	6.7
	– TRANSPORTE MARÍTIMO DE FORÇAS TERRESTRES (NAVIOS DO ET) (CONSIDERANDO A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS AÇORES E DA MADEIRA),	6.3



Cooperação Bilateral entre Portugal e Espanha no Âmbito das Forças Terrestres: Desafios e Oportunidades no contexto atual

	– LOGÍSTICA, – CAPACIDADES RELACIONADAS COM A CRESCENTE ESPECIALIZAÇÃO EM OPERAÇÕES MULTIDOMÍNIO (INCLUINDO DOMÍNIOS E CAPACIDADES A2/AD).”	
E6	– “NA ÁREA DA DEFESA AÉREA, A ARTILHARIA ANTIAÉREA – UM SISTEMA INTEGRAL DE COMBATE ENTIDADE BRIGADA – NA ÁREA CIBER – NO ESPAÇO (SATÉLITES)”	6.2 6.1 6.3 6.3
Questão 7 – Considera viável criar uma unidade combinada permanente tipo brigada ou divisão com missões específicas para cumprir objetivos comuns aos dois países?		
E1	“SIM!”	7.1
E2	– “[...] PODERIA SER CONSIDERADA A CRIAÇÃO DE BRIGADAS COMUNS COMO RESPOSTA ÀS EXIGÊNCIAS ATUAIS DOS NATO CAPABILITY TARGETS [...]” – “[...] INCORPORAR CAPACIDADES PESADAS, DE ESCALÃO BATALHÃO, PORTUGUESAS, NAS BRIGADAS PESADAS E/OU BLINDADAS ESPANHOLAS [...]” – “[...] PORQUÊ NÃO TER UMA FORMAÇÃO IBÉRICA CONJUNTA NA NATO.”	7.3 7.1 7.5
E3	– “ERA SÓ PASSAR PARA UM ESTÁDIO AINDA MAIS ELEVADO DE RELACIONAMENTO [...]” – “PORTUGAL PUDESSE CONSTITUIR E LIDERAR UMA BRIGADA MULTINACIONAL INTEGRADA NA ESTRUTURA OPERACIONAL DO NRDC-SPAIN [...]” – “ERA UMA BRIGADA MULTINACIONAL DE COMANDO PORTUGUÊS, COM UMA PARTICIPAÇÃO SIGNIFICATIVA DO REINO DE ESPANHA [...]” – “[...] CONSTITUIÇÃO DE UMA BRIGADA MULTINACIONAL DENTRO DA ALIANÇA [...]”	7.1 7.5 7.3 7.5
E5	– “[...] PODERIA CONSIDERAR-SE UMA UNIDADE COMPLETA OU UMA ESTRUTURA DE COMANDO PERMANENTE, EM QUE AS UNIDADES QUE A COMPÕEM FOSSEM ROTATIVAS, DE ACORDO COM UM CICLO DE DISPONIBILIDADE.” – “OUTRA OPÇÃO SERIA CRIÁ-LA A PARTIR DA BRIGADA ESPANHOLA E PORTUGUESA, QUE JÁ COLABORAM REGULARMENTE [...]” – “[...] PARECE QUE O OBJETIVO DESTA EVENTUAL UNIDADE COMBINADA PERMANENTE DEVERIA SER DE NÍVEL DIVISÃO OU BRIGADA [...]” – “[...] É UMA INICIATIVA VIÁVEL, MAS COMPLEXA [...]”	7.6 7.5 7.3 7.4
E6	– “SIM, DE NÍVEL BRIGADA, COM BASE FÍSICA [...]”	7.1
Questão 8 - Quais poderiam ser os marcos de atuação desta força combinada (desastres naturais, incêndios, emprego em operações de combate ou extração de pessoal)?		
E1	– “RETAGUARDA DO DISPOSITIVO DA OTAN [...]” – “[...] HÁ UM PAPEL NATURAL EMERGÊNCIAS NO TERRITÓRIO IBÉRICO [...]” – “PROJEÇÃO DA BRIGADA COMBINADA.”	8.1 8.2 8.3
E2	– “DEFINITIVAMENTE ESTA FORÇA DEVERIA ESTAR FOCADA AO COMBATE [...]” – “[...] ORIENTADA NA PROTEÇÃO DA RETAGUARDA DA NATO, [...]”	8.1 8.2
E3	– “[...] QUE LHE PERMITISSE SER EMPREGUE, SEJA NO QUADRO NATO [...]” – “[...] FORTALECIMENTO DAS SUAS PRÓPRIAS ESTRUTURAS DE SEGURANÇA E DEFESA [...]” – “A IDEIA DESTA BRIGADA TAMBÉM SERIA ASSIM: PREPARAR-SE PARA ALTA INTENSIDADE, SEM EXCLUIR A POSSIBILIDADE DE PODER INTERVIR EM OPERAÇÕES DE MENOR INTENSIDADE [...] OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ OU DE INTERVENÇÃO EM CATÁSTROFES.”	8.2 8.5 8.3 8.1
E5	– “TODOS OS MARCOS DE ATUAÇÃO PODEM SER VÁLIDOS [...]” – “NO CASO DE UMA UNIDADE FOCADA EM EMERGÊNCIAS [...] NÃO SE MOSTROU INTERESSE EM COMPATIBILIZÁ-LO COM A UME ESPANHOLA.” – “SE SE TRATAR DE UNIDADES VOLTADAS PARA A DISSUAÇÃO, DEFESA, PROJEÇÃO DE ESTABILIDADE, O ENQUADRAMENTO MAIS ADEQUADO SERIA O DAS OISD [...]”	8.3 8.1
E6	– “[...] OPERAÇÕES DE COMBATE [...]” – “[...] DESASTRES NATURAIS, INCÊNDIOS [...]”	8.1 8.3
E8	– “[...] A BRIGADA PARTICIPA EM TODAS AS MISSÕES DAS DUAS NAÇÕES: EUMAM-UA, KFOR, NATO EFP, UNIFIL”	8.1



Questão 9 - De quem acha que poderia depender esta unidade? seria necessário criar um estado-maior conjunto de defesa ibérica para o planeamento, controlo e sustentação das suas operações de forma independente? ou poderia depender de algum órgão existente?		
E2	– “ESTA UNIDADE DEVERIA DEPENDER DE UM ESTADO-MAIOR COMBINADO IBÉRICO QUE POR SUA VEZ DEPENDESSE DE FORMA CÍCLICA DOS COMANDOS TERRESTRES DE CADA PAÍS [...]”	9.1
E3	– “DENTRO DA ESTRUTURA DA ALIANÇA, FARIA SENTIDO QUE ELA ESTIVESSE COM UMA RELAÇÃO DE COMANDO E CONTROLO EM RELAÇÃO AO QUARTEL-GENERAL (HQ) DE NÍVEL CE EM ESPANHA, O NRDC-SP.”	9.3
E5	– “[...] NÃO CRIAR ESTRUTURAS ADICIONAIS, UMA VEZ QUE JÁ EXISTEM O COMANDO DE OPERAÇÕES E O NRDC, ONDE ESPANHA E PORTUGAL JÁ PARTILHAM ESTRUTURA DE COMANDO.”	9.3
E6	– “[...] COMANDO ROTATIVO ENTRE OS DOIS PAÍSES [...]” – “DEVERIA DEPENDER DAS FORÇAS TERRESTRES DOS POIS PAÍSES (CFT E FUTER)”	9.2 9.2
E8	– “A BRIGADA TEM UMA DUPLA SUBORDINAÇÃO. PERTENCE À 10ª PANZERDIVISION E À 1ª DIVISÃO FRA [...]” – “[...] RECEBE ORDENS NACIONAIS DE AMBOS OS LADOS E DEVE ESCOLHER COMO CUMPRIR AS MISSÕES, DE FORMA BINACIONAL OU NACIONAL [...]”	9.2
Questão 10 - Em caso afirmativo, considera que seria melhor criá-la de zero ou com base em unidades existentes?		
E1	– “COM BASE EM UNIDADES EXISTENTES [...]”	10.2
E2	– “SERIA MAIS RECOMENDÁVEL COM BASE EM UNIDADES EXISTENTES COMO NOSSA BRIGADA MECANIZA E A BRIGADA EXTREMADURA XI [...]”	10.2
E3	– “EU PENSO QUE DEVE SER CRIADA COM BASE NAS UNIDADES JÁ EXISTENTES.”	10.2
E5	– “COMO JÁ FOI MENCIONADO, EXISTEM UNIDADES EM AMBOS OS LADOS DA FRONTEIRA QUE JÁ COLABORAM REGULARMENTE, NO ÂMBITO DOS ACORDOS DE GEMINAÇÃO A NÍVEL DE BRIGADA [...] ESSA COOPERAÇÃO PODERIA SERVIR DE BASE PARA A CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE COMBINADA” – “[...] UMA PROGRESSÃO GRADUAL SOBRE AS ESTRUTURAS JÁ EXISTENTES.” – “CASO O TIPO DE UNIDADE A SER CRIADA EXIJA UMA ABORDAGEM DIFERENTE, DEVE SER CONSIDERADA A POSSIBILIDADE DE DESENVOLVER UMA NOVA UNIDADE DO ZERO.”	10.2 10.3 10.1
E6	– CRIÁ-LA DE CERO NÃO, É MUITO COMPLICADO. MELHOR COM BASE AS UNIDADES EXISTENTES.	10.1
Questão 11 - Com base em modelos de outros países (brigada franco-alemã ou batalhão neerlandês-alemão), na sua opinião, seria melhor que estivesse fisicamente unificada em uma localização (portuguesa ou espanhola), ou pelo contrário que só o comando estivesse permanentemente criado (ou com oficiais de ligação) e o resto de unidades subordinadas repartidas na geografia ibérica e juntar-se para os treinos?		
E1	– “EU ACHO QUE DEVEMOS JOGAR COM GEOGRAFIA. EU DOU SEMPRE O EXEMPLO DA BRIGADA MECANIZADA EM BADAJOZ. O CAMPO DE TREINO DE SANTA MARGARIDA ESTÁ A 150 KM DALI.”	11.2
E3	– “UMA UNIDADE DESTE GÉNERO, DEVE ESTAR FISICAMENTE IMPLANTADA NUMA DETERMINADA LOCALIDADE, MAS FUNDAMENTALMENTE O SEU HQ [...]” – “[...] APROVEITAR AS ESTRUTURAS EXISTENTES E REFORÇAR A SUA CAPACIDADE E A SUA LIGAÇÃO. FUNDAMENTALMENTE, JUNTAR-SE-IAM QUANDO FOR NECESSÁRIO [...]” – “[...] MAS A IDEIA ERA EFETIVAMENTE TER O HQ A FUNCIONAR FISICAMENTE EM SANTA MARGARIDA, TAL COMO ESTÁ, O NRDC-SP A NÍVEL DE CE EM VALENCIA [...]”	11.2 11.2 11.2
E5	– “NUM PRIMEIRO MOMENTO, NÃO PARECE QUE A CONSTRUÇÃO DE NOVAS BASES PARA UMA EVENTUAL FORÇA COMBINADA SEJA A OPÇÃO MAIS ADEQUADA.” – “A ALTERNATIVA MAIS ECONÓMICA SERIA MANTER AS UNIDADES NOS SEUS TERRITÓRIOS NACIONAIS, O QUE PRESERVARIA A INDEPENDÊNCIA OPERACIONAL E FACILITARIA DIVERSOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E LOGÍSTICOS.” – “PARA UNIDADES DE NÍVEL BRIGADA OU SUPERIOR, UM COMANDO CENTRALIZADO NUMA MESMA LOCALIZAÇÃO, MAS COM AS UNIDADES MANTENDO-SE NAS SUAS BASES DE ORIGEM [...]” – “NO ENTANTO, A MÉDIO OU LONGO PRAZO, PODERIA SER CONSIDERADA A CONSTRUÇÃO DE UMA BASE COMBINADA PARA ESSA UNIDADE HISPANO-LUSA [...]”	11.2 11.1
E6	– “A MINHA PRIMEIRA OPÇÃO SERIA QUE ESTIVESSE LOCALIZADA NUMA LOCALIZAÇÃO OU DUAS, COM PESSOAL DOS DOIS PAÍSES [...]”	11.1 11.2
Questão 12 - Na sua opinião, existiria espaço para colaboração no campo da inovação tecnológica, visando desenvolver sistemas interoperáveis		
E1	– “UM DOS SEUS REQUISITOS É QUE DEVE SER INTEROPERÁVEL [...]” – “[...] UMA UNIDADE TAMBÉM SE CONCEBE COMO UM CENTRO CIENTÍFICO DE DESENVOLVIMENTO [...]”	12.3 12.5



Cooperação Bilateral entre Portugal e Espanha no Âmbito das Forças Terrestres: Desafios e Oportunidades no contexto atual

E2	<ul style="list-style-type: none">– “[...] TEMOS QUE NOS ALINHAR E FAZER PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CONJUNTO.”– “[...] TEMOS QUE CATAPULTAR AS NOSSAS INDÚSTRIAS. DEVEMOS FAZER CONSÓRCIO COM A NOSSA INDÚSTRIA [...]”– “NA ÁREA DA EXPERIMENTAÇÃO, NÓS TEMOS UM EXERCÍCIO ANUAL EM QUE VEM À ACADEMIA, AS INDÚSTRIAS, AS EMPRESAS, FAZER EXPERIMENTAÇÃO PRÁTICA [...]”	12.4 12.4 12.5
E5	<ul style="list-style-type: none">– “DEFINITIVAMENTE, EXISTE ESPAÇO E É ABSOLUTAMENTE NECESSÁRIA A COLABORAÇÃO NESTE DOMÍNIO [...]”– “[...] EXPERIMENTAÇÃO E DAS LIÇÕES APRENDIDAS. ESTE CAMPO PODERIA SER MAIS VIÁVEL PARA UMA COLABORAÇÃO EFETIVA ENTRE UNIDADES ESPECÍFICAS DE AMBOS OS EXÉRCITOS, PERMITINDO DESENVOLVER CAPACIDADES CONJUNTAS E MELHORAR A INTEROPERABILIDADE [...]”	12.1 12.5
E6	<ul style="list-style-type: none">– “A MINHA RESPOSTA É SIM PORQUE ESTA BRIGADA PERMITIRIA E NATURALMENTE EXIGIRIA A PESQUISA DE NOVOS MATERIAIS INTEROPERÁVEIS E POR TANTO ABRIRIA UM CAMPO COLABORATIVO ENTRE AS INDÚSTRIAS DE DEFESA DOS DOIS PAÍSES. “	12.1 12.4
E8	<ul style="list-style-type: none">– “NÃO HÁ NENHUM PROGRAMA ESPECÍFICO DEDICADO À BFA. NO ENTANTO, EXISTIRAM (ROLAND, ALOUETTE) E CONTINUAM A EXISTIR DESENVOLVIMENTOS EM COMUM: TIGRE, MGCS [...]”	12.4
Questão 13 - Quais recomendações podem ser feitas para fortalecer a cooperação bilateral e garantir as capacidades exigidas pelas organizações internacionais as quais pertencemos?		
E2	<ul style="list-style-type: none">– “[...] DEVEMOS REFORÇAR A PRESENÇA PORTUGUESA NO NRDC ESP.”– “DEVEMOS REFORÇAR A INTEROPERABILIDADE NOS TARGETS NATO E SE CALHAR COMPROMETERMO-NOS COM TARGETS PARTILHADOS OU [...] UNIR ESFORÇOS ATRAVÉS DE OFERECIMENTO DE FORÇAS COMBINADAS [...]”– “[...] ALINHAR ESTRATÉGIAS ENTRE OS 2 PAÍSES [...]”– “[...] O ALINHAMENTO DOS ESTADOS MAIORES CONJUNTOS [...] É FULCRAL.”– “[...] TEM DE HAVER UM PROPÓSITO.”– “TEM DE HAVER UM MODELO DE EXECUÇÃO [...]”– “[...] ALINHAR ESTRATÉGIAS ENTRE OS 2 PAÍSES. PORQUE NÓS TEMOS OS MESMOS PROBLEMAS. ENTÃO, PORQUE É QUE NÃO O ALINHAMOS AS NOSSAS ESTRATÉGIAS [...]”	13.1 13.1 13.2 13.2 13.2 13.4
E3	<ul style="list-style-type: none">– “UMA IDEIA COMO ESTA DEPENDE FUNDAMENTALMENTE DE UMA CONJUGAÇÃO DE INTERESSES E DE UM ESFORÇO CONJUNTO NO REFORÇO DA RELAÇÃO BILATERAL [...]”– “A POSIÇÃO DE CADA UM DOS PAÍSES DO PONTO DE VISTA MILITAR E, DO PONTO DE VISTA POLÍTICO, TEM QUE OLHAR PARA UMA IDEIA DESTA NATUREZA COM VANTAGEM [...]”	13.1 13.2
E5	<ul style="list-style-type: none">– “HAVENDO VONTADE DE FORTALECER A COOPERAÇÃO BILATERAL [...]”– “[...] MARCO MAIS ADEQUADO PARA IMPULSIONAR ESTE TIPO DE INICIATIVAS É A REMP, ONDE ANUALMENTE SE PODEM PROPOR E DECIDIR AVANÇOS NESTAS ÁREAS [...]”– “[...] ESSE MODELO EXIGE UM ALINHAMENTO DOS CICLOS DE DISPONIBILIDADE, O QUE NÃO É UM PROCESSO SIMPLES [...]”	13.1 13.5 13.2
E6	<ul style="list-style-type: none">– “[...] CRIAR ESTA UNIDADE É O SEGUINTE PASSO A DAR PARA MELHORAR A COLABORAÇÃO BILATERAL, ABARATAR CUSTOS E MELHORAR CAPACIDADES”	13.2
E8	<ul style="list-style-type: none">– “[...] A COOPERAÇÃO REFORÇADA DESDE TEMPOS DE PAZ, NUMA BASE PERMANENTE, É UMA EXCELENTE IDEIA, POIS REFLETE A REALIDADE E O DIA A DIA DAS UNIDADES EM OPERAÇÕES.”– “[...] LABORATÓRIO DE INTEROPERABILIDADE [...]”– “[...] ADOTAR PADRÕES COMUNS: LÍNGUA DE TRABALHO, SISTEMA DE COMUNICAÇÃO.”– “[...] EVITAR QUALQUER DUPLICAÇÃO DE SISTEMAS [...]”	13.2 13.3 13.3 13.2
Questão 20 - Qual seria o grau de integração entre as forças? Até que nível as unidades nacionais manteriam a sua identidade dentro da estrutura combinada?		
E3	<ul style="list-style-type: none">– “[...] OPERAÇÕES ONDE A INTENSIDADE É BAIXA. AÍ EM QUE A FRAGMENTAÇÃO DESSA INTEROPERABILIDADE PODE IR ATÉ ESCALÕES MAIS BAIXOS, OU SEJA, O PELOTÃO OU A SECCÃO.”– “[...] QUANDO FALAMOS EM ALTA INTENSIDADE, SE HOUVER UMA GRANDE FRAGMENTAÇÃO NO NÍVEL DE INTEROPERABILIDADE, A EFICÁCIA OPERACIONAL FICA COMPROMETIDA.”– “SE ESTAMOS A DISCUTIR UM PROJETO QUE É UMA OBRIGADA, EU CONSIDERARIA QUE O NÍVEL MÍNIMO DE INTEROPERABILIDADE É O COMANDO DE ESCALÃO BATALHÃO.”	20.2
E5	<ul style="list-style-type: none">– “UM PRINCÍPIO FUNDAMENTAL SERIA QUE AS UNIDADES TIPO BATALHÃO DEVERIAM PERTENCER A UMA ÚNICA NAÇÃO [...]”	20.1
E8	<ul style="list-style-type: none">– “[...] MANTER OS BATALHÕES DE COMBATE E DE APOIO NACIONAIS.”– “[...] A COMPANHIA DE TRANSMISSÕES E O BATALHÃO LOGÍSTICO SÃO MISTOS [...]”– “[...] ENQUANTO AS OUTRAS UNIDADES SÃO EXCLUSIVAMENTE FRANCESAS (FRA) OU ALEMÃS (DEU). DENTRO DAS UNIDADES MISTAS, A ORGANIZAÇÃO NÃO DESCE ABAIXO DO NÍVEL DE PELOTÃO, QUE PERMANECE NACIONAL”	20.1 20.2 20.2



Apêndice E — Quadros de resultado das entrevistas

Quadro 3- Objetivos estratégicos nacionais comuns para Portugal e Espanha a longo prazo

Cód.	Segmento e Unidade de Registo	Entrevistados				Resultados	
		E1	E2	E5	E6	Σ	%
1.	Quais considera seriam os objetivos estratégicos nacionais comuns para Espanha e Portugal a longo prazo (2040)?						
1.1	Cooperação inevitável entre Portugal e Espanha	X				01	25
1.2	Geografia partilhada	X		X		02	50
1.3	Alianças (OTAN, UE, ONU, CPLP, CEA)	X	X	X	X	04	100
1.4	Segurança euro-atlântica		X	X	X	03	75
1.5	Defesa territorial		X		X	02	50
1.6	Multilateralismo					0	
1.7	Transição tecnológica e ecológica				X	01	25
1.8	Enfoque no controle do Mediterrâneo e Atlântico		X	X		02	50
1.9	Preparação da Força			X	X	02	50

Quadro 4- Ameaças e riscos dos cenários Atlântico e Mediterrâneo

Cód.	Segmento e Unidade de Registo	Entrevistados						Resultados	
		E1	E2	E4	E5	E6	E7	Σ	%
2.	Quais considera seriam as ameaças e riscos do cenário estratégico Atlântico e Mediterrâneo?								
2.1	Terrorismo internacional	X	X		X	X	X	05	83
2.2	Ciberataques				X	X		02	33
2.3	Pressão migratória ilegal/trafco pessoas	X	X		X	X		04	67
2.4	Ameaça russa	X	X	X	X	X		05	83
2.5	Instabilidade no Norte da África	X	X		X		X	04	67
2.6	Tráfico drogas/estupefacientes		X					01	17
2.7	Dependência energética		X		X			02	33
2.8	Ataques com drones			X			X	02	33
2.9	Riscos ambientais incêndios/inundações				X			01	17
2.10	Conflitos híbridos				X			01	17
2.11	Epidemias/pandemias				X			01	17

Quadro 5- Força combinada, reforço da posição da Península Ibérica dentro da OTAN e UE

Cód.	Segmento e Unidade de Registo	Entrevistados							Resultados	
		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	Σ	%
3.	Considera que a criação de capacidades combinadas poderia reforçar a posição da Península Ibérica dentro da OTAN e da União Europeia?									
3.1	Vantagem estratégica		X			X		X	3	43
3.2	Redução custos e otimização recursos		X				X		2	28,5
3.3	Interoperabilidade necessária			X	X				2	28,5
3.4	Brigada combinada, solução futura	X	X		X				3	43
3.5	Indústria de defesa fortalecida		X		X				2	28,5

Quadro 6- Força combinada, principais obstáculos políticos e operacionais

Cód.	Segmento e Unidade de Registo	Entrevistados								Resultados	
		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	Σ	%
4.	Quais seriam os principais obstáculos políticos ou operacionais para a implementação de uma força combinada?										
4.1	Autonomia política/soberania nacional/harmonizar decisões governamentais	X	X	X		X	X			0	62,5
4.2	Integração logística e localização unidades									0	0
4.3	Estatuto pessoal militar em território estrangeiro	X								0	12,5
4.4	Impacto financeiro	X								0	12,5
4.5	Diferencias culturais e linguísticas					X			X	0	25



4.6	Interoperabilidade materiais, logística, doutrina				X	X	X					37,5
-----	---	--	--	--	---	---	---	--	--	--	--	------

Quadro 7- Mecanismos financeiros para financiamento de projetos combinados

Cód.	Segmento e Unidade de Registo	Entrevistados								Resultados		
		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	Σ	%	
5.	Quais mecanismos financeiros poderiam ser criados para suportar projetos combinados?											
5.1	Financiamento via UE (PESCO, EDF) / programas OTAN	X	X	X	X	X	X			0	75	
5.2	Orçamentos de Defesa nacionais	X		X		X	X	X	X	0	75	
5.3	Criação fundo ibérico					X				0	16,7	
5.4	Desenvolvimento parcerias na Indústria Defesa		X							0	16,7	

Quadro 8- Capacidades com maior potencial de serem combinadas

Cód.	Segmento e Unidade de Registo	Entrevistados				Resultados	
		E1	E2	E5	E6	Σ	%
6.	Quais capacidades têm maior potencial para serem combinadas (entre Espanha e Portugal).						
6.1	Brigada combinada	X	X	X	X	0	100
6.2	Artilharia Antiaérea	X	X	X	X	0	100
6.3	Ciberdefesa/Uso conjunto do espaço/SAT			X	X	0	50
6.4	Informações		X				25
6.5	Comando e controlo		X				25
6.6	Forças aeromóveis		X				25
6.7	Logística e infraestruturas militares		X	X			50

Quadro 9- Viabilidade da criação do sistema de combate integral combinado/unidade combinada

Cód.	Segmento e Unidade de Registo	Entrevistados					Resultados	
		E1	E2	E3	E5	E6	Σ	%
7.	Considera viável criar uma unidade combinada permanente tipo brigada/divisão com missões específicas para cumprir objetivos comuns?							
7.1	Sim	X	X	X	X	X	0	100
7.2	Não						0	0
7.3	Brigada		X	X	X	X		80
7.4	Divisão				X			20
7.5	Unidades rotativas		X	X	X			60
7.6	Unidades fixas				X	X		40

Quadro 10- Marcos de atuação da possível força combinada

Cód.	Segmento e Unidade de Registo	Entrevistados						Resultados	
		E1	E2	E3	E5	E6	E8	Σ	%
8.	Quais poderiam ser os marcos de atuação desta força combinada?								
8.1	Operações de combate/alta intensidade	X	X	X	X	X	X	0	100
8.2	Defesa da retaguarda da OTAN	X	X	X				0	50
8.3	Resposta a emergências/desastres naturais	X		X	X	X		0	66,7
8.4	Projeção de força	X						0	16,7
8.5	Segurança e defesa Península Ibérica			X				0	16,7

Quadro 11- Dependência da unidade combinada

Cód.	Segmento e Unidade de Registo	Entrevistados						Resultados	
		E1	E2	E3	E5	E6	E8	Σ	%
9.	De quem acha que poderia depender esta unidade?								
9.1	Estado-Maior Ibérico (conjunto-combinado)		X					0	16,7
9.2	Dependência rotativa entre CFT/FUTER		X			X	X	0	50
9.3	Dependência da OTAN			X	X				33,3



Quadro 12- Origens da unidade combinada

Cód.	Segmento e Unidade de Registro	Entrevistados					Resultados	
		E1	E2	E3	E5	E6	Σ	%
10.	Considera seria melhor criá-la de zero ou com base em unidades existentes?							
10.1	Unidades criadas de zero				X	X	0	33,3
10.2	Unidades existentes	X	X	X	X		0	33,6
10.3	Integração progressiva capacidades				X			16,7

Quadro 13- localização e constituição da unidade combinada

Cód.	Segmento e Unidade de Registro	Entrevistados					Resultados	
		E1	E2	E3	E5	E6	Σ	%
11.	Seria melhor que estivesse fisicamente unificada numa localização (portuguesa ou espanhola), ou pelo contrário que só o comando estivesse permanentemente criado e as unidades subordinadas repartidas na geografia ibérica para juntar-se nos treinos?							
11.1	Brigada unificada				X	X	0	40
11.2	Comando permanente e U.s. existentes distribuídas pela Península	X		X	X	X	0	80
11.3	Estrutura binacional com oficiais de ligação							0

Quadro 14- Inovação tecnológica e desenvolvimento de sistemas interoperáveis

Cód.	Segmento e Unidade de Registro	Entrevistados					Resultados	
		E1	E2	E5	E6	E8	Σ	%
12.	Existiria espaço para colaboração no campo da inovação tecnológica, visando desenvolver sistemas interoperáveis?							
12.1	Sim			X	X		0	40
12.2	Não						0	0
12.3	Necessidade de interoperabilidade	X						20
12.4	Projetos combinados de pesquisa e desenvolvimento		X		X	X		60
12.5	Testes de novos materiais e equipamentos	X	X	X				60

Quadro 15- Recomendações para fortalecer a cooperação bilateral

Cód.	Segmento e Unidade de Registro	Entrevistados						Resultados	
		E1	E2	E3	E5	E6	E8	Σ	%
13.	Quais recomendações podem ser feitas para fortalecer a cooperação bilateral e garantir as capacidades exigidas pelas OI.s. as quais pertencemos?								
13.1	Reforçar a presença na OTAN e UE		X	X	X			0	50
13.2	Propósito e modelo de execução		X	X	X	X	X	0	83,3
13.3	Interoperabilidade doutrinária e cultural						X		16,6
13.4	Vontade política		X						16,6
13.5	Promoção da ideia no marco das REMP				X				16,6

Quadro 16- Nível de integração nacional para a melhor interoperabilidade

Cód.	Segmento e Unidade de Registro	Entrevistados			Resultados	
		E3	E5	E8	Σ	%
20.	Qual seria o grau de integração entre as forças? Até que nível as unidades nacionais manteriam a sua identidade dentro da estrutura combinada?					
20.1	Unidades combate, batalhão	X	X	X	0	100
20.2	Unidades de apoio ao combate, até Pelotão	X		X	0	66,6



Apêndice F — Quadro Orgânico da Brigada Extremadura XI

177/568/2786 // 3531

156/507/2463 // 3127

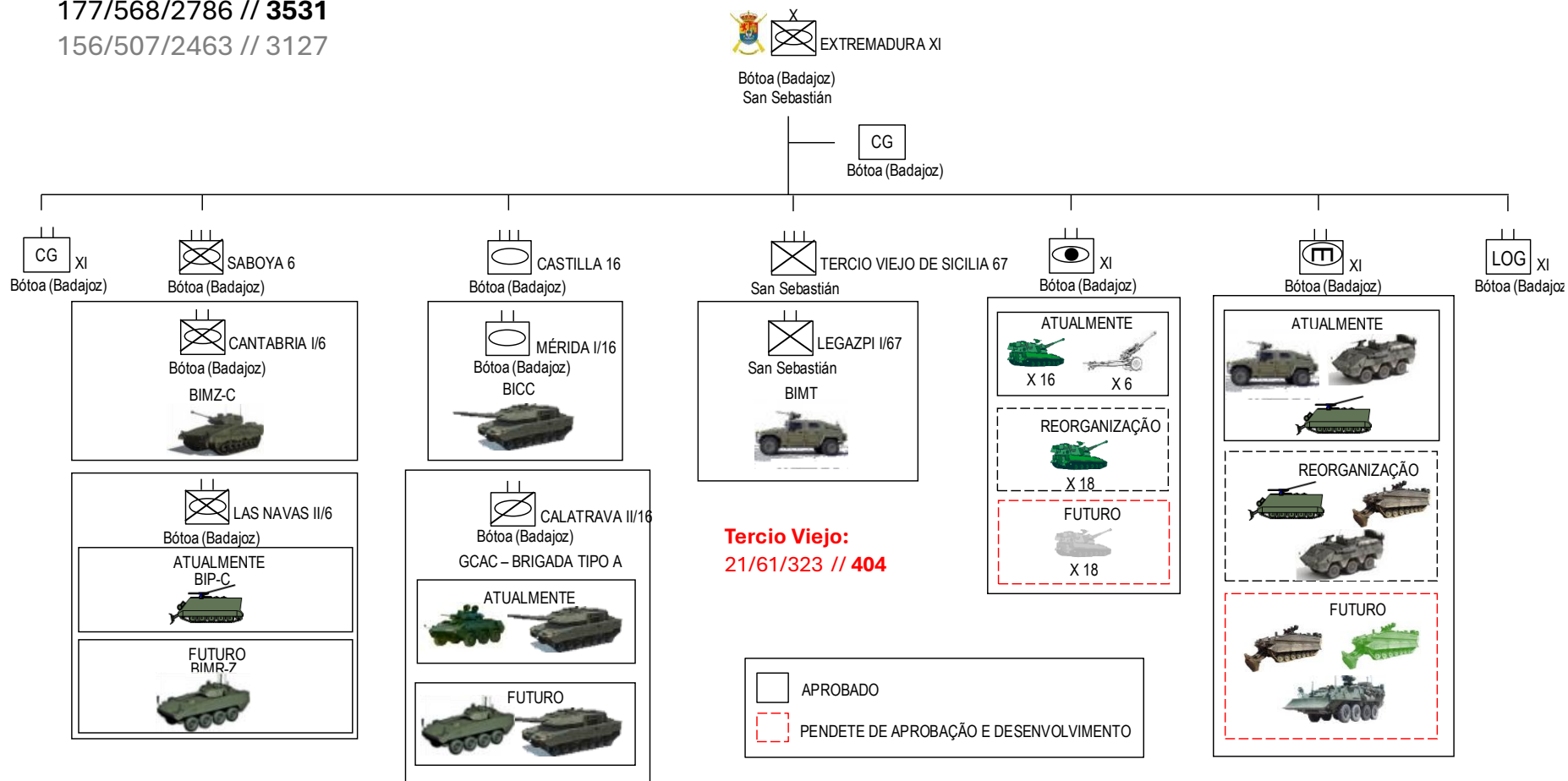


Figura 13– Quadro Orgânico da Brigada Extremadura XI

Fonte: Elaboração própria com base nos Quadros Orgânicos da Brigada Extremadura XI



Apêndice G — Quadro Orgânico da Brigada Mecanizada

1998 // 159/471/1368

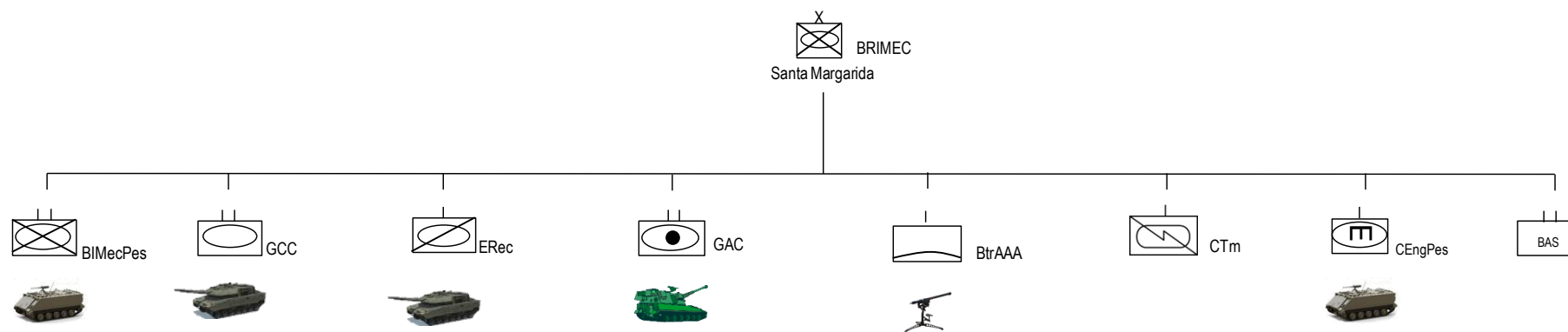


Figura 14— Quadro Orgânico da Brigada Mecanizada

Fonte: Elaboração própria com base nos Quadros Orgânicos da Brigada Mecanizada



Apêndice H — Quadro Orgânico teórico da proposta da Brigada Ibérica

QUADRO ORGÂNICO TEÓRICO BRIGADA IBÉRICA

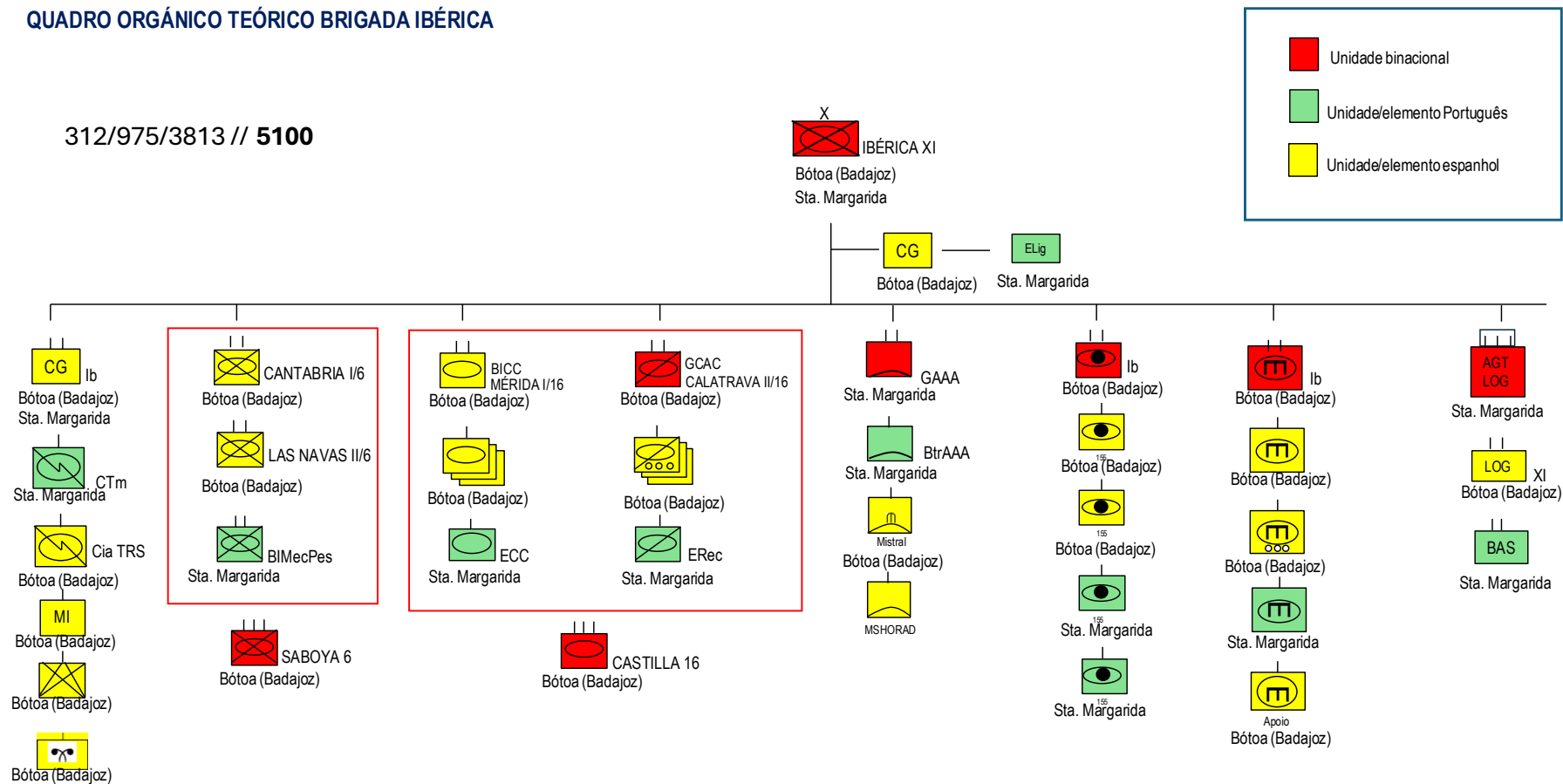


Figura 10—Quadro Orgânico teórico da proposta da Brigada Ibérica

Fonte: elaboração própria



Anexo A — Análise SWOT da Cooperação Bilateral em matéria de Defesa entre Portugal e Espanha

		PERSPECTIVA INTERNA	
		PUNTOS FUERTES (MANTENER)	PUNTOS DÉBILES (CORREGIR)
		<ol style="list-style-type: none"> Afinidad cultural y proximidad geográfica Cooperación en marcha: entrenamiento, formación, intercambios de personal. Participación combinada en Operaciones Conocimiento personal entre cúpulas de las FA Actitud positiva para aumentar la cooperación Interoperabilidad elevada Visión compartida 360º y Flanco Sur (ámbito OTAN/UE) Participación en el desarrollo de capacidades PESCO y Smart Defense. Estructura orgánica CLESD y Tratado Bilateral completo 	<ol style="list-style-type: none"> Cooperación coyuntural Ausencia de dirección estratégica Relación Estratégica/Operacional limitada Sin conexión entre las industrias de defensa (DGRDN-DGAM) Recursos insuficientes: personal, material, económicos Demoras administrativas excesivas Cooperación en capacidades aún por desarrollar Reunión del CLESD de carácter no regular, precisa reajustes.
PERSPECTIVA EXTERNA	OPORTUNIDADES (EXPLORAR)	POTENCIALIDADES	DESAFÍOS
	<ol style="list-style-type: none"> Importancia añadida de la Defensa Europea: Estrategia Global UE, PESCO, CARD, CDP, EDP En el marco de la OTAN, procesos de NDPP y NCS-A. Múltiples Operaciones en Marcha: UE, OTAN, ONU, Coalición Múltiples procesos de generación de Fuerzas: EUBG, VJTF Número creciente de Proyectos multinacionales de Capacidades Apoyo de la población al doble uso y al apoyo de las FA en emergencia 	<ul style="list-style-type: none"> POTENCIAR LA PARTICIPACIÓN COMBINADA EN OPERACIONES EN EL EXTERIOR INCREMENTAR LA COOPERACIÓN MILITAR EN LAS ÁREAS DE ENSEÑANZA, ENTRENAMIENTO, FORMACIÓN, INTERCAMBIO DE PERSONAL SISTEMATIZAR LOS MECANISMOS DE REACCIÓN RÁPIDA 	<ul style="list-style-type: none"> REFORZAR LA CONEXIÓN BILATERAL A NIVEL ESTRATÉGICO, OPERACIONAL Y TÁCTICO. ESTRUCTURAR LA COOPERACIÓN BILATERAL MEDIANTE UNA ESTRATEGIA: OBJETIVOS, SEGUIMIENTO, REVISIÓN DESARROLLAR LA GENERACIÓN COMBINADA DE CAPACIDADES
	AMENAZAS (CONFRONTAR)	RIESGOS	LIMITACIONES
	<ol style="list-style-type: none"> Ataque a un país de la OTAN/UE (incluye Giberataques) Terrorismo transfronterizo en todas sus formas Desestabilización y crisis en las áreas de interés común: Mediterráneo, Sahel, GoG, Atlántico, América Crisis regionales que fomenten las redes de contrabando, el tráfico de personas y comprometan la seguridad energética Emergencias o catástrofes naturales que afecten a la península Limitado apoyo público a las Operaciones de las FA Limitaciones financieras 	<ul style="list-style-type: none"> INCREMENTAR EL INTERCAMBIO DE INFORMACIÓN EN ÁREAS DE INTERÉS COMÚN CONCRETAR LA IMAGEN INSTITUCIONAL DE LA COOPERACIÓN BILATERAL A NIVEL NACIONAL E INTERNACIONAL ARTICULAR RESPUESTAS COMBINADAS A PROBLEMAS DE DEFESA COMPARTIDOS 	<ul style="list-style-type: none"> FOMENTAR LA COOPERACIÓN ENTRE SISTEMAS DE APOYO MILITAR A EMERGENCIAS EXTRAER LI/LA Y DEFINIR BUENAS PRÁCTICAS DE COOPERACIÓN OPTIMIZAR LOS RECURSOS DEDICADOS A LA COOPERACIÓN
		DESARROLLAR	AVANZAR
		ACTUAR	OPTIMIZAR

Figura 15– Análise SWOT da Cooperação Bilateral em matéria de Defesa entre Portugal e Espanha

Fonte: DIPLAEM & DIVESTRA (2021, p. A-1/1)



Anexo B — Estrutura da Brigada Franco-Alemã



Deutsch-Französische
Brigade
Franco-Allemande

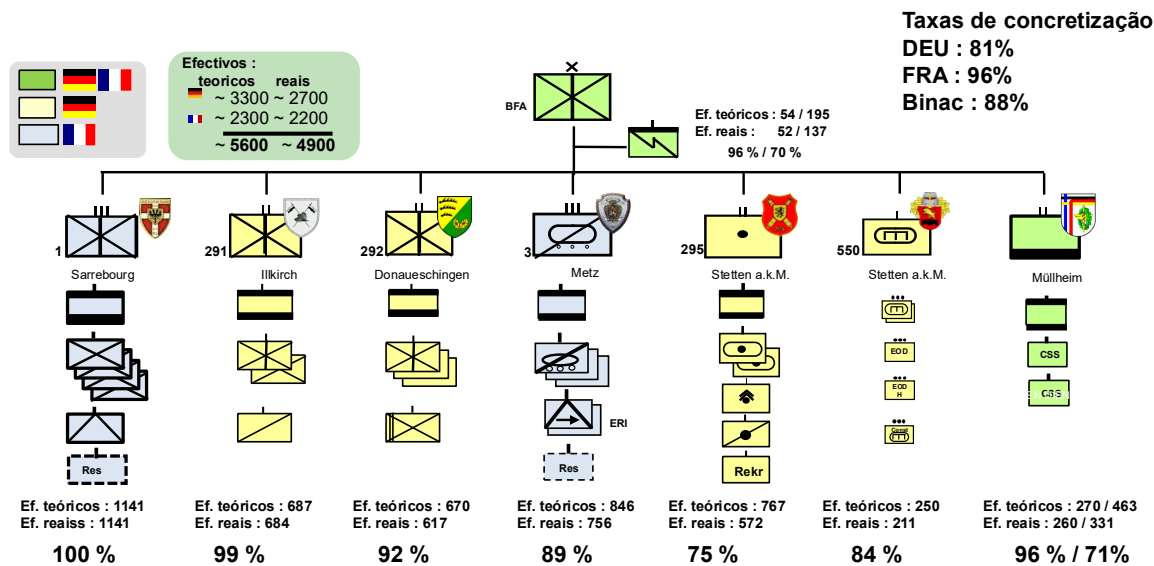


Figura 16 – Organograma da Estrutura da BFA

Fonte: Brigade Franco-Allemande, (2024, p.

